



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 78

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 07 de setembro de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **[Voto de Pesar pelo falecimento de António Machado Pires.](#)**

Feita a apresentação pelo Sr. Presidente da Assembleia, o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **[Voto de Pesar pelo falecimento de D. António de Sousa Braga.](#)**

Feita a apresentação pelo Sr. Presidente da Assembleia, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

Avançou-se para a **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, apresentadas pelo Deputado Independente.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Berto Messias (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*) e Pedro Neves (*PAN*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

No decurso do debate, usaram da palavra para defesa da honra e consequentes explicações, respetivamente, o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Houve lugar para um protesto proferido pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), tendo, nesse seguimento, o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) usado da palavra para um contraprotesto.

Ainda, o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*) interveio para defesa da honra, tendo obtido explicações por parte do Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Posteriormente, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – “Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo intervindo os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Tiago Lopes (*PS*), António Lima (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Durante o debate da iniciativa, o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) usou da palavra para defesa da honra, tendo, seguidamente, recebido explicações do Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), Francisco Coelho (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Seguiu-se a apreciação da [Petição n.º 24/XII – “Estatuto do Antigo Combatente”](#), apresentada por Jorge Manuel Freitas Vieira na qualidade de primeiro subscritor.

Feita a apresentação do relatório da petição pela Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Luís Soares (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Alexandra Manes (*BE*), Ana Luís (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Por fim, deu-se início à apreciação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII – “Adapta o Estatuto do Antigo Combatente à Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Chega.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./as Deputados/as Tiago Lopes (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Independente*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Ana Luís (*PS*), Alexandra Manes (*BE*), Luís Soares (*PSD*) e Pedro Neves (*PAN*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faz favor.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Jaime Luís Melo Vieira

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Ricardo Beato Gomes Vieira

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Conferência de Líderes deliberou iniciarmos os nossos trabalhos desta manhã com a apresentação e votação de dois votos de pesar, apresentados pelo Presidente da Assembleia. E é por aí que vamos, exatamente, começar.

Voto de Pesar**Pelo falecimento de António Machado Pires**

No passado mês de junho, os Açores perderam um dos seus maiores vultos: o Professor Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires. Do muito que já se disse publicamente, pretende esta Assembleia no primeiro momento em que se reúne, após a sua partida, evocar a sua memória, endereçando a todos quantos com ele puderam privar, as nossas mais sentidas condolências.

Natural de Angra do Heroísmo. Licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa (1966).

Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, dos professores Vitorino Nemésio, Lindley Cintra e Jacinto do Prado Coelho, tendo este último sido seu orientador de Doutoramento, sobre A Ideia de “Decadência na Geração de 70” (séc. XIX), apresentada em 1979 (duas edições publicadas).

Foi Reitor da Universidade dos Açores, que instalou, e da qual era Professor Catedrático aposentado. Foi vice-reitor (1981-1982) e reitor, a partir de dezembro de 1982 até 1995, tendo também fundado e dirigido o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas.

Com o objetivo de recuperar a memória da emigração açoriana para o Brasil, partindo de um convite da Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade dos Açores veio a assinar, em 1984 um Convénio que, desde então, muito tem contribuído para o estreitamento de relações entre estes dois estabelecimentos de ensino. Deste profícuo trabalho, com particular destaque para a ação de António Machado Pires, salienta-se a realização das Semanas de Estudos Açor-Catarinenses.

Em 2004, assinalaram-se os 20 anos da celebração do referido Convénio, para a qual o agora homenageado se deslocou ao Brasil, na companhia do então Reitor da Universidade dos Açores, Professor Doutor Avelino Meneses. No âmbito do

seu contributo, foi agraciado com a Medalha Brasileira da Universidade de Santa Catarina.

Regeu várias cadeiras e orientou teses (mestrado e doutoramento) em Cultura e Literatura Portuguesas.

Pertenceu ao INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica) e ao Conselho Editorial da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, onde dirigiu a publicação das Obras Completas de Vitorino Nemésio, sendo diretor e cofundador da Revista Arquipélago.

O seu livro “Luz e Sombras no Século XIX em Portugal” ganhou o Prémio “Pen Clube – Ensaio”.

Prefaciador de várias obras (em especial, de “As Ilhas Desconhecidas”, de Raúl Brandão, 1988) e colaborador do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Colóquio/Letras, Prelo, Arquipélago, Revista da Universidade de Coimbra, entre muitas outras publicações especializadas. Dirigiu a publicação das Obras Completas de Antero de Quental e as Obras Completas de Vitorino Nemésio.

Escreveu e publicou livros, artigos, ensaios e conferências sobre Alexandre Herculano, Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Raúl Brandão, Vitorino Nemésio, diversa problemática respeitante ao séc. XIX em Portugal, Sebastianismo, questões universitárias, identidade, açorianidade, entre outras.

É Grande Oficial da Ordem da Instrução. Em 2009 recebeu desta Assembleia e do Governo Regional dos Açores, a Insígnia Autónoma de Reconhecimento.

Do próprio, esta lição: “Não gosto da expressão «a condição de Ilhéu». Ilhéu pode ser um pedregulho. Ilhéu para pessoa exige, em nome do politicamente correto do género, o feminino ilhoa, que é uma palavra disfónica. Ilhéus e ilhoas...! Porque não insulares, (os) ou (as) insulares? Em todo o caso, usarei também a expressão «condição de ilhéu». A condição de ser ilhéu é simultaneamente individual e coletiva. É geográfica, social e histórica. É objetiva e subjetiva. Tem uma carga

de história individual biográfica, mas é também um paradigma. Tem um carácter de permanência, mas um aqui e um agora. O que se escreva hoje pode estar desatualizado amanhã.” (António Machado Pires, em “Pedra Torrada, Transtorno do mundo. A condição de ilhéu” p. 259 da Antologia Condição de Ilhéu, organizada por Roberto Carneiro, Onésimo Teotónio de Almeida e Artur Teodoro de Matos, 2016).

Assim, nos termos regimentais e estatutário aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Assembleia da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento de António Manuel Bettencourt Machado Pires, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família.

Do presente Voto de Pesar deverá ser dado conhecimento à sua família; à Reitoria da Universidade dos Açores; à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores; às Câmaras Municipais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo; à Universidade Federal de Santa Catarina; ao INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica) e ao Conselho Editorial da Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2022

O Presidente e Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, apresentado o voto, pergunto se há inscrições. Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo então à apresentação do segundo voto de pesar.

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Dom António de Sousa Braga

No passado dia 22 de agosto de 2022 faleceu, em Lisboa, o Bispo Emérito de Angra, Dom António de Sousa Braga, com 81 anos de idade.

António de Sousa Braga nasceu a 15 de março de 1941, na freguesia de Santo Espírito, ilha de Santa Maria, sendo o quinto de dez irmãos.

Concluída a sua instrução primária na sua ilha, seguiu para o Funchal, onde terminou os dois primeiros ciclos liceais no então Colégio Missionário Sagrado Coração.

Daí partiu para Coimbra, onde concluiu o curso complementar do ensino secundário no Instituto Missionário do Coração de Jesus, em 1961, no mesmo período em que realizava o noviciado em Aveiro.

Após a conclusão do curso de filosofia em Monza (1964) e de um estágio de vida religiosa em Portugal, frequentou o curso de teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, que terminou em 1970.

No mesmo ano, o Papa São Paulo VI ordenou-o presbítero, tendo celebrado a sua primeira missa na sua freguesia natal, em Santa Maria.

Desde então, colaborou na formação de jovens religiosos no Seminário de Nossa Sra. de Fátima, em Alfragide, onde foi eleito Superior Provincial dos Sacerdotes do Coração de Jesus em 1976, cargo que desempenhou por dois mandatos, até ser nomeado conselheiro no Governo Geral dos Dehonianos, em maio de 1991.

A 9 de abril de 1996, o Papa São João Paulo II nomeou-o para Bispo de Angra, tendo recebido a sua ordenação nos Açores a 30 de junho daquele ano, na Sé de Angra, por D. Aurélio Granada Escudeiro, a quem sucedia no episcopado.

D. António de Sousa Braga foi Bispo de Angra até 15 de março de 2016, data em que atingiu o limite de idade, que motivou o seu pedido de resignação, aceite pelo Papa Francisco.

Homem simples, humilde, de atitude dialogante e conciliadora, ganhou o respeito e a admiração do povo de todas as ilhas dos Açores, entre fiéis e leigos.

A sua personalidade humana, acolhedora e contagiante criou desde sempre um ambiente de paz e amizade entre todos. Um bispo que procurou, desde sempre, socorrer a população nos momentos de dor, sofrimento, solidão, exclusão e degradação humana, defendendo a promoção da dignidade humana e a solidariedade evangélica nos vários momentos trágicos e catastróficos ocorridos na Região.

Pelo seu serviço e entrega à comunidade enquanto Bispo da Diocese de Angra, D. António de Sousa Braga foi agraciado com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento, atribuída em 2016 por esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e pelo Governo Regional dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe-se que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de pesar pelo falecimento de Dom António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à sua Congregação, à Diocese de Angra e à Conferência Episcopal Portuguesa.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2022

O Presidente e Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Apresentados os dois votos e aprovados, destes dois grandes açorianos, vamos dar início à **Sessão de perguntas**, promovida pelo Sr. Deputado independente, que versam sobre o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência e nas matérias às quais este departamento relaciona, assim como a

compatibilidade deste organismo em relação ao determinado aquando da realização do acordo de incidência parlamentar, assinado em novembro de 2020, entre o requerente e os partidos que compõem a coligação do Governo.

Esta sessão de perguntas contém três objetos:

O primeiro deles, a adequação dos meios humanos e físicos e respetivas dotações, em que o proponente se propõe fazer três perguntas. E a Conferência de Líderes deliberou que o PS e o PSD também poderiam fazer três perguntas sobre esse objeto;

O segundo objeto, a evolução e reforço das competências e seus efeitos práticos, em que o proponente se propõe fazer três perguntas sobre o mesmo;

E o terceiro objeto, a proporcionalidade dos meios em função da cobertura territorial, em que o proponente se propõe fazer três perguntas.

Para os três objetos: o proponente, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata têm direito a fazer três perguntas; os três Grupos Parlamentares, do CDS, do Bloco de Esquerda e do PPM, duas perguntas; e as Representações Parlamentares do Chega, do IL e do PAN, uma pergunta por objeto.

Para a realização da primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O resultado das eleições legislativas de outubro de 2020 deu a obrigação moral de vários partidos se unirem em torno de um objetivo, que é arranjar uma solução alternativa à governação do Partido Socialista, que já vinha instalada na Região há mais de 20 anos.

Nesta altura, os partidos e quem os representava sentiram-se na obrigação de criar soluções, cedências também em relação aos programas que tinham apresentado

ao seu eleitorado, no sentido de haver uma convergência e uma alternância democrática, para bem do povo açoriano.

Nesta altura, o atual Presidente do Governo Regional, que não está aqui hoje representado, assim como o Sr. Vice-Presidente enquanto representante do CDS-PP, o Sr. Paulo Estêvão enquanto representante do PPM e eu mesmo enquanto representante do Partido Chega, assinamos um acordo de incidência parlamentar. Nesse acordo de incidência parlamentar, entre outros, no seu ponto 3, havia um acordo de criação do Gabinete de Prevenção e Combate à Corrupção.

Àquela data, foi determinado e foi de comum acordo que era importante este sinal à sociedade, no sentido de que havia novos tempos e que esses novos tempos tinham que se pautar pela transparência, pelo rigor, no fundo, por aquilo que é a boa gestão dos recursos públicos.

Esse acordo de incidência parlamentar, nesse ponto 3, previa, entre outras, a obrigatoriedade de realização de relatórios semestrais sobre a atividade desse Gabinete de Prevenção e Combate à Corrupção. O que é certo é que o primeiro relatório só chegou recentemente às mãos dos Deputados.

Mesmo percebendo que a estrutura só ficou reconhecida em Decreto Legislativo Regional no final do ano passado, o que é certo é que não existiram relatórios relativamente aos dois semestres de 2021 e, por essa razão, o relatório de 2022 foi considerado como o primeiro relatório, embora fora de tempo.

Muito bem. A questão, agora, prende-se efetivamente com aquelas que são as atividades do gabinete. E a pergunta que deixo ao Sr. Secretário é se entende que os recursos humanos de que foi dotado esse gabinete são os adequados para aquilo que foi o compromisso que foi assumido...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... no acordo de incidência parlamentar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, dar nota de que foram abertos dois concursos para admissão de mais inspetores. Estes dois concursos significarão um aumento em 40% dos inspetores na Inspeção. E também a possibilidade de podermos já no próximo ano contratar também, através de processo concursal, apoio administrativo especificamente para o gabinete. Assim, com estes quatro novos inspetores e também com este novo administrativo, pensamos que ficará o corpo inspetivo e auxiliar dotado dos meios necessários para a execução das tarefas que lhes estão incumbidas.

Em relação ainda a esta matéria, dar nota que, segundo a orgânica da Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública, publicada recentemente, o Subinspetor Regional, o cargo não é provido por nomeação. E acho que isto também é relevante. O cargo de subinspetor não é provido por nomeação, é provido por concurso. Isto também denota o reforço que pretendemos dar àquilo que é a independência da inspeção e também das condições de atuação do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência.

Neste aspeto, também, dar nota que, da parte do XIII Governo, temos feito, inclusivamente aqui com o Parlamento Regional, um esforço de transparência, um esforço de resposta atempada a tudo aquilo que nos é colocado, um esforço de presença também atempada dos Membros do Governo nas Comissões, como o Secretário que tem a seu cargo os assuntos parlamentares. Aquilo que eu digo sucessivamente aos colegas do Governo, inclusivamente, é que a agenda do Parlamento se sobrepõe, deve-se sobrepor à agenda do Governo. E é isto que

temos tentado fazer. E isto também difere bastante daquilo que era a minha experiência enquanto Deputado da oposição, em que o Parlamento se submetia frequentes vezes à agenda do Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É nas respostas atempadas, na presença quando solicitada pelas Comissões Parlamentares, no reforço dos elementos inspetivos, no reforço da capacidade destes órgãos, não só na prevenção e no combate à corrupção, mas também na transparência, eu gostaria de sublinhar, mas também na transparência que tem que se fazer a diferença e que se cumpre aquilo que são os acordos em relação a esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, quer usar o seu direito a réplica? Faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, muito obrigado pelo esclarecimento que deu a essa minha primeira questão.

No entanto, não posso deixar de mencionar o seguinte: as eleições de 2020 mostraram, como já aqui disse, um panorama diferente na política regional. Na altura, o PSD entendeu por bem coligar-se com o CDS e com o PPM. A estrutura

do Governo é bem reflexo disso, foram atribuídas Secretarias e Direções Regionais aos outros dois partidos da coligação. Um ato que é, no meu entender, normal.

O que eu posso não considerar normal, efetivamente, é o facto da constituição desse gabinete, que foi, na altura, negociado com os outros três partidos da coligação, a constituição desse gabinete, a atribuição de competências desse gabinete, não ter sido um assunto discutido com o Deputado que na altura assinou esse acordo de incidência parlamentar. Permita-me o desabafo, mas a pertinência da criação deste gabinete merecia, no meu entender, que eu, enquanto Deputado que assinei esse acordo, fosse consultado na constituição dessa estrutura.

Entende que deveria ter sido, ou não, o Deputado ouvido nessa situação, ou acha que, por si só, passar um cheque em branco ao Governo nessa situação foi o mais adequado e, por parte do Governo, não ter tido a atenção de contactar no sentido de perceber se aquela estrutura era, no fundo, aquela que tínhamos combinado no acordo de incidência parlamentar?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XIII Governo tenta, naturalmente, cumprir aquilo que é o seu programa do Governo, que, por sua vez, inclui os entendimentos parlamentares que foram subscritos e também uma visão de mudança de paradigma que tentamos implementar, com uma maior transparência, com uma maior centralidade do Parlamento Regional e com a dotação, também para este gabinete que foi criado, de melhores condições para poder executar as suas funções.

Agora, há matérias que até este gabinete não tem competências para... Há algumas matérias cuja competência é da Inspeção-Geral de Finanças, outras matérias é do Tribunal de Contas. Mas este Gabinete pode ter um papel muito importante a sinalizar uma porta aberta para denúncias eventuais que devam surgir, para sinalizar também o esforço de todos, de transparência. E eu aqui colocava, de forma enfática, a questão da transparência, que é, na minha opinião e na opinião do XIII Governo, fundamental naquilo que são as respostas a este Parlamento, as respostas às entidades que procuram o Governo, naquilo que é uma atuação com toda a lisura, quer seja com o mais humilde cidadão, até ao Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós tratamos de todas as entidades com o mesmo cuidado, com a mesma a atenção que é devida.

E temos aqui, através deste gabinete, também uma porta aberta para que os cidadãos e as entidades possam recorrer quando acharem que há algo que deva ser clarificado.

Mas, desde já, em termos quase pedagógicos, este gabinete tem vindo a trabalhar também quer seja protocolando, com várias áreas do Governo, procedimentos, quer seja também fazendo ações de formação na área concursal, quer seja ainda através de eventos de reflexão sobre o combate à corrupção e a melhoria da transparência na Administração Regional.

Julgo que nesse aspeto muito caminho ainda há a andar, mas os primeiros passos que se deram no seguimento deste entendimento...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: ... e deste programa do Governo, os primeiros passos que se deram são firmes e vão, certamente, consolidar em toda a cultura política dos Açores a necessidade permanente de transparência e de diminuirmos ao máximo os riscos de corrupção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito o Sr. Deputado Berto Messias, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estando nós a falar do Gabinete de Prevenção contra a Corrupção e Transparência, parece-me que há uma nota inicial que não pode deixar de ser dada, que é: sobre esta matéria, o Sr. Deputado José Pacheco e o Chega são uma autêntica fraude política!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Todo o debate público nos Açores à volta desta matéria, parecendo uma telenovela mexicana de terceira categoria, mostra que o Sr. Deputado José Pacheco e o Chega são uma fraude política naquilo que se refere ao debate público em torno do combate à corrupção.

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado José Pacheco e o Chega/Açores têm-se deixado ludibriar pelo Governo Regional e, conseqüentemente, têm ludibriado e enganado, ...

Deputado José San Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... é esse o termo, enganado os seus eleitores e aqueles que votaram no Chega. Isso parece-nos evidente.

Mas, estando nós falando deste gabinete, é importante colocar uma questão ao Governo, porque é importante também, estando nós a falar dos meios que estão disponíveis, perceber como é que funciona este famoso gabinete.

Numa consulta rápida àquilo que consta do portal do Governo, é referido que este famoso gabinete tem como missão desenvolver estratégias adequadas à prevenção da corrupção, potenciando um ambiente de integridade, ética e transparência e consequente melhoria da prestação do serviço público. E, portanto, parece-me fundamental que se perceba, dentro da orgânica do Governo, como é que funciona e de que forma são dados alertas por este gabinete ao Governo Regional e a quem o tutela.

Ora, falando de corrupção, de ética e de transparência, todos aqui conhecem aquilo que ocorreu até maio deste ano, em que um Membro do Governo, o Sr. Subsecretário Regional da Presidência, era sócio de uma empresa que ganhou cerca de 460 mil euros em ajustes diretos a uma empresa detida por si, a empresa Trust, e que só em maio deste ano é que deixou de ser sócio dessa empresa. E, portanto, enquanto esteve em funções como Membro do Governo, garantiu 460 mil euros em ajustes diretos para a empresa que era detida pelo Sr. Membro do Governo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sobre esta matéria, o Sr. Presidente do Governo, curiosamente ausente deste debate, disse que estava tudo bem. O Sr. Deputado José Pacheco também disse que não havia qualquer tipo de problema. E, portanto, Sr. Secretário, gostava de lhe perguntar se o Gabinete de Prevenção e Combate à Corrupção e Transparência, no âmbito das suas competências, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... desenvolveu alguma diligência junto de V. Exa para que, no âmbito das suas funções e das suas competências, fosse despoletado um processo interno de investigação aos ajustes de direitos diretos ...

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ... feitos pela empresa até maio deste ano, detida pelo Sr. Subsecretário Regional da Presidência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, já percebemos o Partido Socialista ao que vem.

Deputado José San Bento (PS): Olhe só quem fala!

O Orador: Tentar criar conflitos entre o Deputado independente e partidos neste Parlamento...

Deputada Alexandra Manes (BE): Eles já existem!

O Orador: ... e tentar trazer ao de cima uma situação que já foi esclarecida.

E eis quem é que traz este assunto a este Plenário, o Sr. Deputado Berto Messias, que, por acaso, foi denunciado e comprovado que mandou pagar prestações de carros através da segurança social em véspera das eleições.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Berto Messias que, enquanto Membro do Governo, foi acusado pelo Tribunal de Contas de ilegalidades em transferências para a Câmara Municipal da Praia da Vitória.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Berto Messias que nunca se lembrou que, por acaso, a Câmara da Praia da Vitória, que está nas dificuldades que está, teve 11 anos, 11 anos sem inspeções. 11 anos, bateu o recorde de todas as Câmaras dos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Será uma fraude?

O Orador: Porque é que terá sido?

Mais do que isso, houve uma inspeção de 2012 que, pura e simplesmente, desapareceu.

E, portanto, quem vem aqui com este tipo de discurso, tem que se preparar para ouvir este tipo de resposta.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, eu peço a palavra para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais, dizer que lamento profundamente que o Sr. Secretário Regional das Finanças não tenha respondido às perguntas que lhe coloquei. Na minha perspetiva, perfeitamente enquadradas do ponto de vista regimental, tendo em conta o objeto da sessão de perguntas que aqui temos.

Dizer-lhe, também, Sr. Secretário, que não esperava outra coisa de si. Aliás, o PSD liderado por si era isso, era o PSD das insinuações, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quais insinuações?

O Orador: ... era o PSD dos ataques insidiosos e dos casos.

Eu peço a defesa da honra, lamentando o facto de o Sr. Secretário Regional das Finanças não ter respondido às questões que lhe coloquei e arranjando aqui um conjunto de subterfúgios para fugir a essas questões, para, nas questões concretas que o Sr. Secretário me acusou, de forma leviana e superficial, esclarecer a Câmara, esclarecê-lo a si e esclarecer os açorianos das coisas que me acusou.

Diz o Sr. Secretário que eu mandei pagar empréstimos de automóveis. Pois, eu não sei do que é que o senhor está a falar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh, não sabe?!

O Orador: Não sei de que é que o senhor está a falar. E, portanto, há longos anos...

Mas talvez o Sr. Secretário António Ventura saiba do que é que eu estou a falar, porque também, enquanto Deputado, recebeu a mesma pessoa que eu recebi e que depois veio para a RTP queixar-se.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Então é verdade!

O Orador: Eu recebi, de facto, uma pessoa... Se me permitirem explicar, já vão perceber. Eu recebi, de facto, uma pessoa, já há muitos anos, numa situação de desespero, dizendo que não tinha condições para sustentar os seus filhos, pessoa essa que recorreu a mim e ao Sr. Deputado António Ventura enquanto Deputado na Delegação da Ilha Terceira. E aquilo que disse a essa pessoa foi que se dirigisse à Segurança Social, porque lá, no âmbito do Fundo de Emergência Social, poderiam tratar do seu caso. Essa pessoa dirigiu-se à Segurança Social. Lá deram-lhe uma resposta negativa. E essa pessoa depois decidiu, não sei a mando de quem, vir para a RTP Açores dar declarações a dizer que o teria mandado para a

Segurança Social para pagar o empréstimo de carro, mas isso não corresponde minimamente à verdade.

Quanto à questão do Tribunal de Contas, lamento ainda mais, Sr. Secretário. O senhor diz que o Tribunal de Contas me acusou de ilegalidades. Sr. Secretário, isso é falso! E o senhor sabe que isso é falso. No âmbito dos contratos ARAAL da Secretaria que eu tutelava, havia um contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Praia da Vitória de 150 mil euros. E o Tribunal de Contas fez um alerta à minha Secretaria porque não concordava com a forma como esse contrato ARAAL era executado na Câmara Municipal. E porquê? Porque entendia o Tribunal de Contas...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... que esse contrato deveria ser desenvolvido pela Câmara Municipal. E quem desenvolvia as políticas de juventude locais era a Academia de Juventude, detida pela Câmara Municipal, e a cooperativa Praia Cultural.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os “amigos”!

O Orador: E era essa a divergência. Nós contestamos essa situação.

Mas, pior do que isso, Sr. Secretário, sabe o Sr. Secretário que eu nunca libertei o dinheiro referente ao contrato ARAAL sem que a Câmara Municipal da Praia da Vitória cumprisse as orientações do Tribunal de Contas.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem que terminar!

O Orador: Vou terminar já, Sr. Presidente, porque esta matéria parece-me de grande relevância para encerrar este assunto.

Presidente: Sim, mas tem três minutos.

O Orador: Eu transmiti-lhe esta situação na passagem de dossiês que nós os dois tivemos e disse-lhe que, mesmo sendo uma Câmara do Partido Socialista, eu não libertaria esse dinheiro, e que o Sr. Secretário não o devia fazer, enquanto a Câmara Municipal da Praia não cumprisse as orientações do Tribunal de Contas. Foi isso que lhe transmiti, Sr. Secretário.

E lamento muito que o senhor venha aqui atirar-me isso de uma forma leviana e com a qual não corresponde à verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pretende dar as explicações? Tem 3 minutos.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha réplica será eventualmente chover no molhado, porque o Sr. Deputado Berto Messias acabou de confirmar tudo aquilo que eu tinha dito.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, senhor! Negou cabalmente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com o aplauso do PS!

O Orador: A denúncia de que alguém foi pago (prestações do carro) antes das eleições e, quando procurou o Deputado Berto Messias a seguir às eleições, já não quiseram pagar, foi pública, foi discutida aqui, esteve na comunicação social!

A questão do Tribunal de Contas, a irregularidade é pública.

Em 2020 não foi pago, mas todos os outros anos antes foi pago. E, portanto, está aqui, a prova está aqui de novo confirmada.

Em relação à inspeção, alguém apresenta aqui alguma justificação para, por acaso, a Câmara Municipal da Praia da Vitória ser aquela que teve mais anos, de longe, sem inspeções, de 2011 a 2021. Alguém explica isto?

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor, mas o que é que eu tenho a ver com isso?! Foi a Câmara da Praia, tal como outras Câmaras, inclusive do PSD!

O Orador: Mas mais, mesmo que alguém consiga explicar, ainda vamos ter que procurar, e vamos procurar e estamos a procurar, os documentos de uma inspeção de 2012 que nunca viram a luz do dia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras...

Não está. Vamos avançar. Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra...

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faz favor, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto a esta sessão de perguntas trazida pelo Deputado independente e sobre o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, acho que é importante, também, neste ponto de situação e neste momento, uma vez que a verdade é que o gabinete foi criado no início de 2020, mas iniciou as suas funções no final de 2021, perceber aquele que tem sido o trabalho e discutirmos com o Governo, debatermos com o Governo aquilo que tem sido o trabalho também desenvolvido por este gabinete ao longo deste quase um ano.

E aí a verdade é que, analisando o relatório que nos foi entregue por parte do Governo relativamente à atividade semestral deste gabinete, a verdade é que conseguimos perceber que este desenvolve a sua atividade, iniciando aqui o seu trabalho. A verdade é que isto é algo novo aqui na Região. A verdade é que muitos países do mundo enfrentam a mesma ameaça comum que é a corrupção. E, por isso, este gabinete é de todo importante, sendo uma entidade independente que desenvolva o seu trabalho naquilo que é a prevenção, na promoção de uma maior

transparência. Por isso é importante e não podemos desvalorizar, como se fez querer parecer aqui já nesta sessão de perguntas durante a manhã, a criação deste gabinete, o famoso gabinete. E, por isso, acho que tem um papel fundamental nos dias de hoje.

E a verdade é que a questão queria colocar e também daquilo que está plasmado no relatório, mas também daquilo que foi transmitido em julho por parte do Sr. Presidente quanto às instalações, queria perguntar, uma vez que as mesmas não estavam em condições e o entendimento seria alugar um espaço para que, entretanto, se fizessem obras no local onde estão, saber qual é o ponto de situação, porque a verdade é que as instalações não são tudo, mas é necessário também garantir condições de trabalho para que estes inspetores possam desenvolver a sua atividade. E, por isso, parece-nos que é de todo importante também perceber qual é o ponto de situação. Uma vez que o objeto é a adequação dos meios humanos e físicos e as respetivas dotações, perceber qual é o ponto de situação relativamente a esta matéria.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, é bem verdade que isto é um caminho novo também que estamos a trilhar, este gabinete, a sua concretização dos seus

objetivos. É um processo que se iniciou e que vai continuar, vai aprofundar e vai solidificar.

E o que para nós é relevante é que isto signifique também uma marca numa mudança de cultura, a cultura política da transparência, a cultura política que faz do combate à corrupção também uma matriz.

E nesse aspeto há um conjunto de variáveis, desde logo o tempo, a experiência, a formação, a pedagogia, os protocolos, os novos inspetores, os novos apoios administrativos, mas também, evidentemente, a própria dignificação da inspeção e do gabinete, criando condições também físicas e logísticas para a sua melhor atuação.

Nesse aspeto, posso dar nota de que, no mês passado, foi adjudicada ao empreiteiro as obras necessárias para a instalação do novo serviço da Inspeção e também do Gabinete de Prevenção da Corrupção, foi adjudicado para um edifício localizado na Praceta dos Descobrimentos, em Angra do Heroísmo. Essas obras decorrem por conta do senhorio. O contrato está feito não só para o arrendamento, mas também já com as obras e com as definições em termos de *layout*, que são necessárias. E a expectativa é que no início de 2023 possamos ter a mudança para estas novas instalações, que significará também uma dignificação da própria inspeção, uma valorização do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência. E com estas melhores condições, com esta maior dignificação, certamente se dará mais um passo naquilo que é o objetivo final de transparência e de combate aos riscos de corrupção nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Compreendemos a grande dificuldade que é, para um partido que durante 24 anos ouviu falar de corrupção e assobiou para o lado, vir a este Parlamento procurar tirar algum foco da importância...

Deputado António Lima (BE): Isso não é uma pergunta!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor agora adivinha.

O Orador: Não é uma pergunta? Eu já acabei?

... da importância que tem este tema... E é o defensor... E o senhor ainda nem falou, portanto, eu não devia estar a falar de si.

Deputado António Lima (BE): Então não fale!

O Orador: E não estou, como deve calcular. Mas o senhor tem que sair em defesa, enfim, do Partido Socialista, que era de quem eu estava a falar.

Mas um partido que exerceu funções governativas durante 24 anos vir falar deste tema, certamente que lhe causa alguma dificuldade. Causa dificuldade, porque, de facto, a percepção que o Partido Socialista teve do fenómeno da corrupção e as infrações conexas, na incidência de que esse fenómeno tem no desenvolvimento de uma sociedade e que teve e que tem no desenvolvimento dos Açores, o facto de haver uma crescente consciencialização de todos os atores públicos para a importância de normalidade das relações entre a Administração e os cidadãos, não do favorecimento, não do esconder a situações, não de qualquer outro facto que não seja a transparência na ação da Administração, na sua relação com os cidadãos e na sua forma de atuação no espaço público, na esfera pública e também na produção legislativa, também este Parlamento e todo esse fenómeno que nós, entre outros, mas que o PSD/Açores, durante vários anos, foi alertando, inclusivamente fazendo aquela correlação que os senhores não gostavam que se fizesse, que era do fenómeno da pobreza com o fenómeno da corrupção e, portanto, naquilo que nos era possível enquanto Região Autónoma, procurámos encontrar, sempre, uma forma de trazer este tema para a esfera pública, da

responsabilização também dos Órgãos de Governo Próprio e da Administração Regional na sua ação de prevenção e combate à corrupção, que é, convenhamos, aquilo que podemos fazer.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, Sr. Secretário, nós, em 2017, no Plano e Orçamento para 2018, pela primeira vez introduzimos no nosso Orçamento Regional um capítulo dedicado à verificação dos instrumentos de combate à corrupção. E é verdade, é pena que o Partido Socialista esqueça e venha com esta situação. É que nós agora temos um Gabinete e uma Inspeção Administrativa que para combater este fenómeno não vai primeiro perguntar ao Governo o que é que deve fazer, faz o seu trabalho e reporta às entidades que têm que reportar, desde logo, nos termos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar, ao Ministério Público e às entidades que podem fazer investigação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, nós queremos, com os meios que é o objeto desta primeira pergunta, questionar o Governo em termos daquilo que é a perceção que nós sabemos que estamos em atraso relativamente a uma cultura pública na Administração de prevenção dos fenómenos corruptivos e das infrações conexas. Daquilo que é uma ação pedagógica e instrutiva dentro da Administração, se os meios adstritos a este gabinete procuram já dar continuidade, ou não, àquilo que é um pensamento político muito firme desta maioria e, desde logo, desta maioria parlamentar, de que o fenómeno corruptivo...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: ... também em termos sociais e em termos administrativos deve ser combatido na nossa sociedade, de uma forma também preventiva e não de uma forma demagógica e de querer criar ruído em torno de uma matéria tão importante, que foi aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias tentou fazer para tentar esquecer

que tem um passado e que tem um passado de completo assobiar para o lado naquilo que é o fenómeno do combate à corrupção e infrações conexas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao trabalho já até aqui realizado por este gabinete, dar nota que numa primeira fase, como não existia, teve que ser dada formação aos próprios inspetores. Esta formação, no ano de 2021 e no ano de 2022, já ultrapassou as 270 horas por parte do Corpo de Inspeção e Auditoria, em matéria diretamente relacionada com a prevenção de corrupção. É bom lembrar, já o que disse, este gabinete é algo de novo, estamos a construir, sinaliza uma mudança de paradigma, é verdade, mas é apenas o início de um trabalho. Este trabalho iniciou-se com a instalação do gabinete, com a formação das pessoas, tendo em vista estas áreas, com a celebração de protocolos, como já referi, desde logo começando com a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, tendo em vista as ações de carácter pedagógico junto dos beneficiários intermédios, beneficiários finais e entidades executoras do PRR. E, portanto, isto também foi um trabalho que já foi feito. Com outros departamentos do Governo foram sendo assinados protocolos, ainda recentemente, com a Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e vão sendo feitos estes protocolos, fazendo essas ações de formação.

Realizou-se a primeira Conferência Regional da Prevenção da Corrupção e da Transparência, com um conjunto vasto de especialistas, que refletiram a questão da transparência e do combate aos riscos de corrupção. Vamos ter a segunda conferência no início de dezembro deste ano.

E a verdade é que só por falar nestas matérias, só por disponibilizar meios para se poder imprimir mais transparência, já começam a aparecer, quer seja em relação às autarquias, quer sejam empresas públicas, ou departamentos do Governo, começam a aparecer a apresentação de denúncias, a apresentação de questões. E isto é saudável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Algumas delas não têm sentido, mas está lá um corpo para o verificar, está lá um corpo inspetivo para o verificar.

Gostaria também de dar nota do seguinte e que, aliás, tem a ver com transparência e tem a ver com algo que o próprio Conselho Económico e Social dos Açores solicitou ao Governo: nós estamos a preparar, neste momento em fase final, uma plataforma digital de acesso para que se possa saber a execução de todos os fundos comunitários, não apenas no PRR, do PO2020, do futuro PO2030, para que possa estar ao alcance de qualquer cidadão, qualquer entidade, consolidadamente, qual é a execução destes fundos comunitários. É algo também de novo, que vem no sentido de incrementar a transparência e de responder em concreto a algo que o CESA suscitou.

Mas, como disse, é mais um passo. Tudo isto são passos sucessivos na construção de uma cultura. E é isso que pretendemos na construção de uma cultura de transparência, onde os riscos de corrupção sejam os menores possíveis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não era para eu intervir nesta área, até porque entendo que esse tipo de debate acrescenta pouco. E, além de acrescentar pouco, faz transparecer para a sociedade civil açoriana de que há enormes problemas de corrupção nos Açores.

E nós, felizmente, vivemos numa sociedade tão pequena, tão próxima, que é mais o burburinho, é mais o disse que disse, é mais o boato do que é, de facto, a corrupção.

Nós somos tão pobres, tão pobres, tão pobres que nem para a corrupção há dinheiro. É um facto. É um facto.

Mas há uma coisa que, da primeira resposta que o Sr. Secretário Regional deu aqui ao Sr. Deputado Berto Messias, me despertou curiosidade. E daí a minha pergunta. O Governo Regional dos Açores, através deste novo gabinete, que não é nada de novo, é algo que vem de uma comunicação, uma recomendação de 2009 do Governo da República. Se nós reportarmos a 2009, também sabemos o que é que descobrimos depois disso. Era um Governo preocupado com a corrupção. Nós sabemos porquê. Não vou para aqui trazer mais levandades. A justiça há de tratar disso. Mas ficou claro que a então Inspeção Administrativa Regional, agora Gabinete de Prevenção da Corrupção, ou lá como é que se chama, vai incidir as suas investigações sobre aquilo que se passou na Câmara Municipal da Praia da Vitória, e bem. A pergunta que faço é se, Sr. Secretário Regional, esses mesmos serviços também vão fazer uma visita à Câmara Municipal de Ponta Delgada, nomeadamente no período em que foi seu Presidente o atual Presidente do Governo Regional dos Açores. Revisitar, por exemplo, o processo do Azores Parque, ou revisitar, por exemplo, o processo do Mercado da Graça. Era essa a

resposta que eu gostava de obter do Governo Regional dos Açores, porque isso descansaria, certamente, muito mais todos os açorianos, muito mais do que qualquer gabinete que seja criado entretanto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): À política o que é da política, à justiça o que é da justiça!

Deputado Nuno Barata (IL): Não é bem assim, Sr. Vice-Presidente!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu tenho o gosto de lhe informar que a Câmara Municipal de Ponta Delgada teve uma inspeção em 2019.

Deputado José San Bento (PS): Não foi isso que ele perguntou.

O Orador: Ao que sei, abrangeu todos os mandatos do atual Presidente do Governo. E, portanto, foi 2019. Não foi ainda sequer com este Governo. Correu tudo normalmente. O que vem aqui, claramente, explicitar que se há Câmara Municipal auditada foi a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Nuno Barata, agradeço-lhe a pergunta porque permitiu clarificar aqui a esta questão. Foi importante o Sr. Deputado tê-la colocado porque veio clarificar. Se há Câmara e mandato auditado, foi o da Câmara de Ponta Delgada e do Presidente de então, José Manuel Boleiro, em

2019. Se tivessem feito, talvez, estas auditorias a outras Câmaras Municipais, de novo voltamos à Câmara Municipal da Praia da Vitória, não estaríamos na situação que estamos hoje em dia. E renovo para que não fiquem dúvidas, os documentos da inspeção de 2012 que não viram a luz do dia, se existirem, vão ser encontrados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isto vai ser a “caça às bruxas” do Duarte Freitas, que não sabe fazer outra coisa!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira fase, começo por enquadrar a questão dizendo que é do conhecimento público que a criação deste gabinete resulta de uma das exigências no acordo de incidência parlamentar de um dos parceiros do Governo, o Chega. Este gabinete e as suas competências e, principalmente, a forma como se transmitiu a ideia de que ele seria um gabinete de combate à corrupção, como se uma entidade administrativa pudesse alguma vez ter competências de investigação criminal, este gabinete é e foi um embuste, um embuste criado por este Governo para ceder e, ao mesmo tempo, enganar ali o Sr. Deputado do Chega. Aliás, mais um engano a juntar àquele do famoso cheque dos 1500 euros, que ficou na gaveta e que o Sr. Deputado do Chega é enganado ou se deixa enganar ao longo deste processo. Ou seja, as promessas do Governo ao Chega não passam, como é óbvio, de embustes.

Ora, é curioso olhar para as competências deste gabinete e até para o seu quadro de pessoal, integrado na Inspeção Administrativa e da Transparência, essa, sim, uma entidade que é necessária, que tem funções que são importantes e que todas

estas competências deste gabinete poderiam efetivamente estar integradas nessa mesma Inspeção Administrativa da Transparência.

Ora, também é curioso que um Governo que enche o peito de ar para falar da redução das entidades ligadas à Administração Pública, da extinção de empresas, uma das primeiras medidas que tenha é criar mais uma entidade, mais um gabinete. E, neste caso, para quê? Apenas para fazer a vontade a um dos parceiros da coligação do Governo.

Ora, esta medida não é uma medida para beneficiar as pessoas, não tem qualquer efeito prático na vida das pessoas. É uma medida para, exatamente, satisfazer o Chega e não, efetivamente, para resolver nenhum problema de corrupção nem de transparência. Aliás, de transparência, este Governo nem deveria falar.

Sr. Secretário, a pergunta que lhe faço é: como é que explica este Governo, o Governo da redução dos cargos, dos organismos e das empresas, que uma das primeiras medidas seja criar mais um organismo, mais um gabinete? E, neste caso, um gabinete que, efetivamente, todas as suas competências...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... poderiam estar na entidade já existente e que, essa sim, é importante.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, com toda a legitimidade, o senhor acha que não é necessário este Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência. É legítimo. O senhor acha que não vale a pena investir-se aí, gastar-se dinheiro aí, não vale a pena ter como preocupação a transparência e o combate aos riscos de corrupção. É uma opinião sua.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: É uma opinião sua, aliás, corroborada há bem poucos dias pelo candidato presidencial Lula da Silva, que o problema da corrupção se resolve não investigando.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: E, portanto, há aqui uma certa sintonia discursiva que me apraz registrar.

Deputado António Lima (BE): Seja sério!

O Orador: Mas, além do mais, eu queria-lhe dar nota de uma evidência, ...

Deputado António Lima (BE): O senhor apoia o Bolsonaro, não é?

O Orador: ... Sr. Deputado António Lima: a prova de que valeu a pena, não fosse por mais nada, mas por estarmos aqui a falar no assunto, veja lá, estamos aqui a discutir a questão do Gabinete do Gabinete da Prevenção da Corrupção e Transparência, temos um relatório relativamente a 2021 e ao primeiro semestre 2022.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não responde às perguntas!

O Orador: Vamos ter também do segundo semestre. E estamos todos a construir uma cultura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pelos vistos, o senhor não gosta. Uma cultura de transparência e de diminuição dos riscos de corrupção. É isso que nós estamos aqui a construir. E nós, respeitando a sua opinião diversa, estamos muito confortáveis e muito convictos que é preciso lutar para termos uma cultura de transparência e de combate aos riscos de corrupção.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa, no âmbito desta primeira pergunta, não tem nenhuma inscrição.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Uma interpelação à Mesa para perguntar a V. Exa. se o Sr. Deputado José Pacheco e o Chega se podem inscrever para colocar perguntas ao Governo.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): A preocupação do PS é o Chega!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, naturalmente que se pode inscrever.

Bom, vamos então avançar para a segunda pergunta deste objeto.

E para iniciar dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em resposta à questão que coloquei há pouco o Sr. Secretário, percebi, e corrija-me se estou errado, que admite que há uma dotação atualmente satisfatória para aquelas que são as funções do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência. Percebi isso, mas, como disse, posso ter percebido mal.

E a minha questão relativamente a esse assunto é a seguinte: no início do ano passado, em sede de negociação do Plano e Orçamento para 2021, eu negocieei, na altura, com o Governo a adição de mais 50 mil euros a essa estrutura inspetiva. A pergunta é: em que é que foram empregues esses 50 mil euros? Se, efetivamente, essa dotação foi utilizada.

Para que, a partir daí, percebamos se houve, efetivamente, um aumento de competências ou de elementos que estejam ao serviço desse gabinete. Quando digo elementos, não só de ordem de pessoal, como o Sr. Secretário já transmitiu,

e bem, que ainda não existem esses elementos, mas até de espaços físicos ou de outros equipamentos relativamente à situação.

Portanto, a pergunta é, efetivamente: em que é que foram utilizados os 50 mil euros? E se, efetivamente, foram utilizados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já referi, a criação de um gabinete desta índole e aquilo que é a sua vocação ou o que pretendemos que seja a sua vocação é um processo em construção. A admissão de novos inspetores para reforçarem este gabinete está a decorrer, já decorreu dois e vai decorrer mais dois. Queremos com mais quatro, também de mais meios administrativos. O investimento, executando verbas, naturalmente, do plano, que estamos a fazer em relação às instalações e tudo isto, naturalmente, essa proposta também foi muito positiva para que se pudesse ir consolidando, quer seja em termos de pessoal, de formação, em termos de equipamentos, em termos de instalações, para que se possa ir consolidando este gabinete e facilitando a sua ação ao longo dos próximos tempos, que esperamos, sinceramente, possa ser cada vez mais rica, mais eficaz e que possa, depois do XIII Governo, ser o XIV, o XV ainda incrementada e atualizada em relação aos dias que vão passando.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para utilizar o seu direito de réplica, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, então, uma vez que já ficou concluído o ano de 2021 e que as verbas que se está executar são referentes a 2022, devo concluir que no ano de 2021 não foi utilizada qualquer verba dessa rubrica dos 50 mil euros, no decurso do ano de 2021, porque à altura do Plano e Orçamento já estávamos quase a metade do ano de 2021? Posso pressupor que, efetivamente, não foi utilizada essa verba dos 50 mil euros?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a resposta o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não tenho aqui os dados da execução ao pormenor de 2021.

Deputado Carlos Silva (PS): Quando dá jeito, o senhor tem!

O Orador: Irei facultá-los ao Sr. Deputado logo que os tenha na minha posse. Mas a verdade é que o Decreto Regulamentar que aprova o funcionamento do Gabinete da Prevenção da Corrupção e da Transparência é de 26 de novembro, não é?

E, portanto, isto, na verdade, foi já quase no final do ano. No entanto, as ações de formação que já fomos fazendo ao longo de 2021 e aquelas que estamos a fazer em 2022 e o investimento estamos a fazer nas instalações, como disse, penso que poderão responder com maior eficácia àquilo que se pretende para já do gabinete.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor?

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, três notas prévias que me parecem fundamentais. Percebemos já que da parte do Chega, tendo em conta a sua não inscrição e a falta de perguntas nesta sessão de perguntas, que é não só uma fraude política, como é também, no que se refere à corrupção, um cobarde político, porque não intervém neste debate nem coloca questões. E, portanto, continua a ludibriar, desta forma, os seus eleitores.

Dizer também que o Sr. Secretário Regional das Finanças, fugindo às perguntas que lhe coloquei, gosta muito de falar da Câmara da Praia. É importante também esclarecer aqueles que nos ouvem e a Câmara, que a Câmara Municipal da Praia e qualquer Câmara Municipal tem um escrutínio anual por parte das entidades competentes, como é, por exemplo, o caso do Tribunal de Contas e os seus órgãos locais, muito acentuado. E, portanto, fazer crer que a Praia da Vitória e a Câmara Municipal da Praia da Vitória é uma terra sem lei, parece-me que lhe fica muito mal, Sr. Secretário.

Mas também quero dizer-lhe o seguinte: o senhor gosta muito de falar da Câmara Municipal da Praia quando eu estou envolvido aqui em qualquer debate. Quanto às inspeções, eu nem estava na Câmara nem estava no Governo, portanto, tenho pouco que ver com isso. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: já que gosta tanto de falar da Câmara da Praia, era importante que lá fosse para resolver todos os assuntos pendentes que lá deixou enquanto Membro do Governo e que continuam por resolver.

Dizendo também o seguinte, tendo em conta aquelas que foram as referências do Sr. Deputado João Bruto da Costa sobre os 24 anos do Governo, o que vindo de um advogado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, isto não é uma sessão de perguntas ao Governo?

O Orador: ... é também, na minha perspetiva, algo grave.

A visão sectária que o Sr. Deputado João Bruto da Costa mostrou, mesmo sendo advogado, é algo com o qual não podemos compactuar, porque o Sr. Deputado faz acusações graves aos 24 anos de governação do Partido Socialista, mistura conceitos de corrupção com aquilo que são as responsabilidades administrativas do Governo Regional e desmerece e põe em causa o trabalho das entidades competentes no Ministério Público e no âmbito da investigação criminal na nossa Região, que tem desenvolvido um importante trabalho ao longo de muitos anos. E isso até, permita-me dizer-lhe, Sr. Deputado, com todo o respeito, vindo de um advogado é ainda mais grave.

Perguntar ao Sr. Secretário, porque na primeira vez que coloquei uma questão, arranjou um conjunto de subterfúgios para a questão que lhe perguntei, eu tenho que reiterar a pergunta que já fiz. Ou seja, tendo em conta a missão do Gabinete de Prevenção e Combate à Corrupção, tendo em conta a competência que tem, segundo aquilo que consta, quer no portal do Governo, quer no Decreto Regulamentar que define a sua competência, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... de que trabalha para criar um ambiente de integridade ética e transparência, tendo em conta o facto de, até maio deste ano, um Membro do Governo Regional ter na sua empresa conseguido 460 mil euros de ajustes diretos com entidades públicas, eu pergunto ao Sr. Secretário, pedindo-lhe que não volte a arranjar subterfúgios, se este gabinete desenvolveu alguma diligência junto da tutela para que se investigasse esta situação e estes ajustes diretos. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para...

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para um protesto, Sr. Presidente, ao facto de o Sr. Deputado Berto Messias ter usado a minha profissão para qualificar a minha intervenção enquanto Deputado nesta Casa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A sua profissão é respeitável!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): É respeitável e tem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Quem diz o que quer, ouve o que não quer!

Presidente: Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É sabido que eu, nas funções que desempenho, que são de elevada obrigação e responsabilidade, evito utilizar os protestos e muito menos os faria a título pessoal.

Mas, Sr. Presidente, isto é verdadeiramente para protestar. Sr. Deputado Berto Messias, eu não lhe admito que o senhor faça qualquer referência qualificativa de avaliação das minhas qualidades profissionais enquanto advogado, primeiro, porque o senhor não tem qualificações para tal, segundo, porque eu estou aqui enquanto cidadão a exercer uma função de representação do povo e, terceiro, Sr. Deputado, eu tenho profissão, ao contrário de outros!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, para um contraprotesto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me dizer-lhe, Sr. Presidente, que, de facto, não percebi este protesto.

E quero dizer-lhe, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que, naturalmente, a sua profissão é respeitável. O senhor, enquanto Deputado, é respeitável. E, de facto, nós, neste Parlamento, somos todos iguais.

A referência que fiz foi, parece-me, uma referência normal, feita tantas e tantas vezes quando são aqui discutidos temas que têm que ver com a vida profissional dos Deputados que estão incluídos nesse debate e que, do ponto de vista político, fiz a referência.

A forma como misturou aquilo que são competências administrativas de uma entidade administrativa com competências no âmbito do Ministério Público e no âmbito das forças policiais de investigação criminal, pareceu-me desadequada e sectária. E fiz a referência que, sendo, aliás, o senhor advogado, que é respeitável, naturalmente, que isso era, na minha perspectiva, ainda mais incorreto. Foi esta a referência que fiz.

Naturalmente que não o desrespeitei, muito menos a sua profissão, que, naturalmente, respeito e que, obviamente, estando nós no Parlamento, sendo nós 57 Deputados, somos todos, obviamente, iguais.

Lamentando também, Sr. Deputado, que fazendo um protesto destemperado, não tenha perdido a oportunidade também de me fazer um ataque pessoal, mas isso eu vou relevar, porque diz mais de si do que de mim.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para responder à questão, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças, o Sr. Subsecretário tinha pedido a palavra para...

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, é para a defesa da honra.

Presidente: Para a defesa da honra, tem a palavra. Faz favor.

(*) Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Berto Messias, por duas ocasiões, hoje, aqui, voltou a falar na minha pessoa e da minha vida pessoal.

O Sr. Deputado Berto Messias voltou a falar de um assunto que para mim ficou encerrado com o esclarecimento que eu fiz na sequência de uma conferência de imprensa do Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não funciona assim!

O Orador: Eu começo a pensar que há, de facto, aqui, uma articulação perante as câmaras de televisão, quando a Assembleia Legislativa Regional está reunida, do Partido Socialista com o Bloco de Esquerda, para difamar as pessoas da coligação, do Governo e da Assembleia Legislativa Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A minha vida pessoal a mim diz respeito e acaba, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pessoal?! Mas isto não é pessoal!

O Orador: ... acaba no momento em que eu não cumprir a lei e não tiver uma conduta própria daquilo que eu entendo que é o serviço público.

Como disse, como tive oportunidade de dizer no esclarecimento que fiz à conferência de imprensa do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, eu tenho 34 anos de vida pública, sei bem o que é que tenho feito na minha vida e eu assumo todas as responsabilidades sobre isso. Agora, não posso é aceitar que o Sr. Deputado Berto Messias sistematicamente utilize a minha pessoa para atacar a honra de toda uma classe política, tornando a Assembleia Legislativa Regional numa espécie de revista cor-de-rosa. Não posso aceitar isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Subsecretário.

Sr. Deputado Berto Messias, para dar explicações, tem 3 minutos. Faça favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário, deixe-me dizer-lhe que me parece que eu não atingi a sua honra. E se o fiz, peço-lhe desculpa. Aquilo que eu fiz foi abordar um facto político que me parece de grande relevância. E é isso que nós estamos aqui a fazer, a abordar factos políticos, ...

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Factos?

O Orador: ... que nada têm que ver com a sua vida pessoal, Sr. Subsecretário. E o facto de invocar isso e invocar a sua honra e dizer que estão a pôr em causa a sua vida pessoal e que encerrou o assunto numa conferência de imprensa, é ainda muito mais grave, porque mostra aqui aquela que é a sua postura relativamente a esta matéria.

A abordagem que fiz e que continuarei a fazer é política. E entendo que é politicamente muito relevante o facto de um Membro do Governo, até maio deste ano, ter tido ajustes diretos de entidades públicas no valor de 460 mil euros da empresa que detém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Isso é, na minha perspetiva, politicamente relevante, Sr. Secretário. Nada me move nem nada tenho contra si do ponto de vista pessoal. Estamos aqui a discutir política.

E deixe-me dizer-lhe também, Sr. Secretário, estamos a discutir política e responsabilidade, permita-me dizer-lhe: não é o Sr. Secretário que encerra os assuntos numa conferência de imprensa. O senhor está aqui para ser escrutinado em permanência por este Parlamento e também pelas açorianas e os açorianos.

E é isso que nós continuaremos a fazer porque é politicamente relevante a sua situação e é por isso que já referi e que vou continuar a referir, porque não parece de todo correto que V. Exa., enquanto Membro do Governo e a empresa detida por si tenha auferido 460 mil euros em ajustes diretos por entidades públicas. Isto é politicamente muito relevante.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mas isso é ilegal?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta à questão colocada pelo Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo em concreto à pergunta do Sr. Deputado Berto Messias, não houve nenhuma denúncia em relação à matéria em concreto que colocou. Se tivesse havido ou se venha a existir, naturalmente, existirá o processo subsequente.

Quero apenas dar uma nota que acho que é relevante: não foi só nesta bancada do Governo, talvez tenha sido em todas as bancadas ou em pessoas que estão em todas estas bancadas, neste hemiciclo, também passou por mim, ser acusado, sendo notícia quando fui e não haver uma única notícia quando fui inocentado ou arquivado. Este é o drama da acusação pública e daquilo que politicamente se faz no cavalgar do facilitismo populista das acusações públicas.

Deputado Berto Messias (*PS*): Foi o que o senhor fez na sua primeira intervenção! Não misture debate político com investigação criminal!

O Orador: E, portanto, neste aspeto, e como estamos a falar de transparência, também é bom sublinhar que quanto mais transparência houver, quanto mais lisura houver, mais facilmente se combate o populismo *ad hominem* contra algumas pessoas e especialmente contra políticos de todas as bancadas. Porque isto hoje é meu, amanhã é teu. Ontem foi teu, hoje é meu.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): É por isso que não se deve acusar a Câmara da Praia!

O Orador: Existem leis e existe o Estado de direito para serem cumpridos.

Deputado António Lima (*BE*): E existe a transparência e a ética!

O Orador: Existem entidades para as fiscalizar. É assim que deve ser.

Porque, digo e repito, quando há uma acusação pública a um político, ela cavalgada desde logo pelos seus adversários, como aconteceu também comigo, quando há inocentemente ou arquivamento jurídico, não há uma palavra nem da comunicação social, nem dos outros, nem dos políticos, nem nada disto.

E, portanto, é algo com que nós temos que nos confrontar.

E, atenção, isto não é nada parcelar nem para o Governo nem para qualquer partido, isto é para todos nós, enquanto políticos. Temos que ter regras de transparência, de ética, mas não nos podemos deixar ser joguetes políticos de populismo contra a pessoa A ou a pessoa B, hoje um, amanhã outro.

A lei existe e é para se cumprir. Se não se cumpre, tem que ser penalizado. Se não há, se a pessoa é inocente, não pode ser vilipendiada.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Estava inscrito, para colocar uma questão, o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco, em resposta à minha primeira questão, o Sr. Secretário das Finanças afirmou que o Bloco de Esquerda não queria nem combater a corrupção nem queria transparência na Administração Pública. O Sr. Secretário fingiu que as minhas palavras, ao dizer que as competências do Gabinete de Prevenção da Corrupção deviam estar integradas na Inspeção Regional já existente, significariam uma coisa tão diferente como não querer que existisse combate à corrupção na Região. Ó Sr. Secretário, esperava mais de si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós de si não esperávamos!

O Orador: Mas o Sr. Secretário, para além de esquecer-se que o que eu disse foi que as competências deste gabinete poderiam muito bem estar integradas na Inspeção Regional Administrativa e da Transparência, órgão já existente e não com a criação de mais um órgão, o senhor esquece-se que até, por acaso, foi o Bloco de Esquerda a denunciar a promiscuidade e a situação pouquíssimo transparente e nada a ética da relação que existia e existiu de um Membro do Governo com uma empresa com negócios com o próprio Governo.

Este Governo que se diz tanto a transparência é um Governo que acha que isto tudo é normal. E, aliás, vem o Sr. Secretário Regional da Presidência, a defender a sua honra, dizer que existe um acordo entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista para o difamar. Foram essas as suas palavras.

Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): E há!

O Orador: Sr. Secretário, prove lá isso! Prove lá isso!

É que fazer essa acusação é muito fácil, prová-la eu quero ver como é que o senhor a faz. Ao contrário de si, eu provei com documentos que são públicos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... todas as acusações que fiz e todas as denúncias que fiz. Nenhuma delas foi desmentida nem por si nem pelo Governo. Nenhuma delas. Aliás, elas são públicas para qualquer pessoa consultar e, aliás, eram do conhecimento de grande parte da sociedade açoriana.

E eu pergunto: porquê? Por que razão é que ninguém falava delas? Por que razão ninguém os denunciava? E eu respondo: porque há medo na sociedade açoriana, porque há medo de enfrentar o poder, o poder político e o poder económico.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Havia!

O Orador: Mas digo-lhe uma coisa, Sr. Secretário: o Bloco de Esquerda não tem medo nem do poder político, nem do poder económico, nem de qualquer outro poder.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, termino fazendo uma pergunta: que orientações deu este gabinete aos Membros do Governo sobre os negócios dos Membros do Governo com o próprio Governo, Sr. Secretário? Que orientações deu em nome da ética, da transparência e da boa utilização dos dinheiros públicos? Foram as orientações que o Sr. Secretário da Presidência disse de que o assunto está encerrado? O gabinete disse que o assunto está encerrado e não há mais nada a investigar e a recomendar? Deixo-lhe a questão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão do Sr. Subsecretário Pedro Faria Castro, ele próprio já respondeu. É transparente, temos as regras e o que a lei diz. E, portanto, estamos, nesse aspeto, conversados.

Mas, em relação à segunda questão, isto está bastante ligado, quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado António Lima... quero dar nota, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação à questão das denúncias e do medo: Sr. Deputado António Lima, as queixas, as denúncias em 2021 foram mais do que em relação a 2019,

mais 80%. Mais 80% em 2021 em relação a 2019. Em relação a medos, estamos conversados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais, vemos hoje, na verdade, ainda bem que me permite esta oportunidade, a liberdade que existe nesta Região, porque anteriormente funcionários públicos que eram de um partido da oposição nem abriam a boca. Hoje, com responsabilidades, são nomeados com responsabilidades porque são competentes para tal.

Eu estou muito feliz e muito confortável porque já nomeei um anterior Secretário Regional e dois anteriores Diretores Regionais que eram do Partido Socialista.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Qual é o problema que isto tem? Faz parte.

Agora, o que vemos é que na comunicação social e noutros meios, pessoas que quando eram do PSD tinham medo de acusar o PS, que agora são do PS e não têm medo de acusar o PSD e este Governo. É esta a diferença entre o medo que se vivia e a liberdade que se vive?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, a este respeito, quer seja em relação à faculdade que damos de portas abertas, através deste gabinete, para haver queixas e denúncias... E que o Sr. Deputado António Lima, ele próprio, como Deputado ou como pessoa, pode a qualquer momento fazer a queixa. Em vez de uma conferência de imprensa, façam a queixa também, apresentem a queixa.

Deputado António Lima (BE): Para quê? Para arquivarem?

O Orador: Se há problemas de legalidades, faça essa queixa. Agora, o Sr. Deputado António Lima e do Bloco de Esquerda, ...

Deputado António Lima (BE): Eu sou político, não sou polícia!

O Orador: ... têm uma característica, nomeadamente o Bloco de Esquerda, que é a encenação. O populismo em Portugal, antes da direita, começou na esquerda e começou pelo seu partido. Escondeu no populismo as heranças de regimes terríveis que os senhores apoiaram sempre. Foi o populismo que começou em Portugal. O populismo em Portugal começou na extrema-esquerda. E o senhor não consegue sair desta lógica de populismo, de ataques *ad hominem*, de judicialização da política. O senhor não consegue fugir disso.

Deputado António Lima (BE): É verdade ou não?

O Orador: Mas o senhor tem uma oportunidade. Porque é que o senhor não se integra neste crescimento de 80% das denúncias? O senhor integre-se, faça favor. Se tiver razão, vai-lhe ser dada a razão, Sr. Deputado.

E, mais uma vez, é óbvio, transparente, respira-se democracia e liberdade nos Açores, ao contrário do que acontecia em 2019.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Nem o senhor acredita nisso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições.

Relativamente à segunda pergunta do primeiro objeto, não há mais inscrições. Darei a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado para fazer a terceira pergunta relativa ao primeiro objeto. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de observar que, por parte da Mesa, tem havido alguma latitude relativamente às perguntas que têm sido feitas no âmbito do primeiro objeto, porque há perguntas que foram formuladas que têm mais a ver com o segundo e com o terceiro objeto da sessão de perguntas.

Sr. Secretário, conforme o senhor disse e como já tinha ficado público há alguns dias, há intenção por parte da sua Secretaria Regional de usar da disponibilização de um novo espaço, em Angra do Heroísmo, para as atividades relacionadas com o IRAT (Inspeção Regional da Administrativa e da Transparência).

A pergunta é, Sr. Secretário: uma vez que já transmitiu que o espaço é de aluguer, qual é o valor da renda mensal deste espaço? Em que moldes é que foi feita a contratação, nomeadamente se houve consulta de mercado ou se foi por ajuste direto? E por quantos anos é que foi feito o aluguer desse espaço? E, ainda, Sr. Secretário, se existem outros imóveis do mesmo proprietário que tenham contratos de arrendamento com a Administração Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, posso dar nota que, para estas instalações, o contrato que foi feito foi de 3500 euros por mês. Foram consultadas várias entidades e foi depois definido aquele espaço.

Mas isso permite-me também trazer aqui à coação outra questão que tem a ver com o património da Região. Pedi um levantamento do património da Região e também daquilo que a Região gasta em rendas. Eu posso anunciar aqui três situações: primeiro, que a Região tem no seu nome mais de 4000 artigos de

prédios rústicos e urbanos; que a Região gasta mais de 1,5 milhões de euros por ano em rendas. Dir-me-ão: isso é pouco? É muito? A mim, causa-me impressão, porque, com tantos prédios que nós sabemos que são da Região, alguns estão ao abandono. Como é que não se podem recuperar?

Deputado António Lima (BE): Não tinham um espaço na Secretaria só para o gabinete?

O Orador: E isto para dizer o seguinte: na lógica de rentabilização do património, foi dado instruções à Direção de Serviços de Património para fazer um levantamento minucioso de todos os prédios que estão ocupados e os que estão disponíveis, de todos aqueles que têm condições de serem recuperados e os preços da recuperação, para que na otimização deste património possamos não só recuperar algum dele, como também, eventualmente, a prazo, poupar algo em rendas.

Isso não inibe que, neste momento, para resolver situações deste ano, do próximo, se calhar dos próximos dois ou três anos, tenhamos que fazer arrendamentos, continuar uns, fazer uns novos. Mas o objetivo é que possamos fazer um levantamento deste património e também um estudo da sua otimização em termos de ocupação e em termos financeiros. E isto também fica aqui como nota de transparência.

Vamos fazer e vamos também, naturalmente, dar nota a esta Casa de todos os detalhes que este levantamento vai proporcionar e também daquilo que eventualmente seja necessário investir agora, no curto prazo ou no médio prazo, para ganhar a prazo, não só em termos de rendas, mas até em termos de recuperação de edificado. Que há até algum património edificado da Região que não é só por estar ao abandono, algum dele até causa perigo público.

E, portanto, nós temos que ter, como entidade responsável, o Governo da Região, esta postura. Não é para resolver hoje nem amanhã, mas vamos fazer um estudo para levantamento e otimização do património da Região e também de

substituição, na medida do possível, de arrendamentos por utilização de espaços próprios da Região.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para o direito à sua réplica, tem 3 minutos. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, devo dizer, com toda a franqueza, congratulo-me com a medida anunciada que o senhor aqui referiu de fazer um levantamento exaustivo dos imóveis que a Região detém, com objetivo de recuperá-los, adaptá-los, rentabilizá-los. Isso, mais do que um assunto de boa gestão pública, é também uma obrigação do Estado manter em boa condição de utilização dos imóveis que são pertença da Região. Portanto, é uma boa medida e espero que seja posta em prática.

Como o senhor diz, e bem, não é um assunto que se resolva em semanas, nem em meses, nem numa legislatura. Temos que ter a consciência disso. Mas é um bom princípio.

No entanto, Sr. Secretário, da pergunta que lhe fiz anteriormente, e por isso precisei da réplica, o senhor não me respondeu por quantos anos é que está protocolado o aluguer desse espaço. Se sabe essa informação. Se não, pode-me transmiti-la mais tarde. E quantos imóveis é que a Administração Pública Regional tem alugados ao senhor ou à entidade alugou esse novo espaço?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para a resposta.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, aquilo que nós estamos a negociar, porque ainda falta a finalização de todo o processo, é pelo menos 5 anos. Eu explico porquê. Porque nenhum senhorio quereria fazer as obras se não tivesse um horizonte temporal de utilização do espaço. E, portanto, fica aqui a resposta, que, como compreenderá, nesta lógica imobiliária tem esta razão de ser.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, tendo em conta as referências e o grandioso anúncio feito aqui pelo Sr. Secretário Regional das Finanças sobre o levantamento dos imóveis, quero dizer-lhe, Sr. Secretário, que isso não é novo, aliás, decorre um Decreto Legislativo Regional, aprovado nesta Casa, salvo erro por proposta do PPM, do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o Governo Regional entregue, periodicamente, aqui no Parlamento, o património imóvel da Região e a evolução, se esse património aumentou ou diminuiu. Portanto, isso não é novo. O Governo estará, assim, a cumprir uma das suas obrigações, que decorre daquilo que foi aprovado nesta Câmara.

Dizer também, Sras. e Srs. Deputados, que se adensa a fraude política e a cobardia política do Sr. Deputado José Pacheco e do Chega neste debate, ...

Deputado José Pacheco (CH): Mais 100 votos! Eu tenho pena de si!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas que obsessão!

O Orador: ... que continua mudo e calado relativamente a uma sessão de perguntas sobre o Gabinete da Prevenção.

Dizer também, Sras. e Srs. Deputados, que, para o Governo Regional, reiterando, aliás, aquilo que o Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, afirmou em tempos, para o Governo Regional não há problema absolutamente nenhum que

um Membro do Governo tenha auferido ganhos significativos no âmbito de ajustes diretos da empresa que era detida por si.

E temos agora também aqui um dado relevante, que é a arrogância com que o Sr. Secretário Regional das Finanças tratou um Deputado desta Casa, mandando o Sr. Deputado António Lima fazer queixas no portal do gabinete e não respeitando o Sr. Deputado enquanto Deputado desta Casa, que tem o legítimo direito, porque foi para isso que foi eleito, de aqui escrutinar politicamente as opções do Governo e aquilo que é feito no âmbito do erário público pelos Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, diz a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, e essa recomendação manda que sejam enviados os planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas por parte das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, ou seja, têm que remeter no prazo de 90 dias os seus planos de riscos de corrupção e infrações conexas.

Uma breve consulta ao portal do Tribunal de Contas, vemos na lista das entidades que remeteram os planos de gestão de riscos de corrupção ao Conselho de Prevenção, conclui-se, pelo menos é esta a informação que consta nesse portal do Tribunal de Contas, que nenhuma Secretaria Regional do atual Governo remeteu e enviou estes planos de gestão, de riscos de corrupção e de infrações conexas.

Quanto às Direções Regionais, lá constam as Direções Regionais referidas como as Direções Regionais do anterior Governo. E, portanto, depreende-se assim que estamos a falar dos planos que foram enviados pelo anterior Governo.

Mais curioso ainda é o facto de a própria Inspeção da Transparência e do Combate à Corrupção não ter também remetido esses planos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, Sr. Secretário, neste momento, segundo a informação que temos no portal do Tribunal de Contas, o XIII Governo, arauto da transparência e do cumprimento das regras, não remeteu qualquer plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas ao Tribunal de Contas, cumprindo aquilo que

consta na lei. E, portanto, gostaria que nos explicasse o porquê dessa ausência de envio, segundo consta no site do Tribunal de Contas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Berto Messias, devo dar-lhe nota de que na IRAT já há um conjunto desses planos entregues pelos departamentos do XIII Governo. Fá-lo-ei chegar a esta Casa, a informação circunstanciada de todos e também da expectativa de quando é que o resto da Administração Pública Regional prevê entregar?

Deputado Berto Messias (PS): Já passaram mais de 90 dias!

O Orador: Algo que eu conto que possa acontecer até ao final deste ano.

Em relação à otimização do património, eu penso que o Sr. Deputado Berto Messias percebeu bem o que é que eu quis dizer. Não estamos a falar aqui da mera elencagem, estamos a falar de picar cada um deles, ver a situação e saber que a otimização pode ser dada àquele determinado bem. E se um determinado bem exige um investimento que seja rentável em termos de substituição de uma renda que se está a fazer, naturalmente devemos fazer.

A mim, chocou-me que 1,5 milhões de euros fossem pagos de rendas por ano. Aliás, houve já instalações, inclusivamente em Ponta Delgada, desde logo, que

estavam também sob a minha alçada de então, em que não renovámos o arrendamento porque os senhorios pediam cada vez mais.

Deputado Berto Messias (PS): Da mesma forma que houve novos arrendamentos.

O Orador: Isso, certamente, já aconteceu muitas vezes no passado, poderá acontecer no futuro, mas quem tem a gestão do bem público, tem a obrigação de ter uma ideia estruturada, de ter um planeamento para que possa otimizar o património que é seu, não só poupando a prazo em rendas, mas também qualificando património, qualificando o nosso tecido urbano. E isso penso que todos poderemos ganhar a prazo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A pergunta que vou formular foi suscitada por esta intervenção, para apresentação de pergunta o Sr. Deputado Berto Messias, quanto ao encaminhamento de processos que chegam ao conhecimento do Governo Regional.

Isto fez recordar-me uma situação ocorrida em 2013. Na altura, na legislatura de 2012 a 2016, exerci as funções não desde o início do mandato, mas, chegado aqui ao Parlamento, fiz um conjunto de requerimentos, um dos quais suscitado por pessoa amiga, que, trabalhando na Escola Profissional das Capelas, me deu conta de ali terem estado os inspetores regionais a realizar trabalhos por uma inspeção. Eu requeri, nos termos regimentais e estatutários, ao Governo Regional, cópia do relatório dessa inspeção, bem como de outras inspeções que estavam contidas no plano de atividades da Inspeção Administrativa Regional. E a resposta do Governo Regional foi o silêncio. Insisti. E o Governo Regional respondeu-me que os relatórios de inspeção estão disponíveis num determinado site durante um

determinado tipo de tempo. O período de tempo já tinha expirado quando eu fiz o requerimento. E, portanto, nunca facultou cópia de nenhum dos documentos.

Recorri à CADA (Comissão de Acesso a Documentos Administrativos), que me respondeu: tratando-se de uma matéria parlamentar, não há possibilidade de a CADA poder dar uma resposta. Recorri novamente à CADA, como cidadão, a requerer essa documentação. E a resposta que o Governo Regional enviou, através da CADA, foi de que essa inspeção, que a pessoa amiga me deu conta de se ter realizado na Escola Profissional das Capelas, afinal, estando prevista no plano de atividades da Inspeção Administrativa Regional, nunca se realizou.

Inclusivamente, a pessoa amiga até me facultou o nome dos três inspetores que realizaram esses trabalhos durante várias semanas, em São Miguel.

Deputado Flávio Soares (PSD): É a tal transparência!

O Orador: E vou fazer a pergunta ao Sr. Secretário Regional e ao Sr. Presidente. Não sei se, efetivamente, a inspeção chegou, ou não, ao fim. Se teve, ou não, relatório. Se o relatório recomendava alguma coisa menos confortável para o Governo Regional e para, digamos, as pessoas que tinham as funções de administração da Escola Profissional das Capelas nessa altura.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar.

A minha pergunta, Sr. Secretário Regional, é: perante uma situação destas, este gabinete que foi criado por esta coligação, com o apoio dos acordos de incidência parlamentar, nomeadamente com o Chega, com o IL e com o Deputado independente, se agirá nos mesmos termos em que fez o Governo Regional do Partido Socialista, presidido pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Dando conta também, já agora aproveito para dizer que vou fazer um requerimento novamente a pedir essa informação, para ver se hoje ela chega, se efetivamente existir.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Daí conclui-se que o senhor tem que escolher melhor os seus amigos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma resposta muito rápida e simples ao Sr. Deputado Joaquim Machado: é evidente que, neste caso, como um qualquer outro, o Governo Regional se esforçará por responder nos 30 dias, como nos esforçamos sempre.

Deputado Berto Messias (PS): Pelo amor de Deus, os senhores têm que combinar melhor essas perguntas!

O Orador: Reconhecemos que não conseguimos em todas as circunstâncias, mas que nos esforçamos sempre para responder aos requerimentos. E, portanto, contará, naturalmente, com a resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos avançar para o segundo objeto desta sessão de perguntas: evolução e reforço de competências e seus efeitos práticos.

Para a primeira questão, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2021/A, de 23 de julho, aprovou a orgânica da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, como o senhor sabe. E nesta estrutura está integrada a Inspeção Regional

Administrativa e da Transparência. E, nesta última, por sua vez, estão integrados o Corpo de Inspeção e Auditoria, o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência (não diz combate à corrupção, Sr. Deputado Berto Messias, não diz combate à corrupção, diz Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, não fala em combate) e o Núcleo de Apoio Técnico.

Sr. Secretário Regional, da leitura das competências destes três órgãos que compõem o IRAT, há uma clara observação do seguinte: o Corpo de Inspeção e Auditoria anula por completo o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência. Não sei se isso foi um ato voluntário ou involuntário. Eu creio que há de ter sido involuntário. O que é certo é que as competências inspetivas ficam todas identificadas no Corpo de Inspeção e Auditoria e remete apenas para o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência um conjunto de situações que é mais de ordem pedagógica do que propriamente de ordem operacional, de verificação, de inspeção.

Portanto, o que acordamos em tempo do acordo de incidência parlamentar é que esse Gabinete de Prevenção, como o próprio preâmbulo do Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2021/A identifica nos primeiros três parágrafos, prevenção e combate. O que é certo é que a prevenção e o combate fica só e apenas nos primeiros três parágrafos do preâmbulo, porque nas competências delegadas a esta estrutura, ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e Transparência, não há atividade inspetiva.

A pergunta é, Sr. Secretário Regional: acha isso aceitável? Admite que essa situação seja revista para, no fundo, enquadrar-se com aquilo que foi acordado em sede de acordo de incidência parlamentar? Porque, devo dizer, Sr. Secretário Regional, eu não estou satisfeito com essas competências do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência funciona, de facto, no âmbito da Inspeção Administrativa Regional. Tem um regulamento que foi aprovado a 26 de novembro de 2021, o Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2021/A, que prevê as competências deste gabinete, que naturalmente se tem que enquadrar naquilo que são as competências da Inspeção Administrativa Regional, mas também tem outro tipo de competências em que pode articular com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, com a Polícia Judiciária. E, portanto, tudo aquilo que for detetado no âmbito deste gabinete, para além da prevenção, mas que seja detetado no âmbito de algum risco ou caso efetivo de corrupção, tem essa competência, articulando com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas e com a Polícia Judiciária.

Agora, o gabinete não é um tribunal.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! É que quem ouve o senhor e o Sr. Deputado Bruto da Costa acha que é!

O Orador: Tem que articular com os órgãos judiciais, como é evidente.

Agora, o papel do gabinete na prevenção, no planeamento, na organização de planos de combate aos riscos de corrupção, esse é algo que pensamos que neste gabinete está bem explícito.

No entanto, Sr. Deputado Carlos Furtado, como disse desde a minha primeira intervenção, isto é algo que estamos a construir de novo, com contributos de várias pessoas, de várias entidades. Mas estamos a construir, não é um produto acabado, portanto, há sempre espaço para melhorar, para corrigir, para fazer avançar nesta lógica de criação de uma cultura de transparência e de diminuição dos riscos de corrupção. É um processo em contínuo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para a réplica, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, posso depreender da sua intervenção que o senhor está disponível para alterarmos as competências que foram delegadas ao Gabinete de Prevenção da Corrupção da Transparência?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra do Sr. Secretário Regional das Finanças para responder.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Disse e repito e sublinho de novo que este é um processo novo, que estamos a iniciar a construção, com contribuição de todos. E como em todos os outros processos, este Governo está aberto ao diálogo, à capacidade de dialética de encontrarmos as melhores soluções, ainda para mais em algo que estamos a construir de novo, portanto, sendo um processo *per se* inacabado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para colocar uma questão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, não percebi o seu aparte. Sim, está bem, estou sempre cá, há muito tempo.

O que eu gostava de dizer...

Deputado Berto Messias (*PS*): Está há tempo demais!

O Orador: Estou, penso eu, se não me engano, ao mesmo tempo do que V. Exa.

Deputado Berto Messias (*PS*): É verdade!

O Orador: Exatamente.

Deputado Berto Messias (PS): Momento glorioso da autonomia!

O Orador: Vê como se lembra!

Eu, sobre esta matéria, acho que esta é uma matéria, obviamente, de enorme importância.

Bem, não há corrupção? Há corrupção. É claro que a corrupção nas nossas sociedades. É claro que há corrupção no nosso país. É claro que há corrupção nos Açores. A classe política tem sido, muitas vezes, acusada de atos de corrupção. E até há uma acusação entre pares em relação a atos de corrupção, é utilizado como arma de arremesso político.

A corrupção é um fenómeno condenável. É um fenómeno que existe. Não vale a pena dizer que não existe. Há quem utilize também com fins de vinganças. Nós vemos. Eu sou de história, uma das coisas que me impressiona sempre é o número enorme de informadores que tinha a PIDE. A PIDE tinha um enorme número de informadores. Muitas vezes era o vizinho e não era por razões de estar a defender a legalidade dos atos, era pura e simplesmente para o destruir ou para ter vantagem em relação a qualquer coisa que o vizinho estava a fazer. Portanto, muita da informação que circula é pura e simplesmente inveja, são coisas mesquinhas. Tem a ver, sobretudo, também, com tentativas de vingança. Tem a ver com a defesa dos seus interesses pessoais em detrimento do outro. Há muita, muita coisa que tem esta motivação, não tem a motivação da defesa do Estado de direito e da transparência dos processos. Há muita coisa. Sempre aconteceu. Há muita, muita coisa que tem a ver, sobretudo, com isto, com vinganças, com este tipo de motivações.

Se alguém ganha um concurso, pois é imediatamente acusado de ter sido privilegiado. Porquê? Porque há um conjunto de pessoas que não ganharam aquele concurso. E, portanto, o que é que fazem? O que fazem é: lançam uma série de queixas anónimas. Ainda por cima, que é outro problema, depois não

podem ser responsabilizados. Quem faz uma queixa anónima não posso ser responsabilizado pelo facto de estar a mentir e pelo facto de estar a inventar factos sobre alguém e de estar a tentar destruir a vida dessa pessoa. Também é um ato absolutamente condenável fazer isto de forma anónima. **Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Faço a pergunta. Peço desculpa por esta reflexão sobre esta matéria. E termino já, Sr. Presidente, colocando a questão. Eu considero é que, com estes condicionalismos todos, o que é necessário é que esta entidade, de facto, funcione com eficácia. E nós temos que defender o seu prestígio.

Termino, Sr. Presidente. Ainda bem que não temos ali, hoje, da parte da manhã, mas vamos começar a ter também nos próximos plenários.

Mas eu peço-lhe, só para concluir e fazer a pergunta...

Portanto, eu considero é que, neste momento, estando a instituição criada, temos é que lhe dar os mecanismos para funcionar de forma eficaz, para que cumpra os seus objetivos. E temos que valorizá-la e prestigiar esta instituição. E dar-lhe os mecanismos para que faça seu trabalho, neste Governo, nos próximos Governos, no âmbito das diferentes Administrações.

E, por isso, a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário, é a experiência. Com o tempo que decorreu já em relação à aplicação desta legislação, em relação às competências que aqui estão descritas no âmbito deste Decreto Regulamentar Regional, o que lhe pergunto é: há uma reflexão sobre o conjunto de competências, ou já se verificou que é necessário acrescentar mais competências, reformular algumas, porventura? Portanto, se já há uma experiência. Como há uma experiência já de um ano, que reflexão existe sobre esta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra do Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O gabinete está criado, como referi há bocadinho, aliás, está regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional, de 26 de novembro, n.º 31/2001/A. E é bom salientar o seguinte: atentas as competências que a Região Autónoma tem, e não tem competências judiciais, não era fácil, para já, salvo melhor opinião e que a experiência nos possa melhorar ou apresentar outra alternativa, não era fácil colocar este gabinete fora da Inspeção, por um lado, salvo melhor opinião e salvo uma experiência que se venha a verificar que faça mudar substancialmente esta lógica.

No que se refere ao poder sancionatório, que foi uma questão também colocada de alguma forma pelo Deputado Carlos Furtado, fazem parte da missão e atribuições do Mecanismo Nacional Anticorrupção poderes de iniciativa de controlo e até de sanção, sendo que na ação fiscalizadora deste organismo pretende-se, naturalmente, articulação, no caso, ou das Inspeções-Gerais ou, no caso dos Açores, da Inspeção Administrativa Regional.

Também salientar que a Inspeção Administrativa tem representação no Mecanismo Nacional Anticorrupção, estando em três dos seus órgãos, nomeadamente no Conselho Consultivo, na Comissão de Acompanhamento e na Comissão de Sanções. E, portanto, houve que casar aqui, não só dentro orgânica regional, mas também das competências globais e dos órgãos que já existem no plano nacional, houve necessidade de casar tudo isto para a instalação deste gabinete. Sendo que o gabinete é presidido por quem está à frente da Inspeção, como sabemos, mas também tem um Conselho Consultivo. E, até agora, o que temos vindo a verificar é que, nesta fase inicial, que tem sido uma fase de pedagogia, de formação, de qualificação dos quadros, de pedagogia junto das

várias instâncias da Administração Regional, até aqui, o que temos e aquilo que está preparado para 22 e 23 parece-nos adequado.

Naturalmente, teremos que fazer uma avaliação, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para, depois desta primeira experiência deste processo de criação que está em contínuo, poder avaliar com mais precisão o que é que temos que adequar. Mas há matérias das quais não podemos, naturalmente, fugir: a questão do poder judicial, e é uma competência da soberania nacional, não podemos aqui intervir; há a questão da articulação com o mecanismo nacional de corrupção; há a questão da articulação com a própria Inspeção Regional.

E o objetivo essencial deste gabinete é a transparência e a prevenção dos riscos de corrupção. Também, de facto, não poderia ser outra para já, porque quem tem outro tipo de competências sancionatórias não pode ser o gabinete.

Mas há outras instâncias nacionais, desde logo, de soberania nacional, para intervirem nos casos que se descortinarem no âmbito do trabalho do gabinete ou no âmbito do trabalho da Inspeção Administrativa.

Aliás, a ligação da Inspeção e deste gabinete com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas e com a Polícia Judiciária é exatamente para permitir casar estas várias instâncias e tornar mais eficaz, dentro deste quadro, aquilo que é a ação do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência.

Sendo que quanto mais se for consolidando o seu trabalho na Região, quanto mais alertas... E este debate aqui hoje também é importante para isto, para que os cidadãos lá fora, mas também os vários níveis da Administração Pública Regional possam também ir seguindo a reflexão...

Presidente: Agradeço termino, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ... da Casa-mãe da Autonomia, que é esta, possam ir seguindo esta reflexão, esta preocupação, que penso que de alguma forma é transversal, pode haver aqui diferentes óticas em relação aos mecanismos, à parte da orgânica, mas penso que em termos globais será transversal a necessidade de termos cada vez

mais uma cultura de transparência na Região. E é com isso que podem contar com o XIII Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma das competências, porque este objeto das perguntas agendadas pelo Sr. Deputado Carlos Furtado é sobre as competências e o reforço das competências do Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, é colaborar na adoção e implementação de programas do cumprimento da legalidade.

Ora, recentemente, tivemos conhecimento, foi público, da condenação por uma entidade pública, nomeadamente o Hospital de Ponta Delgada, pelo despedimento ilegítimo de um trabalhador, condenação essa que envolveu também o pagamento de um conjunto de direitos, nomeadamente subsídio de férias, compensação por ausência de formação, isenção de horário, juros de mora, entre outros, compensações que eram devidas e que foram sonegadas a esse trabalhador por parte de uma entidade pública que é, obviamente, tutelada por este Governo Regional.

Pior, esta esta sentença de condenação de uma entidade pública, que envergonha este Governo, a entidade em questão e envergonha a Região e o Estado, como pessoa que deveria ser de bem e que não é, esta condenação é bastante clara nas suas palavras e naquilo que sucedeu. É uma condenação que censura quem é condenado por uma atitude em que, e cito o acórdão do juiz, “esta atuação da ré

(o hospital) é injustificada, desproporcionada e atinge a dignidade do autor (o trabalhador), ofendendo-o na sua condição de trabalhador do hospital e, como tal, é ilegítima”.

Esta é apenas uma frase das frases muito duras com que o juiz avalia a atuação do hospital. Aliás, Sr. Secretário, eu teria vergonha de pertencer a um Governo que mantém em funções um Conselho de Administração que trata assim os trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é ignorância e falta de seriedade!

O Orador: E aquilo que lhe pergunto, Sr. Secretário, é: o que é que este Gabinete da Prevenção da Corrupção, que tem como suas competências, efetivamente, o cumprimento da legalidade, fará para que situações dessas nunca mais se passem numa entidade tutelada pelo Governo Regional ou na própria Administração Pública? O que é que fará esse gabinete? As competências chegam, ou são precisas mais algumas?

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Não deveriam ser precisos gabinetes nenhuns para uma atuação dessas ser censurada por toda a sociedade e para quem é responsável por ela já não estar a desempenhar funções.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sei a que título é que este assunto é introduzido no âmbito de um debate relativamente ao Gabinete de Corrupção, ...

Deputada Ana Luís (PS): A Mesa é que decide se pode, ou não, Sr. Secretário!

O Orador: ... o que diz bem do desnorte e do descontrolo do Bloco de Esquerda e dessa coligação negativa que temos nos Açores, entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda. É uma coligação negativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Essa coligação negativa tenta por todos os meios, quer seja dando murros na mesa do Parlamento, quer seja com esse tipo de discurso e debate e estratégia política, essa coligação negativa tenta combater a coligação positiva que está a reconstruir os Açores. É isso que está a acontecer na Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E tudo isso se torna ainda mais grave quando assenta em falsidades.

Deputado António Lima (BE): Falsidades?! Diga quais são as falsidades! Diga lá!

O Orador: A decisão do tribunal não considerou ilícita a cessação do contrato de comissão de serviço. Não considerou. Isso é absolutamente falso. É absolutamente falso. Revela desconhecimento jurídico, que eu admito que seja. Mas a decisão considerou que o despedimento é lícito. O que determinou foi que fossem pagos créditos laborais relativamente a um contrato, ...

Deputado António Lima (BE): E porquê?

O Orador: ... que, curiosamente, tem origem em 2013, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A ignorância é uma tristeza!

O Orador: ... relativamente a férias e créditos laborais de um contrato de 2013.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não estás a perceber, a culpa é do PS!

O Orador: O contrato de comissão de serviço é de 2013. E havia créditos laborais de férias que não foram gozadas relativamente ao período da execução do contrato. E esse valor de todo este tempo... Eu estou a falar de coisas sérias e senhor ri-se. O senhor faz um ataque e depois ri-se. Revela aqui uma falta de coragem política.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): Uma falta de coragem política?

O Orador: Sim, é uma falta de coragem política, alguém que faz a acusação e depois, perante o desmentido, ri-se. Pronto.

Mas eu vou tentar, com a seriedade que o assunto merece, continuar a explicar. Não foi determinada qualquer decisão de ilicitude ou de ilegalidade da cessação do contrato.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: O senhor disse que o contrato era ilícito, que foi ilegal.

Deputado António Lima (BE): Ilegítimo!

O Orador: Ilícito, ilegal...

Deputado António Lima (BE): A sentença, é diferente!

O Orador: A sentença não diz que é ilegítimo. A sentença não diz, não diz. Peço-lhe perdão, a sentença não diz isso. Não sei como é que o senhor teve acesso à sentença, que é outra questão. Não estou a dizer que não tem, não estou a dizer que não pode. Eu posso ter acesso porque o hospital é uma parte do processo que é tutelado por este Governo. A questão aqui...

Deputada Ana Luís (PS): Foi uma pessoa amiga!

O Orador: Eu, obviamente, perante a situação e antes de me pronunciar, na qualidade de entidade que tutela o Hospital do Divino Espírito Santo, tive acesso, legitimamente e necessariamente, à sentença.

E a sentença não é aquilo que o senhor diz que é, porque não considera ilícito, o que determina é o pagamento de créditos laborais relativamente a férias, isenções de horários, relativamente a um contrato de 2013, que já tinha havido propostas de pagamento e nunca tinha havido acordo com o trabalhador relativamente ao valor. É isso que está em causa. Relativamente à cessação, não há qualquer ilicitude na cessação do contrato, que fique claro!

De qualquer forma, eu não entendo como é que...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é só isso, Sr. Secretário!

Deputado Bruto da Costa (PSD): Fale do que sabe!

O Orador: Eu não consigo falar...

Por outro lado, eu não entendo como é que, por um lado, o senhor diz que foi uma vitória do trabalhador contra o hospital. E a única entidade que recorre é o trabalhador. Eu não percebo como é que se recorre de uma coisa que, nas suas palavras, é vantajosa. Isto demonstra a falta de fundamento, absoluta incoerência da vossa posição e, sobretudo, demonstra que não tem qualquer razão para o debate que tentam fazer em termos políticos, porque há falta de argumentos verdadeiros, há falta de algo que desmereça o trabalho que está a ser desenvolvido nesta Região. Os senhores agarram-se ao caso e ao casinho e, infelizmente, têm por companhia o Partido Socialista, que é um partido que tem responsabilidades de governação e que, estranhamente, está coligado ao Bloco de Esquerda neste ataque de insinuação sem fundamento, com falsidades, apenas e só no sentido de lançar a confusão...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso diz muito de si!

O Orador: ... na sociedade e de lançar o alarme na sociedade açoriana.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Isto diz muito da vossa falta de fundamentos e da falta de fundamento do Partido Socialista no debate político nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, na falta de inscrição do Sr. Deputado José Pacheco, sou obrigado a intervir novamente e a colocar mais uma pergunta ao Sr. Secretário Duarte Freitas. Aliás, curiosamente, o Chega tem uma rede de *outdoors* na nossa Região em que o slogan é: “Não nos calaremos!” Bom, Sr. Deputado José Pacheco, não o precisamos calar porque o senhor cala-se a si próprio e recusa-se a debater este assunto aqui no Parlamento. Teria muito gosto em ouvi-lo. Teria muito gosto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Teríamos muito gosto em ouvi-lo, Sr. Deputado.

Bom, dizer o seguinte, Sr. Secretário Duarte Freitas: o Sr. Secretário, na última resposta que deu ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, teve um conjunto de afirmações muito belas e bonitas, que nos embeveceram. Mas a verdade, Sr. Secretário, é que na resposta que o senhor me deu no objeto anterior fica claro uma coisa, é que o Governo não entregou no prazo que devia, em 90 dias, os planos de gestão e prevenção de riscos de combate à corrupção e infrações conexas, no tempo devido. E, portanto, no Tribunal de Contas não constam esses relatórios, quer das

Secretarias Regionais, quer das Direções Regionais, quer de um conjunto de instituições, incluindo a própria Inspeção que de que estamos aqui a discutir.

Dizer também sobre a publicitação dos relatórios das inspeções na nossa Região, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu gostaria de recordar aquela que foi a proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada aqui pelo Governo do Partido Socialista, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que passe a ser obrigatório por lei a divulgação, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... quer dos resultados das inspeções, quer dos planos de atividade das inspeções. E, portanto, aquilo que se espera é que o Governo Regional cumpra aquilo que consta nesse Decreto Legislativo Regional.

Quanto a requerimentos, Sr. Deputado Joaquim Machado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: ainda hoje estou à espera que me chegue a correspondência entre o Governo Regional, a Secretaria Regional da Saúde e as Santas Casas da Misericórdia sobre o processo de vacinação. Nunca me foi remetido e já tive que recorrer à CADA para que essa informação me possa chegar.

Sr. Secretário Regional Duarte Freitas, tendo em conta a evolução de competências deste famoso gabinete do Deputado José Pacheco e do Governo Regional, diz na missão que pretende desenvolver estratégias adequadas à prevenção da corrupção, potenciando um ambiente de integridade ética, transparência e consequente melhoria da prestação do serviço público. Sr. Secretário Duarte Freitas, diz também o programa de Governo, e cito, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termina já.

... “que o Governo se empenhará em reduzir o número de cargos políticos e de nomeação”.

Sr. Secretário, a verdade e a realidade não nos dizem isso. O atual Governo Regional, em termos de nomeações e cargos políticos de nomeação, é 25% maior que o anterior Governo do Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não é verdade!

O Orador: ... sem contar com as nomeações e contratações do Setor Público Empresarial Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

25% maior!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Pergunto-lhe por isso, Sr. Secretário, se no âmbito da evolução das competências deste gabinete estará em curso que este gabinete passe a ter também as competências de controlo de nomeações, para estancar as nomeações em barda que este Governo tem feito.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E estou certo de que também o Sr. Deputado José Pacheco gostará desta resposta. Aliás, nunca pensaria na minha vida política fazer de porta-voz do Chega num debate parlamentar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Falta cerca de um hora e cinco minutos para atingirmos as três horas definidas para este debate.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, terminamos a nossa manhã com uma questão colocada pelo Sr. Deputado Berto Messias.

Eram 15 horas e 04 minutos.

E dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças para responder. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Das questões que foram aqui colocadas, Sr. Deputado Berto Messias, eu gostaria de salientar que, até junho de 2022, existia o Conselho de Prevenção da Corrupção, funcionava junto do Tribunal de Contas. Agora, como eu referi da parte da manhã, existe o Mecanismo Nacional Anticorrupção.

Ora, nesta migração de algumas competências é possível que, inclusivamente, alguns planos de prevenção que tenham sido apresentados, não tenham migrado devidamente nos sites.

Mas aquilo que posso dar nota é de que faz parte, aliás, do plano de atividades da Inspeção Regional a análise da existência, ou não, de planos de prevenção dos riscos de corrupção. E nessa análise que tem vindo a ser feita, pelo menos até agora, não foram detetadas falhas, mas, naturalmente, o esforço para afinar, para completar todo este trabalho tem de ser feito. E aquilo que se continuar a detetar que ainda não está cumprido, naturalmente, será feita a exigência por parte da Inspeção Regional.

Em relação às nomeações, há um requerimento do Chega sobre essa matéria, que vai ser respondido brevemente. Portanto, acho que talvez seja prematuro afirmar-

se aqui aquilo que o Sr. Deputado Berto Messias afirmou do crescimento de 25%. Da anterior orgânica do XIII Governo para a última do XII houve uma poupança efetiva. E da primeira orgânica do XIII Governo para agora há também uma poupança.

Deputado Carlos Silva (PS): As despesas com pessoal aumentaram!

O Orador: Mas, para além disso, e depois de todo o detalhe das respostas, é preciso também atentarmos a um conjunto de circunstâncias, que é o perfil de muitas destas nomeações, porque o que se tem procurado, admito que possam não se ter conseguido a 100%, é colocar as pessoas mais capazes em cada um dos lugares necessários.

E, no caso concreto, eu já dei o meu exemplo, estou muito confortável e muito à vontade para falar nisso, porque convidei, tive o gosto que aceitassem, um antigo Secretário Regional do Partido Socialista e dois antigos Diretores Regionais. Ora, se isto são nomeações políticas e se são contabilizadas estas nomeações políticas, estamos conversados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o que nós temos que ver é outra coisa. Eu dou-vos um exemplo muito claro: mudou recentemente a Administração da Ilhas de Valor.

Deputado António Lima (BE): E da Atlânticoline, quando é que há nova?

O Orador: Ora, a Administração da Ilhas de Valor agora tem apenas um administrador executivo, um. Representa uma poupança de 150 mil euros relativamente ao anterior Conselho de Administração, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sendo que um membro do Conselho de Administração, ao longo de muitos anos, nunca se lhe viu pôr os pés na Ilhas de Valor ou no Conselho de Administração. E todos sabemos de quem é que eu estou falando e todos sabemos qual foi o caso e quais as razões. Disso não vão encontrar connosco.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Nem sequer sabem quem é a pessoa!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito, para colocar uma questão, o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, uma interpelação. Estamos no segundo objeto, segunda pergunta, não é assim?

Presidente: Segundo objeto, primeira pergunta.

O Orador: Ainda no âmbito da primeira pergunta?

Presidente: Sim.

Deputada Alexandra Manes (BE): Que chatice! Ainda vão ter que apanhar mais um bocadinho!

O Orador: Eu prescindo da primeira pergunta. Farei a segunda.
Muito obrigado.

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Dou então a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado para avançarmos para a segunda pergunta do segundo objeto.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a falta de menção naquelas que são as competências delegadas ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e Transparência, nas áreas que têm a ver com a atribuição de fundos comunitários, que é um elemento muito sensível a práticas de favorecimento, levou-me, principalmente, a que esse fosse um dos motivos para realizar a sessão de perguntas.

Não obstante as explicações que o Sr. Secretário já foi fazendo ao longo dessa sessão de perguntas, o que é certo é que me incomoda bastante que não haja nenhuma menção nas competências do gabinete relativamente à fiscalização dos fundos comunitários.

Faria sentido, no meu entender, que houvesse uma articulação mais próxima, ou próxima, já que parece que não existe nenhuma, entre a DRAIC, por exemplo, e esse gabinete, porque a falta dessa articulação deixa-me algum desconforto, principalmente porque sabemos todos que publicamente tende-se a associar aos fundos comunitários algumas práticas que possam não ser aquelas que esse Governo diz que quer transmitir e quer pôr em prática.

E para defesa do Governo, para defesa inclusive desse gabinete, porque, como o senhor sabe, e bem, o que é certo é que o tom quase juncoso com que às vezes é falado o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, a mim, deixa-me desconfortável, porque trata-se de um organismo público que tem funcionários perfeitamente identificados na nossa sociedade. E não é bom para a Administração Regional e principalmente para esses funcionários, que muitas vezes sejam identificados como alguém que trabalha no gabinete e que não faz nada. Portanto, o Secretário, tenha em atenção essa situação.

E, em função disso, percebendo que, também, muitas vezes, nesta Casa, há Deputados que se manifestam, que recebem queixas todos os dias, outros que dizem que recebem queixas de manhã, à tarde e à noite, a pergunta é, Sr. Secretário: o senhor, por ironia do destino, para além da função de Secretário das Finanças, também tem delegada a si a articulação dos assuntos parlamentares, diga-me, Sr. Secretário, se já recebeu por parte das forças políticas com assento nesta Casa denúncias relativamente a irregularidades processuais de que este Governo é alvo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os dados em relação às queixas, denúncias, já os revelei aqui, um aumento de 30% em 2021 relativamente a 2020 e de 80% em relação a 2019. Agora, eu não conheço as queixas em concreto, nem quero, nem posso, nem devo conhecer. Não sei quem as fez. Não sei qual vai ser a resposta.

Deputado António Lima (BE): Então como é que sabe que eu não fiz?

O Orador: Nem devo também fazê-lo.

Agora, o que posso garantir é que qualquer queixa, qualquer denúncia que eventualmente me chegue mim, vai ser remetida para quem de direito.

E, portanto, nesse aspeto, posso-lhe dizer em concreto uma denúncia que me chegou, uma denúncia anónima que me chegou, que foi reiterada, fiz encaminhar para a tutela específica para a abertura do respetivo inquérito, mas, naturalmente, não posso aqui estar a revelar qual é a denúncia. Só posso é garantir-lhe que nesse caso em concreto tinha a ver com um determinado serviço de uma determinada Secretaria e que foi remetida para instrução de um inquérito, que está a decorrer e vai ter resultados em breve.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para a réplica... Prescinda da réplica.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, não deixa de ser curioso que o Sr. Secretário diga agora que não sabe nem quer saber das queixas, mas esta manhã tenha referido especificamente uma

percentagem específica de queixas relativas a um ano específico. Portanto, não deixa de ser curioso que agora...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Isso é número!

O Orador: Pois, mas se não sabe o teor das queixas, como é que sabe a que ano se referem as queixas?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é apenas um número.

O Orador: Não deixa de ser curiosa essa referência e essa diferença de tratamento.

E também dizer-lhe, Sr. Secretário, nós aguardaremos a resposta a esse requerimento do Chega, que continua mudo e calado neste debate.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PS não consegue viver sem o Chega.

O Orador: Mas não é prematuro, aliás, basta analisar aquilo que tem sido publicado, para sabermos que o atual Governo Regional, no que se refere a nomeações políticas, é 25% maior ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Outra vez?

O Orador: ... que o anterior Governo do Partido Socialista. E está em permanência a fazer nomeações e também a criar chefias. Veja-se, por exemplo, o que saiu há pouco no Jornal Oficial, no âmbito da orgânica da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em que são criadas mais quatro chefias: duas na Terceira, uma no Nordeste e uma no Corvo. Isto aconteceu há relativamente pouco tempo.

E, portanto, Sr. Secretário, o senhor não respondeu à pergunta que lhe coloquei no âmbito da evolução de competências que possa vir a acontecer deste gabinete. Aquilo que eu lhe perguntei é se este gabinete tem ou terá alguma competência no âmbito do controlo das nomeações políticas feitas pelo Governo Regional. Eu reitero a pergunta porque o Sr. Secretário não respondeu àquilo que lhe perguntei.

E estou certo de que também o Sr. Deputado José Pacheco estará curioso relativamente ao teor desta resposta.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra do Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, eu quero sublinhar, já se percebeu qual é o objetivo do Partido Socialista, que é: uma mentira repetida n vezes pode ser que passe a ser verdade. É mais 25%. É mais 25%. É mais 25%.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Resulta apenas dos factos, Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, essa é uma estratégia já bem conhecida da maquinação político-mediática.

E, portanto, aquilo que eu pergunto, então, Sr. Deputado Berto Messias: sabe de que caso é que eu estava a falar de um administrador da Ilhas de Valor que teve lá anos e anos a ganhar e nunca pôs os pés do Conselho de Administração? Estou-lhe perguntando se sabe quem foi este administrador e quem é que o nomeou.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, como bem sabe, eu não posso responder!

O Orador: Pode dizer só sim ou não. É tão só isto. Estas eram as nomeações que os senhores faziam.

Outra nomeação, vou-lhe dar outro exemplo, até porque o senhor está sempre aqui a dizer que o Sr. Deputado José Pacheco... Isso é um problema dele. O Sr. Deputado falará.

A minha memória, às vezes, traiçoa-me e traiçoa-me muito. Eu lembro-me bem de uma pessoa que foi instada a falar vezes seguidas aqui na bancada do Partido Socialista, nunca abriu a boca, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: ... por causa de um determinado email mandado por uma pessoa que tinha sido nomeada. Começava assim: “Bom dia, Maria. Nós temos muitas dificuldades em arranjar candidatos. Precisava que essa unidade de saúde disponibilizasse o senhor A, B ou C, para ver se eles eram os nossos candidatos.”
Boa tarde, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, em primeiro lugar, para questionar V. Exa., estando nós numa sessão de perguntas ao Governo Regional, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor está a fazer perguntas ao Chega!

O Orador: ... naturalmente que o Grupo Parlamentar não pode responder às questões que são colocadas pelo Governo, porque o Governo está aqui para responder às questões que lhe são colocadas.

E para lamentar, no âmbito desta interpelação, o facto do Sr. Secretário, arranjando subterfúgios e insinuações, não responder à pergunta que lhe é colocada.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): É a segunda vez que não responde!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para pedir à Mesa que possa distribuir aos Srs. Deputados o debate que decorreu aqui. No motor de busca pode ser: “Bom dia, Maria”. Isso vai aparecer logo na sessão plenária que disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais questões.

Sras. e Srs. Deputados, mais questões no âmbito da segunda pergunta do segundo objeto. Parecendo não haver, passamos à terceira pergunta do segundo objeto.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em função das perguntas que já foram formuladas aqui durante o primeiro objeto, uma delas relacionava-se com aquele que era o teor da terceira pergunta que ia fazer, no âmbito do segundo objeto. Portanto, desta forma, retiro então a terceira pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, pretende avançar para o terceiro objeto, é isso? Portanto, retira a terceira pergunta do segundo objeto e pretende avançar para o terceiro objeto.

O Orador: Sim, senhor.

Presidente: Então, faça de seguida. Faça o favor de colocar a questão.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Equidade na atribuição de meios de toda a ordem e também dos meios inspetivos é, acima de tudo, um direito dos cidadãos. O direito a atos de fiscalização na ilha X e na ilha Y deve ser algo que deve ficar salvaguardado pela gestão deste Governo.

O que é certo é que o relatório que nos foi transmitido relativamente às atividades inspetivas do primeiro semestre indica que, de entre oito inspeções realizadas, quatro foram realizadas na ilha Terceira.

A pergunta é, Sr. Secretário: esse rácio tem a ver com a limitação de recursos da estrutura e, por isso, centraram-se mais na ilha Terceira ou, eventualmente, tem outra explicação que não seja essa que eu aqui aponto como provável? Porque eu acho que tanto as instituições que operam na ilha Terceira têm o direito a um tratamento igual aos da restante Região, ou seja, se há uma ligeireza nos atos de fiscalização, deve ser transversal a toda a Região. Se há um rigor e uma acutilância mais intensiva na ilha Terceira, pois que ela também seja extensiva às outras ilhas. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, naturalmente que a abrangência deste gabinete será toda a Região. Poderá haver, circunstancialmente, numa altura, mais numa ilha ou mais noutra, mas a tendência, naturalmente, é a completude das ilhas açorianas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado, quer exercer o seu direito de réplica? Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, considerando que a ilha de São Miguel representa mais de 50% da população açoriana e que as atividades económicas realizadas nessa mesma ilha também representam mais do que 50% das atividades realizadas em todas as ilhas dos Açores, não entende como vantajoso que haja também uma estrutura própria nessa ilha, uma vez que boa parte dessas atividades inspetivas terão forçosamente que se realizar em São Miguel? E, por essa ordem, quer as despesas de deslocações e toda logística necessária ao desenvolvimento dessas atividades mereceriam, por parte deste Governo, que houvesse alguma descentralização da estrutura, no sentido de criar aqui uma uniformização de dados inspetivos, principalmente pela razão que eu aponte, que é o facto de São Miguel corresponder a mais de 50% de toda a atividade e de toda a população da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furado, compreendo a sua pergunta e a sua preocupação. Naturalmente, com o evoluir da consolidação desta estratégica abordagem à questão da transparência e dos combates ao risco de corrupção, se for necessário

outro tipo de abrangência, outro tipo de permanência noutra ilha, ou a prazo até a instalação noutra ilha, naturalmente que o XIII Governo ou os Governos que sucederem vão ter isso em atenção.

É bom é não esquecer que a nossa Administração Pública Regional está sediada, em termos de organização de cúpula, em três cidades, Horta, Angra e Ponta Delgada, razão pela qual também nos processos inspetivos estas ilhas podem ter maior incidência porque tem um maior peso a Administração Pública. E a prazo ver-se-á se é necessário estar com efetivos em São Miguel ou na Horta ou até noutra ilha. Mas, naturalmente, como estamos a começar do zero, há aqui um caminho ainda longo a percorrer. Vamos ir aprendendo. E, naturalmente, se se detetar essa necessidade, ela será suprida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estando nós a falar do terceiro objeto – proporcionalidade dos meios em função da cobertura territorial – e estando nós a falar do Gabinete de Prevenção e de Combate à Corrupção e Transparência, que é uma questão central, segundo foi dito bastas vezes pelo Sr. Deputado José Pacheco, no âmbito dos acordos de cooperação entre o PSD e o Chega, tendo em conta que é uma questão central e basilar no acordo que existe entre o Chega e o PSD ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): “Bom dia, Maria”!

O Orador: Boa tarde, Duarte!

... de suporte ao Governo Regional, tendo em conta que estamos a falar do possível alargamento destes meios territorialmente nas nossas ilhas, eu pergunto, tendo em conta que é uma questão central e basilar neste acordo, não posso querer, Sr. Secretário, que V. Exa. não tenha informações mais concretas para nos dar relativamente a essa matéria, senão comprova-se mais uma vez que o Governo e o PSD estão a ludibriar o Sr. Deputado José Pacheco. Porque esta questão era tão basilar, tão basilar, que foi instalada num sótão. Era tão central, tão central, que foi instalada num sótão, sem meios e sem ninguém perceber muito bem o que é que faz. Portanto, Sr. Secretário, por favor, desminta e diga-me que o sótão foi um pormenor. Porque parece-me fundamental e crucial que, estando nós a falar de uma questão de princípio basilar no acordo entre o Chega e o PSD e que é fundamental para que o Chega apoie este Governo, o Sr. Secretário tem que ter, aqui, agora, uma cronologia de trabalhos e de procedimentos para garantir que este gabinete tem uma intervenção eficaz e clara nas nove ilhas dos Açores.

E, portanto, Sr. Secretário, aquilo que lhe pergunto é: qual é a cronologia de trabalhos, no âmbito dos procedimentos deste gabinete, para que os meios sejam estendidos a todas as ilhas da nossa Região? E não me venha dizer que, tal como consta no Estatuto, as Secretarias estão instaladas em três ilhas. Isso é outra coisa, Sr. Secretário!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não há inspetores da Administração Regional em todas as ilhas!

O Orador: Como muito bem sabe, todos os serviços ou a esmagadora maioria dos serviços do Governo têm delegações e representações em todas as ilhas dos Açores. Isto não tem nada que ver com aquilo que está disposto no Estatuto Político-Administrativo, como, aliás, o Sr. Secretário muito bem sabe.

E, portanto, a questão é: informe-nos, por favor, de forma concreta, a cronologia e calendarização de procedimentos, no âmbito da instalação deste gabinete, em todas as ilhas da nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Regional.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde a minha primeira intervenção, tive oportunidade de referir alguns dos passos que já foram dados, dos que estão a ser dados e dos que irão ser dados. É evidente que a abrangência deste gabinete, como da Inspeção, é uma abrangência regional.

Como é evidente, também, nas ilhas onde há mais estruturas da Administração Pública Regional, é natural que, a prazo, tendencialmente, haja mais inspeções nessas ilhas. Faz parte. É onde poderá haver maiores riscos, também, de corrupção ou questões de transparência. Mas isso é um processo que vai evoluindo.

Agora, a questão que o Sr. Deputado Berto Messias aqui coloca é apenas para engalanar ou somar qualquer coisa ao *loop* que ele vem fazendo desde o princípio. E qual é o *loop*? O *loop* é tentar meter uma farpa entre o Chega e o Governo, o Deputado Carlos Furtado... Ó Sr. Deputado, isso já não funciona!

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* A política do PS é essa!

O Orador: Se a política do PS, se a posição do PS se resume a isto, olhe que não é bom para a democracia dos Açores. Isso não é bom para a democracia dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Um contributo pequenino!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, esse *loop* que o senhor vai fazendo para tentar sempre mexer no mesmo, provocar o mesmo, as pequenas provocações, olhe, Sr. Deputado Berto Messias...

Deputado Berto Messias (*PS*): Eu quero é que o senhor me responda!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Ao que chegou o PS!

O Orador: Deixe-me dizer, Sr. Deputado Berto Messias: essa tentativa é facilmente identificável por quem está aqui, mas também por quem está lá fora. Se me permite, o PSD, no caso, esteve 24 anos na oposição porque cometeu também uma série de erros. Olhe, eu não vou dizer que não estou feliz pelos senhores estarem a cometê-los, mas até estou e oxalá continuem nesse caminho. Agora, a verdade é que a democracia dos Açores precisa mais do que isto, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é paternalismo arrogante!

O Orador: ... precisa mais do que isto, não pode ser um sistema de pequenas provocações, em que o maior partido da oposição anda de mãos dadas com o Bloco de Esquerda e os dois fazem uma linguagem e uma abordagem extremista a tudo o que é problema da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Isso é que é!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste caso, olhe que o Partido Socialista a nível nacional já se encostou à extrema-esquerda, mas já de lá saiu por alguma coisa. Os senhores estão-se a encostar à extrema-esquerda ou a deixar a extrema-esquerda encostar-se. Eu acho que não vai ser bom para nenhum de vós, mas com isso nós podemos bem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): Vocês é que se encostaram à extrema-direita!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Deputada Alexandra Manes (BE): A falar em encostar a extremos, é ver quem fez acordos com a extrema-direita!

Presidente: Pergunto se há mais questões. Pergunto se há mais questões no âmbito da primeira pergunta do terceiro objeto.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E houve quem fez com a extrema-esquerda! Qual é a diferença entre a extrema-esquerda e a extrema-direita?

Deputado António Lima (BE): Quer que lhe explique? É que não há racistas deste lado, não há xenófobos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu mesmo com som não consigo competir com a barulhada que os senhores fazem.

Sr. Deputado José Pacheco, pede a palavra para...

Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, calma, calma....

Deputado José Pacheco (CH): Eu quero que o Sr. Deputado António Lima, alto e a bom som, identifique os racistas deste lado, imediatamente!

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, em primeiro lugar, eu não lhe dei a palavra. E, portanto, eu não sei o que é que se está a passar entre o senhor e o Sr. Deputado António Lima, mas, da mesma forma que o senhor usou da palavra, eu terei que dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima para, no mínimo, prestar algum esclarecimento do que é que estamos a falar.

Faz favor, Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu respondi a um aparte do Sr. Vice-Presidente, que referiu, que perguntou qual era a diferença entre a extrema-esquerda, aquilo que designa como extrema-esquerda, a referir-se ao Bloco de Esquerda, que nós não nos revemos nessa terminologia, e a extrema-direita. E eu referi que no Bloco de Esquerda não há racistas. É um facto, no Bloco de Esquerda não há racistas. E posso concretizar: não há racistas e, ainda disse mais, não há xenófobos. Porque não foi o Bloco de Esquerda a apresentar na Assembleia da República uma proposta para confinar ciganos. Por isso, a diferença está aí, nos princípios e na decência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Lima afirmou, no final da sua interpelação, penso que foi uma interpelação que fez a V. Exa., que não havia xenófobos no partido dele. Eu queria perguntar se V. Exa. considera uma expressão xenófoba a cabeça de lista Bloco de Esquerda, nas últimas eleições regionais, ter chegado à Graciosa e ter dito que pelo menos...

Presidente: Ó Sr. Deputado...

O Orador: ... a lista dela e mais uma eram naturais da Graciosa os cabeças de lista. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, onde nós já vamos...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isso é política de sótão!

Deputado Francisco Coelho (PS): E enquanto se fala de racismo, não se fala de corrupção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto...

Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos são interrompidos por 10 minutos.

Eram 15 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Eram 15 horas e 51 minutos.

Pergunto se há inscrições. Estamos no âmbito do terceiro objeto, primeira pergunta.

Não havendo intenções ou manifestações para colocarem questões no âmbito deste terceiro objeto, primeira pergunta, Sr. Deputado Carlos Furtado, podemos avançar para a segunda pergunta, terceiro objeto. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, é público que há uma limitação física do espaço que está consignado ao Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, tendo sido até já anunciado, em tom provocador, que é num sótão, que não tem

condições e que não é adequado ao exercício das funções a que essa estrutura está identificada como estrutura para levar por diante essa missão.

A minha pergunta é, Sr. Secretário: tem queixas por parte da estrutura, dos elementos que desempenham funções nessa estrutura? Se a atual o atual espaço físico a que está consignada essa estrutura, se é adequado, se tem limitado a ação do Gabinete de Combate à Corrupção e da Transparência. E se, eventualmente, a deslocação dessa estrutura para outro imóvel, se é premente ou se será um assunto que possa ser tratado com algum tempo, uma vez que, como o senhor disse, e bem, há que identificar espaços que serão detidos pela Região, no sentido de aproveitá-los para lhes dar uma utilização adequada, justa e regular.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, como já tive oportunidade de dizer, as novas instalações para a Inspeção e para o Gabinete de Prevenção da Corrupção e Transparência estarão em condições de serem utilizadas e de se fazer a mudança no início de 2023. Não posso garantir que seja em janeiro ou fevereiro, mas, certamente, no primeiro trimestre de 2023.

É evidente que as condições em que estes serviços estão agora não são as ideais, mas muitos funcionários públicos estão a trabalhar em condições que não são as ideais. Felizmente, estes funcionários públicos têm uma expectativa que dentro de pouco tempo vão estar em muito melhores condições, graças, naturalmente, também, àquilo que é a dialética político-parlamentar aqui e a exigência, naturalmente, das Sras. e dos Srs. Deputados, para que esses serviços sejam

melhor instalados, aliás, um exigência que é a corretíssima, porque, de facto, há essa necessidade.

Não nos podemos esquecer de muitos outros serviços que não vão ter a resposta talvez tão rápida quanto este, mas que, naturalmente, vamos a prazo, também, tentar considerar, aliás, na lógica da melhor gestão do património público regional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para a réplica, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, desculpe-me a desinformação, se me é permitido o termo, o atual edifício onde está instalado esse gabinete e toda ação inspetiva é propriedade da Região Autónoma do Açores? No caso de não ser, a pergunta é: este edifício vai ser entregue ao seu proprietário? Vai ser reabilitado? Vai ser utilizado em outras valências da Administração Regional? No fundo, precisava de saber essa informação, até porque o facto de agora estamos a falar de um edifício, como o senhor disse, que custará 3500 euros de renda por mês. A questão é saber se será somar duas rendas ou se, eventualmente, haverá a devolução do edifício ao seu proprietário.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, o edifício onde está instalado, agora, de forma precária, a Inspeção e o Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência é alugado, aliás, a um sindicato, que, naturalmente, depois, ficará vago para aquilo

que esta entidade pretender fazer daquele espaço. Portanto, não é público, é alugado. Neste caso, vamos prescindir dessa renda nesse edifício e vamos ter outra renda, que já citei, nas outras instalações.

A prazo, como disse, na tal perspetiva de gestão do património regional, poderemos pensar. Já há um conjunto de edifícios, mesmo em Angra do Heroísmo, que eu tive oportunidade de visitar, que são património da Região e que se poderá, eventualmente, enquadrar para um conjunto de serviços vasto, incluindo também a Inspeção e o Gabinete de Prevenção da Corrupção, mas outros também que estão em espaços alugados e que não estão nas melhores condições, como a própria RIAC e outros serviços. Mas isso, naturalmente, será na tal perspetiva de otimização do nosso património regional, recuperando património e evitando o pagamento de algumas rendas.

Mas, como disse, é um trabalho que vai levar algum tempo, não é de um ano, nem de dois, nem de três, que estamos a iniciar e que pretendemos continuar até ao final da legislatura e que no futuro possa ter continuidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É caso para dizer: boa tarde, Maria!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Maria, a minha filha, que está em casa.

Começaria até por dizer o seguinte, enfim: o carma é mesmo tramado. E, às vezes, isto nunca tem o resultado que se quer, não é? E acabou por ter o resultado ao contrário.

Eu penso que recorrer ao insulto é sempre do mais baixo que existe, mas, vindo da esquerda, já nada me espanta. Cobardia, fraude, racista, tá, tá tá... tá, tá tá... Isto tem sido uma constante. É uma constante.

Também já perceberam que não me derrotam assim. Também já perceberam que eu não tenho fichas de militante para entregar. Tanto falam no Chega, tanto falam no Chega...

Eu gostaria de dizer ali ao Sr. Deputado Berto Messias: eu espero que esse papel, que começou por ser ofensivo de manhã e depois passa a ser de advogado da tarde, não me custe mais do que um jantar. Se é para custar muito mais, se calhar não quero pagar e, então, eu abduco dos seus serviços.

Realmente, fico com alguma pena de si, que é: vimos hoje de manhã, vem para cá ao ataque, atacou, atacou, levou o chazinho que havia para levar. E eu fiquei assim a pensar: mas, se eu fosse do PS, não mandava aquele senhor fazer estas perguntas, podia obter aquelas respostas.

Bem, a verdade é que, afinal, o Gabinete de Anticorrupção, que há uns meses parece que não existia – e que toda a gente: “é mentira, não existe!” –, então existe. Tanto existe que os senhores vieram para aqui falar dele.

É verdade também que lá estive em janeiro. Aliás, ‘chegaacores.com’, que é um dos senhores vão ler as notas de imprensa, tenham o cuidado de as ler até ao fim, porque quando leem metade, a outra metade que não vos interessa muito fica pelo caminho. A verdade é que, quando o visitei em janeiro, claro, fiquei desconfortável, claro. E falei e disse. E não gostei de ver o sótão, não gostei de ver nada do que estava ali. Obviamente, estas coisas manifestei em lugar público, manifestei a quem devia manifestar e as coisas caminharam.

O que é que vi de muito positivo? Vi de muito positivo, na última visita que fiz, alguém que está a coordenar, uma pessoa que não conhecia, que está a coordenar este gabinete com uma paixão e com uma vontade de explicar e de mostrar o serviço que lá está.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente, peço desculpa.

E fiquei surpreso com coisas que lá vi.

Mas a minha pergunta, Sr. Secretário, rápida, simples e objetiva, e vamos lá deixar destas coisinhas, porque senão temos que pedir desculpa os açorianos por estarmos a perder este tempo magnífico em que devíamos estar a tratar da vida dos Açores: quantos Deputados é que foram visitar o Gabinete de Anticorrupção?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Pacheco, muito obrigado pela sua questão. Para lhe dizer, com toda a honestidade: eu não sei em concreto, mas posso indagar junto dos serviços da Inspeção para saber ao certo.

Deputado José Pacheco (CH): Fui o único!

Deputada Alexandra Manes (BE): Para ver o quê? Um funcionário e um computador?

O Orador: Logo que tenha a informação, dá-la-ei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para, tendo em conta o ressurgimento e a ressurreição do Sr. Deputado José Pacheco neste debate, ...

Deputado José Pacheco (CH): Aleluia!

O Orador: ... que só às 4h da tarde, ...

Deputado José Pacheco (CH): É quando eu quiser!

O Orador: ... no final desta sessão de perguntas e depois de acochado por várias intervenções e, eventualmente, por pressões internas que possa ter recebido teve que usar da palavra, quero dizer o seguinte, porque fui acusado de insultar o Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, aliás, aqui estou há algum tempo neste Parlamento, ...

Deputado José Pacheco (CH): E não aprendeu nada! Não tem educação!

O Orador: ... não me recordo de alguma vez ter aqui insultado pessoalmente alguém. Aquilo que fazemos todos é aqui trazer as nossas preocupações, as nossas propostas, ...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor não tem propostas, tem insultos!

O Orador: ... as nossas ideias, no âmbito do debate político.

Deputado José Pacheco (CH): Os açorianos ouviram!

O Orador: E eu e ainda bem que ouviram. Tanto ouviram, que o senhor sentiu a necessidade de, às 4h da tarde, fazer uma pergunta.

E dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte: eu reitero aquilo que disse, quando nós estamos a discutir o Gabinete da Prevenção e do Combate à Corrupção, sendo essa uma questão basilar do acordo parlamentar entre o Chega e o PSD e avaliando todas as suas intervenções públicas sobre essa matéria e os seus ziguezagues políticos relativamente a essa matéria, ...

Deputado José Pacheco (CH): Outra vez?

O Orador: ... eu entendo, é a minha opinião política, que o Chega e o Sr. Deputado, relativamente a esta matéria, é uma fraude política.

E nós não temos que pedir desculpa aos açorianos. O senhor é que tem que pedir desculpa aos seus eleitores, ...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor é arrogante!

O Orador: ... porque o senhor está a ser ludibriado pelo Governo Regional...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor não manda na sua casa e quer mandar na minha!

O Orador: ... e está, assim, conseqüentemente, a ludibriar quem votou em si e quem acreditou em si no âmbito de uma questão central deste acordo parlamentar. E isso é, politicamente, uma questão muito séria, Sr. Deputado!

Deputado José Pacheco (CH): O senhor comece a mandar na sua, para depois vir mandar na minha!

O Orador: Isto é politicamente uma questão muito séria. E reitero o que disse: o Sr. Deputado José Pacheco e o Chega, no âmbito de um debate em torno das questões da corrupção, que são uma bandeira do seu partido, foi politicamente cobarde porque só às 4h da tarde é que usou da palavra, depois de acossado por todos os partidos políticos deste Parlamento. E, portanto, caiu-lhe a máscara, Sr. Deputado, nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Isto não é um insulto. Isto é um debate político. E politicamente é muito relevante tendo em conta aquilo que o senhor anda a dizer lá fora.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, terminamos esta sessão de perguntas como começámos, o famoso Gabinete da Corrupção, elemento central do acordo entre o Chega e o PSD, é um sótão com duas secretárias. E é isso que, infelizmente, segura o atual Governo Regional.

Isto não lhe fica bem, Sr. Deputado José Pacheco. O senhor está a ludibriar os seus eleitores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Foi somente para ofender! Fraude, cobarde, o que é isto?

Presidente: Sr. Deputado, muito obrigado.

Creio que não fez nenhuma questão. Esqueceu-se de pôr um ponto de interrogação no fim.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pediu a palavra para...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Para uma inscrição.

Presidente: Sr. Secretário Regional, faz favor. Quer responder. Faz bem. Faz favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias insiste, insiste no *loop*, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Ó Sr. Deputado, eu não tenho corpo para fazer *loop*!

O Orador: ... insiste na tentativa de provocação e de criar um caso aqui dentro. O PS, à falta de capacidade de oposição, faz oposição aos bochechos: é aqui, é ali, é aquele caso, é tentando meter uma farpa aqui e ali... Ó Sr. Deputado Berto Messias, isso é tão notório, tão evidente, até nem lhe fica bem. Eu conheço-o e reconheço-o há bastante tempo, o senhor é bem melhor do que isso. Mas a verdade é que o nível da oposição do Partido Socialista está tão baixo, mas tão baixo, que já encostou ao do Bloco de Esquerda.

E, portanto, Sr. Deputado Berto Messias, a vossa coligação de esquerda e extrema-esquerda está em minoria aqui.

E aquilo que sustenta este Governo é uma maioria que está deste lado, mas é também uma mudança de paradigma que se faz em relação à transparência, ao

combate aos riscos de corrupção, à Tarifa Açores, que os senhores diziam que não funcionava, que não prestava, que não ia ser implantada e foi!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O que sustenta este Governo é uma maioria parlamentar e uma mudança de paradigma com os impostos mais baixos para todos os açorianos, que os senhores diziam que não queriam. Se estivessem no Governo, não existia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O que sustenta este Governo é a mudança de paradigma nas políticas de educação, de qualificação profissional, em vez de andar a manter os açorianos de mão estendida, como os senhores faziam. É dar uma oportunidade aos açorianos para se libertarem. É isto que sustenta este Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E aquilo que vai sustentar cada vez mais é uma nova esperança que nasce nos açorianos, como a liberdade de poderem falar, como o fim dos “bom dia, Maria”!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa é uma mudança de paradigma bem mais relevante do que se pode imaginar.

E é bom não esquecer que o “bom dia, Maria” terminava com uma ameaça à pessoa nomeada. Qual era? Se não resolverem, eu vou falar com quem de direito.

Deputado Berto Messias (PS): Fale com os seus colegas que estão atrás de si!

O Orador: Era esta a maneira de fazer política, uma política cansada, de 24 anos de vícios, de puxar os Açores para baixo. Os Açores para baixo que os senhores querem continuar a puxar. Não aderem às boas medidas. Nunca congratularam o Governo pela Tarifa Açores, pela descida dos impostos, pela descida dos desempregados inscritos, pela descida dos programas ocupacionais, pelas contratações que se fizeram na saúde, na educação, pelo grande sucesso que estamos a ter! E isso incomoda-vos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Então, como ainda não se habituaram ao facto da oposição, subempreitaram a oposição do Bloco de Esquerda. Fica-lhes bem, no vosso entender. Eu acho que os açorianos não vão gostar. Mas, eu cá gosto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O seu paternalismo comove-me, Sr. Secretário!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa para colocar uma questão. Faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, depois desta intervenção esclarecedora, apaixonada, vigorosa e cheia de razões do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração, quase que dispensava a minha pergunta, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E nós também!

O Orador: ... mas eu gostaria de dizer qualquer coisa sobre esta ironia que sinto neste debate, nesta sessão de perguntas, não é propriamente um debate, é uma sessão de perguntas, mas esta ironia que sinto pelo facto de esta maioria, esta conjuntura parlamentar permitir, ao fim de tantos anos sem uma atenção especial para com este fenómeno, que é um fenómeno que, como disse há pouco numa intervenção, é desde logo até gerador de pobreza na sociedade, dar atenção a este fenómeno procurando seguir aquelas que são as diretrizes das Nações Unidas e da União Europeia relativamente ao combate à corrupção, formando pessoas, ajudando a consolidar um corpo de vigilância também nos Açores para combater este fenómeno. Está a maioria que finalmente põe este caminho, este carro em andamento, a ser ali, por quem não o fez e por quem não quer que exista, que é o caso do Bloco de Esquerda, que não quer que se faça, a ser acusada de prosseguir este caminho.

Mas, além do mais, a expressão que o Sr. Deputado Berto Messias usou no final da questão que não colocou foi um profundo desrespeito, um verdadeiro insulto a funcionários de excelência que existem na Administração Regional...

Deputado António Lima (BE): Não têm culpa dos chefes que têm!

O Orador: ... e, desde logo, no Corpo Inspetivo da Administração Regional dos Açores, que fizeram este primeiro relatório. E este primeiro relatório só existe porque existe este Governo, porque existe esta maioria e porque existe esta conjuntura parlamentar, porque se fosse nas mãos do Bloco de Esquerda que tivéssemos, não havia nenhum corpo dedicado ao combate à corrupção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não era necessário, disse o senhor. Se fosse pela governação do PS, isto não existia.

Mas, Sr. Deputado, V. Exa., que exerceu funções governativas de grande responsabilidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: V. Exa. e o partido que durante 24 anos conduziu os destinos desta Região, e que nós agora estamos a ter que juntar cacos para pôr de pé, que criou um corpo que produz relatórios, estas pessoas que aqui estão, o seu Conselho Executivo: Maria Paula Saraiva Raleiras de Lima, Júlia Ormonde Ourique, Cristina Rodrigues da Silveira, funcionários de topo da Inspeção Administrativa, ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: Vou terminar com a pergunta, Sr. Presidente.

... que desenvolveram trabalho e que estão a desenvolver trabalho afinado, sob a liderança do Sr. Inspetor Regional Francisco Roberto Cota Lima, não merecem, da parte de um partido que teve as responsabilidades que os senhores tiveram, o desrespeito, ...

Deputado José Pacheco (CH): O enxovalho!

O Orador: ... o desmerecimento e o enxovalho que os senhores aqui provocaram apenas e só para andarem a reboque do Bloco de Esquerda e inventarem aqui conjunturas de falar do Chega e transformar a sessão de perguntas, e muito bem, que o Sr. Deputado independente colocou ao Governo, numa sessão de perguntas ao Chega. Tenham vergonha por aquilo que fizeram esta manhã!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Eu percebi a pergunta, Sr. Presidente.

Presidente: Eu estou quase a encerrar esta sessão de perguntas, porque ela é, de facto, uma sessão de perguntas, mas tem de haver perguntas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lamento, Sr. Presidente, mas foi a pressa de terminar.

Presidente: Sr. Secretário Regional, quer usar da palavra? Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebi a pergunta anterior do Deputado Berto Messias, também percebi a pergunta do Deputado João Bruto da Costa. E, portanto, com todo o respeito, vou responder, dando-lhe nota do seguinte, Sr. Presidente, e já não é a primeira vez que o faço nesta Casa: enquanto responsável pelo Executivo, encontrei, devo dizer, extraordinários servidores públicos na Administração Pública Regional. Na primeira vez, penso eu, que intervim daquela bancada, daquela tribuna, como Membro do Governo, tive oportunidade de o dizer, encontrei extraordinários servidores públicos, quase sem exceção. Tratei e este Governo trata-os com toda a consideração. Por isso mesmo, quando se fala de nomeações, oblitera-se que muitas delas são de pessoas dos serviços, que já vinham de trás ou que tiveram outros cargos no Governo do Partido Socialista ou eram militantes do Partido Socialista, mas são pessoas competentes. E nós temos que elogiar, acarinhar a Administração Pública Regional.

E aí, também, o Gabinete da Transparência e Combate aos Riscos de Corrupção tem uma importância grande, porque vai, a prazo, assegurar que a grande maioria,

a enorme maioria, a quase totalidade da Administração Pública Regional são não só excelentes servidores públicos, mas gente muito séria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E aqueles que não forem, não vão passar no crivo deste gabinete e da inspeção. E isso também vai valorizar ainda mais os nossos servidores públicos, que, hoje, aqui, de facto, nalguns momentos, não foram bem tratados. E que eu, pela experiência governativa que tenho até agora, posso-vos dizer que são extraordinários servidores públicos, ...

Deputado António Lima (BE): As assistentes sociais estão muito contentes!

O Orador: ... a quem a Região muito deve, a quem a Região está tentando corrigir algumas injustiças do passado na área da saúde, na área da educação, a quem a Região está tentando corrigir a precariedade sobre precariedade que havia, a quem a Região está tentando valorizar a vários níveis e também se vai valorizar por este Gabinete de Prevenção da Corrupção e da Transparência, peneirando os 99,9%, eventualmente, de excelentes servidores públicos, daqueles que poderão não sê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto, a prazo, é um ganho para todos nós. E fica aqui o meu reconhecimento por estes servidores públicos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Presidente, eu começo por dizer que vou mesmo fazer uma pergunta e vou cumprir o Regimento nesta sessão de perguntas. Mas, como é óbvio, eu não posso deixar de, nesta intervenção, que será provavelmente a última nesta sessão de perguntas, começar por dizer que há aqui uma ideia, que o Governo e o PSD está a tentar passar, que revela um sentido, uma falta de sentido democrático e uma falta de memória muitíssimo grande. Eu lembro que, até há dois anos, o Bloco de Esquerda e o PSD eram partidos da oposição nesta Casa. O Sr. Deputado Bruto da Costa estava cá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava sim e lembro-me bem da oposição que fizemos nestas matérias!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas foi líder parlamentar. E sucedeu inúmeras vezes, desde 2008, desde que o Bloco de Esquerda está aqui representado, o PSD e não só, mas dirijo-me em especial ao PSD, estar de acordo com propostas do Bloco de Esquerda e com críticas do Bloco de Esquerda. Como aconteceu ao contrário, o Bloco de Esquerda estar de acordo com críticas do PSD. Aliás, o PSD votou inúmeras propostas a favor do Bloco de Esquerda, muitas vezes, sozinhos ou com outros partidos. E propostas que não passavam e que eram chumbadas pela maioria de então do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Percebe agora a minha estranheza!

O Orador: E alguém, nessa altura, se lembraria de dizer que existia uma coligação do Bloco de Esquerda com o PSD? Alguém se lembraria disso? Mas agora que o PSD é Governo e há dois partidos da oposição, acha o PSD que por existir oposição e por existir dois partidos da oposição esses partidos estão coligados. Ora, nada mais falacioso, nada mais falso, nada mais insidioso!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso é um elogio ao senhor!

O Orador: Mas isso não me preocupa. O que nos preocupa é a qualidade da nossa democracia. Quando há um partido com os pergaminhos do PSD, importante para

a democracia portuguesa, e isso reconheço, ao contrário do senhor, que não é capaz de reconhecer esse papel ao Bloco de Esquerda, eu reconheço o papel do PSD, o que nos choca é que o PSD, para chegar ao poder, tenha vendido os seus princípios, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... Sr. Secretário, ao assinar um acordo que diz que os direitos humanos serão respeitados por este Governo. É preciso dizer isso?! Quando assina um acordo com o partido que tem um líder que manda as Deputadas para a sua terra, isso é que envergonha a democracia e devia envergonhar o PSD!

Deputado José Pacheco (CH): O líder está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: E, Sr. Secretário, a pergunta que lhe faço: esse Gabinete da Corrupção o que é que fará sobre a transparência e a ética, já agora, deste Governo?

Presidente: Agradeço termino, Sr. Deputado.

O Orador: Um Governo cujos membros têm negócios consigo próprio, um Governo que é condenado em tribunal, o que é que fará este Governo em todas as ilhas sobre isso? Essa é a pergunta que lhe deixo, no fim, cumprindo o Regimento.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Mas o Governo foi condenado?! Quando?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dar nota de que não é verdade, no caso em concreto que aqui foi discutido, que o Governo tivesse sido condenado em tribunal, em primeiro lugar.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Obviamente!

O Orador: Em segundo lugar, qualquer cidadão tem o direito de agir pelos meios que tem à sua disposição para colocar um Governo ou qualquer entidade no tribunal. O tribunal existe para essas coisas. Isso é natural. Faz parte do Estado de direito.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado António Lima chegou aqui com um objetivo, falar de um caso...

Deputado António Lima (BE): Eu falei em vários!

O Orador: ... que tentou projetar há algum tempo atrás. Foi só esse objetivo. E aquilo que eu lhe disse, Sr. Deputado António Lima, não foi uma crítica para si, da coligação entre o Bloco de Esquerda e o PS, foi um elogio.

Deputado António Lima (BE): Não é verdade!

O Orador: O senhor conseguiu puxar o PS para a sua estratégia política de oposição. O senhor está de parabéns porque conseguiu. É evidente que o PS, com os pergaminhos que tem, se calhar, devia ter um outro tipo de postura, mais de Estado, mais de propositura. Ora, nem apresentou propostas no último Plano e Orçamento. Extraordinário! Imaginem as oposições anteriormente se tivessem feito o mesmo. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na altura Presidente do Governo, que tão frequentemente vilipendiava as oposições daquela bancada, como Presidente do Governo, mesmo quando a gente apresentava propostas, o que é que não diria nessa altura? Aliás, o ataque mais feroz que ele fez ao PSD foi exatamente no ano em que o PSD se absteve do Plano e Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Porque vivíamos numa crise muito forte.

Algo que os senhores não pensaram fazer, não têm uma abordagem positiva e, verdadeiramente, não reconhecem a mudança de paradigma, as coisas positivas que foram feitas. Com erros, certamente, mas podem apontar os erros e apontar alternativas. Escusam-se de dar as mãos e de andar de mãos dadas com o Bloco de Esquerda.

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Secretário, os senhores estão de mãos dadas com o Chega! Quer mesmo falar nisso?

O Orador: Acho que não é bom para a democracia, não respeita a história do PS. Mas se o PS quer coligar-se, quer fazer uma coligação de mínimo denominador comum com o Bloco de Esquerda, esteja à vontade. Nós, por aqui, vamos continuar a governar e a puxar os Açores para cima.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para colocar uma questão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco Coelho (PS): Gosto da sua gravata!

O Orador: Corresponde a todos os seus pedidos, Sr. Deputado. Ainda bem que consigo contribuir para diminuir a crispação existente nesta sala. É esse o meu propósito sempre.

Sr. Presidente, o que eu considero é que, obviamente, V. Exa. e a Mesa têm responsabilidade pela condução dos trabalhos, mas é impossível a um Presidente, como é evidente, impor um Regimento se ninguém o cumpre. E, portanto, eu compreendo perfeitamente as dificuldades que V. Exa. teve ao longo da manhã. Compreendo. E essa culpa não é sua. A culpa é, obviamente, do Parlamento, de todos os intervenientes, porque, obviamente, existindo um ataque ou uma referência que não é uma referência correta, obviamente, a outra bancada ou o Governo tem que responder.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão está a escrever as suas memórias!

O Orador: Portanto, isso tem que acontecer.

E, portanto, a questão aqui é que nesta figura regimental, e vou já colocar a pergunta, as bancadas não devem dirigir-se umas às outras e devem contextualizar e formular a pergunta ao Governo. É isso que deveria ter acontecido e não ter uma estratégia de transformar esta figura regimental numa batalha campal de ataque a outros partidos, de ataque a outras personalidades.

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Deputado, quem o ouviu na sessão de perguntas sobre as Flores!

Deputada Ana Luís (PS): Ó Sr. Deputado, não me faça rir!

O Orador: Eu quero daqui dizer, o PPM, nesta matéria, eu não concordo que uma figura regimental tão útil se transforme numa batalha campal.

E, portanto, da nossa parte, cumprir o Regimento e realmente focar-nos naquilo que é essencial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão aqui essencial é a seguinte: nós, os partidos que aqui estão têm todos no programa eleitoral o combate à corrupção. O combate à corrupção é algo que todos reconhecem que existe e é algo que todos os partidos consideram que é essencial. E, portanto, se é essencial, é preciso criar mecanismos que permitam este combate à corrupção.

E o combate à corrupção é feito...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino, Sr. Presidente.

... com diversos mecanismos. A criação deste gabinete é um deles. É uma das estratégias. Portanto, o que eu considero é que é um avanço.

E termino, Sr. Presidente, formulo a pergunta: o que temos é que confiar nas instituições e não fazer um discurso que, obviamente, vai colocar os profissionais

que estão a trabalhar neste gabinete... depois do que aqui aconteceu, obviamente, consideram que há aqui, por parte de alguns Grupos e de alguns Srs. Deputados, uma tentativa de desprestigiar a sua função. E, portanto, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, nós prestigiamos aquela que é a sua função e acreditamos e vamos ver o fruto do seu trabalho no final da legislatura.

A questão que lhe coloco é a seguinte: do ponto de vista daquilo que é o objeto, e o objeto, relembro, porque é preciso, é a proporcionalidade de meios em função da cobertura territorial, do ponto de vista daqueles que são os conteúdos das suas funções, não obrigam, obviamente, a que esta instituição tenha representantes em todas as ilhas, o que é importante é que possam exercer as suas funções no conjunto do nosso território. O que pergunto é se essa também é a perceção do Governo Regional nesta matéria.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a resposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, de facto, tem razão. A lógica deste gabinete, que está instalado em Angra do Heroísmo, é ter uma ação transversal em toda a Região. Aliás, como a própria Inspeção Administrativa está em toda a Região. E, portanto, os meios que tem e aqueles que está adquirindo e as qualificações que está angariando, entendemos que, ao longo de 2023, ficará mais ou menos consolidada a primeira fase de instalação, de qualificação e de angariação de meios humanos para este gabinete.

E, naturalmente, até ao final de 2023, poderemos também assistir cada vez mais a ações pedagógicas, a ações corretivas, a ações inspetivas em relação à Administração Pública Regional, que, renovo, no seguimento das suas palavras,

temos uma excelente Administração Pública Regional, temos excelentes servidores públicos. E não podemos de maneira nenhuma diminuí-los. Temos que, sim, elogiá-los e engrandecê-los.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para quem dizia que isto ia ser limpinho logo de manhã, são 16h30 e ainda estamos no mesmo ponto da Agenda.

É pena, e estou apenas a dar a minha opinião, que também não ajudou para elevar este debate, não elevou, obviamente, este Parlamento. Houve aqui uma troca de galhardetes e uma lavagem de roupa suja com o sabão macaco, que foi, por um lado, às vezes, engraçado, por outro, não teve absolutamente graça nenhuma e até envergonhei-me de ser Deputado.

Nós queremos, obviamente, combater corrupção. Não há ninguém que possa dizer o contrário. Isso é óbvio. Uns a mais, outros a menos, de uma forma populista, outros de forma mais democrática ou isenta, outros com algum esforço, como o Sr. Secretário disse, que é preciso um esforço para combater. Eu acho que não é preciso esforço nenhum. Isto deve ser intrínseco, deve ser mesmo inerência, deve ser espontâneo de qualquer Deputado em querer combater a corrupção e elevar ao máximo a transparência.

Não começou bem. Este Governo não começou bem com a criação do gabinete, meteu no sótão. Aliás, quando nós queremos elevar a transparência, não metemos

logo na porta de entrada, metemos é no sótão ou, cintando o Sr. Deputado José Pacheco, na porta do cavalo. Se nós queremos combater corrupção, é melhor esconder o máximo possível.

Mudou. Ok. Nós mudámos. Já não é no anexo onde se metia as cadeiras já antigas. E já podemos pelo menos tentar elevar ou levamos um pouco a sério o combate à corrupção e elevação da transparência dentro dos Açores.

Se isto fosse da Bolsa do Mercado de Valores, eu não comprava as mesmas ações que o Governo, porque não acredito tanto que nós consigamos alterar muito daquilo que nós queremos de combater a corrupção. Não sei, se calhar sou eu que tento ser objetivo, não pessimista. Não acredito neste gabinete. Acredito, sim, que o Governo tem esse poder de poder combater como um todo. Pelo menos a curto e a médio prazo não acredito. Espero que a longo prazo a gente consiga mudar alguma coisa.

Mas tenho, obviamente, uma pergunta para o Sr. Secretário, porque senão era mais uma pessoa sem pergunta: Sr. Secretário, e isto não foi o Sr. Secretário que criou, não era o Sr. Secretário das Finanças, não era dentro da sua tutela, acredita mesmo neste gabinete para combater corrupção? Acha que nós vamos conseguir? Não é combater corrupção neste caso, é descer a corrupção e elevar a transparência dentro dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, nós atingimos as nossas três horas que definimos para esta sessão de perguntas. Para além de permitir ao Sr. Secretário Regional que vai responder ao Sr. Deputado Pedro Neves, há a possibilidade, permite o nosso Regimento, que aqueles partidos que não formularam qualquer questão sobre esse objeto o possam fazer. Está em causa, neste caso, o CDS e a Iniciativa Liberal. E, portanto, questionarei se pretendem, ou não, colocar alguma questão sobre esse objeto.

Sr. Secretário Regional das Finanças, para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, muito obrigado pela sua questão.

Devo dizer que acredito que não é só com este gabinete que nós vamos promover, efetivamente, uma maior transparência e um combate aos riscos de corrupção, é mais um elemento. É um elemento importante, mas faz parte de uma mudança quase cultural, em que a preocupação com os riscos de corrupção, a preocupação com a transparência é crucial. É mais um elemento, Sr. Deputado, concordo consigo. Não é que vai resolver globalmente, mas é um elemento importante e que sinaliza, de facto, esta mudança paradigmática, que é exigida também pelos cidadãos, de colocar a transparência e o combate aos riscos de corrupção no centro, também, da dialética política. E, nesse sentido, penso que estaremos todos a comungar da mesma esperança, que este gabinete seja mais uma peça a contribuir para esta mudança paradigmática.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se posso encerrar a sessão de perguntas. Sr. Deputado Nuno Barata, também não pretende usar da palavra. Está encerrada esta sessão de perguntas. Vamos dar continuidade à nossa Agenda no ponto onde ontem encerramos às 20 horas, no ponto 5: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII – “Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de**

emprego no Serviço Regional de Saúde”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Mesa, na altura que atingimos o nosso horário regimental, tinha uma inscrição. Está inscrito o Sr. Deputado Pedro Pinto, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta-se neste Parlamento com uma iniciativa, onde anuncia e cria a falsa expectativa aos funcionários públicos do setor da saúde de que tenha solução para a sua relação jurídica de emprego e que vai, de uma forma automática, conseguir com que eles sejam integrados nos quadros da função pública. Ora, isto é falso e é o próprio Bloco de Esquerda que acaba por denunciar a sua falsidade ao apresentar uma proposta de alteração à sua iniciativa, onde introduz o mecanismo do concurso público, como não poderia deixar de ser. E, portanto, estamos aqui perante uma manobra de politiquice para enganar as pessoas.

E o PAN resolve embarcar nesta teoria para também parecer muito bem aos olhos dos funcionários públicos, a quem agora estão chamando de precários.

Ora, na realidade, trata-se de funcionários de várias áreas que foram especificamente contratados para acudir ao acréscimo de serviço resultante da pandemia. Os próprios contratos chamaram-se “contratos Covid”. Foi aprovado por este Parlamento esse mecanismo de contratação excecional. E, portanto, vir agora apelidar esses funcionários de precários acaba por ser um próprio insulto aos funcionários. E, portanto, não podemos estar em mais desacordo com esta posição.

E os Srs. Deputados António Lima e Pedro Neves estão sorrindo porque, efetivamente, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Você faz-me rir!

O Orador: ... é este o espírito com que eles estão neste Parlamento, neste assunto, que é um assunto sério, é um assunto muito sério, são pessoas que deram o seu melhor e que impediram o colapso do sistema de saúde e são pessoas que em todas as ilhas contribuíram para os cuidados de saúde de todos os açorianos. E, portanto, merecem, no mínimo, o respeito por este Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Desrespeitá-los é mandá-los para o desemprego!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias diz em aparte que desrespeitá-los é mandá-los para o desemprego. Bom, o Sr. Deputado Berto Messias vai ter que provar onde é que está o mecanismo de despedimento, porque é isso mesmo, mandá-los para a rua significa despedir. E, portanto, eu não percebo onde é que está o mecanismo de despedimento.

Deputado Berto Messias (PS): Já vai perceber!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Berto Messias, inscreva-se, venha a debate e comprove então essa sua alegação.

Deputado Berto Messias (PS): Com muito gosto!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco Coelho, do Partido Socialista, também fez aqui uma grande intervenção no dia de ontem, onde também, portanto, se colocou ao lado do Bloco de Esquerda, portanto, na defesa, então, desses trabalhadores, a quem também apelidam de precários. Ó Sr. Deputado, relativamente a precários, eu sei que V. Exa. é mestre, é mestre não só V. Exa., como o seu partido, porque, ao longo de anos, foram vários os milhares de açorianos que para poderem aceder à função pública tiveram que passar pelo calvário dos ESTAGIAR. E os ESTAGIAR não eram concursos públicos, não havia concurso público para frequentar um ESTAGIAR. E o eventual concurso público que depois surgia tinha uma cláusula que era valorizar quem tivesse experiência na função do cargo para o qual estava aberto o concurso. Ora, quem tivesse feito um ESTAGIAR, obviamente que passava à frente de qualquer outro cidadão...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a quem não foi dada a oportunidade de frequentar um ESTAGIAR. E, portanto, o Partido Socialista é mestre em contornar as regras do concurso público e quer trazer para este debate também essa sua teoria.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes funcionários foram contratados para uma missão muito específica: o combate à pandemia. Todos estavam conscientes disso. E, portanto, não está ninguém a mandar ninguém para a rua, Sr. Deputado Berto Messias. V. Exa. aprovou o mecanismo, tem obrigação de o conhecer. Comprove o mecanismo de despedimento!

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, não podemos estar em mais desacordo com esta proposta do Bloco, à qual o Partido Socialista se decidiu associar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Se calhar, devia ter pedido autorização!

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado?

Deputado Francisco Coelho (PS): Devia ter pedido autorização!

O Orador: V. Exa. não tenho que pedir autorização a ninguém, Sr. Deputado! V. Exa. é livre. Por ser livre é que eu discordo de si, porque também sou igualmente livre. Só que V. Exa. fica desagradado com a minha discordância, mas isso é um problema que é seu.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, pede a palavra para...

Deputado Francisco Coelho (PS): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Queira justificar, se faz favor.

Deputado Francisco Coelho (PS): Com certeza. Eu fui acusado, na minha atividade política, de ser mestre em precariedade. E eu quero provar que eu e o meu partido somos mestres em acabar com a precariedade.

Presidente: Faz favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Efetivamente, é como dizia, Sr. Presidente, o Partido Socialista, ao longo destes 24 anos, e eu próprio nas funções que, em nome deste partido, honradamente desempenhei, fizemos muito para acabar com a precariedade, designadamente com a precariedade na função pública. Em 1999, apresentámos aqui um Decreto Legislativo Regional, graças a uma pesada herança, não foi só a dívida da saúde, também havia cerca de mil precários na Região Autónoma dos Açores. Esse Decreto Legislativo Regional que foi aqui aprovado, por unanimidade, porque a direita, quando está na oposição, costuma ser generosa, por unanimidade, também o CDS, também o PSD, e esses cerca de mil trabalhadores puderam ingressar na função pública e assim ter uma situação estável.

Também, mais recentemente, os Governos do Partido Socialista foram, na sequência de debates neste Parlamento e ao nível do Orçamento, fixando um conjunto de medidas para regularizar esses falsos tarefeiros.

E, já agora, também me permitam que diga, foi o Partido Socialista e um dos seus Presidentes na Presidência desta Assembleia que regularizou cerca de 30 trabalhadores, das mais diversas carreiras, que por cá andavam, nos mais diversos regimes, para o quadro da Assembleia Legislativa Regional.

Portanto, Sr. Deputado, enganou-se redondamente, o Partido Socialista e este seu militante têm muito orgulho em ser mestres especialistas em acabar com as

precarizações dos trabalhadores e em fazer tudo para que haja trabalho digno e para que o legislador seja coerente, coisa que eu lhe vou explicar a seguir na segunda lição.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pretende dar explicações? Tem 3 minutos. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, muito obrigado pelos esclarecimentos que trouxe.

V. Exa. recuou a 1990... 1999, também não é assim tão...

Deputado Francisco Coelho (PS): V. Exa., às vezes, recua para 24 de abril de 74!

O Orador: Pronto, também é necessário. De vez em quando é necessário. E a 25 de novembro de 76, também.

Deputado Francisco Coelho (PS): Nessa altura, o PS não fugiu para o Brasil, Sr. Deputado! Só para lhe lembrar.

O Orador: V. Exa. tem um passado político que o honra e é reconhecido, mas, não me refiro agora a V. Exa. em particular, mas ao partido que V. Exa. aqui representa, também não é isento de asneiras ou de falhas. E eu relembro que é esta coligação que está acabando com os programas e com os programinhas...

Deputado Carlos Silva (PS): Aos quais alguns dos senhores que eram Presidentes de Junta recorriam!

O Orador: ... que foram sendo sucessivamente criados e recriados em vésperas eleitorais, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... perante a promessa de que a seguir às eleições é que iam ser integrados nos quadros, mas aparecia a seguir um novo programa ocupacional, para o qual milhares de cidadãos açorianos foram transitando ao longo dos últimos anos.

E, mais grave, em alguns desses programas, nem sequer havia contribuições para a Segurança Social e não foram contabilizados tempos de serviço para a reforma. É este o vosso legado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, gosta de dizer algumas coisas. E as pessoas pensam que dentro da sua ilusão é realidade para todos. Não é, não é verdade.

Aliás, a minha gargalhada, que até foi um bocado comedida, não tem a ver com se eu acho, ou não, que isto é um problema sério. É bastante sério. Essa gargalhada foi devido à irrelevância do seu argumento a tentar demonstrar que eu estou a insultar esses trabalhadores. Isso é que foi uma gargalhada, porque foi tão irrelevante para um argumento que não devia ser argumento sequer.

Por isso, essa é a diferença, tanto não estou a insultar, que eu vou votar a favor esta iniciativa. É pelo contrário, o CDS, ao votar contra esta iniciativa, é que está a dar um insulto a quem necessitou especificamente para combater a pandemia

Covid, na altura, para salvar o dia, mas agora leva um pontapé no cu. Essa é que é a diferença!

Quem é que está a insultar quem? O PAN está aqui e vai votar a favor! Porquê? O Sr. Deputado Nuno Barata não tem? Eu tenho. Eu acho que toda a gente tem. Não foi insulto para ninguém.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Joaquim Machado. Prescinde?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Prescinde? Não.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, então, V. Exa acha que está ao lado dos trabalhadores porque vai votar a favor. E nós, porque vamos votar contra, estamos contra os trabalhadores. Pois bem, não sei onde é que V. Exa esteve durante a tarde de ontem, mas o Sr. Secretário da Saúde, que tutela esta área, foi muito explícito ao dizer que neste momento estão abertos mais de 500 concursos, ou melhor, estão abertas concursos públicos para mais de 500 vagas exatamente no setor da saúde. Ora, se nós estamos a falar de um universo de cerca de 700 trabalhadores que foram contratados especificamente ao abrigo destes “contratos Covid”, já foram realizados concursos para 330 vagas, mais as 500 que estão a concurso dá 860, quase 900 vagas, e estamos a falar de 700 funcionários, significa isso que este Governo e esta coligação tem a concurso mais vagas do que aquelas que são os funcionários que foram empregues na Covid.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, quer V. Exa contornar a lei?

E, portanto, têm experiência na função. Se tiverem as qualificações, que seguramente as terão, porque se já foram contratados é porque as tinham, podem concorrer aos concursos.

E, portanto, V. Exa quer é criar mais um mecanismo para contornar a lei. Em vez de haver o concurso público, que é expectável que haja para acesso à função pública, vai haver aqui mais um mecanismo especial excecional para integrar algumas pessoas e não tratar todos os cidadãos em pé de igualdade. É isso? O senhor está do lado da exceção. Nós estamos do lado da lei.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate de ontem sobre o ponto anterior a este que nós temos em apreço, disse o Governo, por intermédio do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, e passo a citar, “que um emprego é algo determinante na vida de uma pessoa”. Disse também o Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto, na sequência da discussão desse ponto, relativamente às prestações de serviço, que, “em 2019, foram empregues 176 mil horas, em 2020, 167 mil e, em 2021, 198 mil, com um custo de 8 milhões de euros”. Disse o Sr. Secretário, e passo a citar: “O que significa que para o erário público, este caminho não é o mais adequado, porque, pagando mais a prestadores de serviços, temos, por um lado, prestadores que não estão ligados aos serviços, aos profissionais e aos utentes. Temos de pagar mais e esta solução é uma solução transitória”. Portanto, se é uma solução transitória e temos aqui uma proposta para criar estabilidade, por que razão os

partidos da coligação e este Governo não ajudam e não regularizam quem mais ajudou quando mais foi preciso?

Por outro lado, o Sr. Deputado Joaquim Machado disse, e também passo a citar, que “as necessidades permanentes são identificadas pelos órgãos de gestão das unidades de saúde”. E o Sr. Deputado tem toda a razão. Contudo, feito esse levantamento pelos órgãos de gestão das unidades de saúde, o que se verifica é que tal não corresponde à verdade, quando este Governo diz, e agora tem repetido pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, que esteja a dar resposta a essas necessidades.

E vou só dar dois pequenos exemplos para não ser demasiado exaustivo:

Em resposta a um requerimento apresentado nesta Assembleia relativamente às contratações ao abrigo da Covid, o Governo Regional respondeu relativamente à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria que, para a carreira de assistente técnico, foram contratados dois elementos. Diz o Governo que os procedimentos concursais que foram autorizados para este ano já serão para suprir essas necessidades. Nas palavras do Sr. Deputado Pedro Pinto até são mais. Mas isso não se verifica. No mapa de recrutamento de 2021 e 2022, que houve duas versões no espaço de três dias, zero, zero vagas para assistente técnico para a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria;

Temos o caso da Unidade de Saúde de São Miguel, para a carreira, também, de assistente técnico, 50 contratações ao abrigo da Covid. Diz o Governo e dizem os Deputados também dos partidos que suportam este Governo, da coligação, que já foram autorizados procedimentos concursais para suprir estas necessidades. Mentira, mais uma vez. Uma falsidade, novamente. Vamos consultar os mapas de recrutamento de 2021 e 2022, tanto na primeira versão como na segunda, temos duas vagas autorizadas.

Portanto, é mentira que, efetivamente, este Governo tenha autorizado a abertura de procedimentos concursais para suprir essas necessidades.

E, portanto, quando o Chega também diz, que agora está ausente o Sr. Deputado José Pacheco, que tem que haver pessoas motivadas, efetivamente, nós também concordamos, tem que haver motivação nos profissionais que ajudaram, como eu disse, na altura em que esta Região mais precisou. E que agora, de um momento para o outro, se vêm a braços, eventualmente, como o Bloco de Esquerda, como o Sr. Deputado António Lima referiu, com o desemprego.

E, portanto, aquilo que nós estamos aqui a discutir, e muitas vezes se fala em falácia nesta Assembleia, falácia é deste Governo que mascara com números para escamotear as fragilidades, efetivamente, desta coligação e da sua governação e que irá colocar em causa, se nada for feito, o Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho novamente para falar um pouco sobre alguns dos argumentos que o Sr. Deputado Pedro Pinto aduz para justificar o voto contra do CDS a esta iniciativa.

Diz o Sr. Deputado Pedro Pinto que nós estamos a criar falsas expectativas aos trabalhadores em questão. Bem, a expectativa, Sr. Deputado, caso haja, só será gorada se o senhor votar contra. Quer que a expectativa se concretize? Volte a favor. Junte-se a quem, efetivamente, quer dar estabilidade a estas largas centenas de trabalhadores, de várias carreiras, que deram muito do seu tempo, da sua vida,

num período extremamente difícil do Serviço Regional de Saúde. Esse período foi extremamente difícil.

E eles, efetivamente, foram necessários e desempenharam funções. E não me venha dizer, porque ninguém acredita, nem o senhor, que eles só desempenharam funções relacionadas com a Covid. Isso não é verdade. Como sabe muito bem, muitos desses, senão a maioria desses trabalhadores acabaram por desempenhar funções da mais variada espécie, de acordo com a sua carreira e o seu conteúdo funcional. Não foram apenas fazer vacinação. Isso não é verdade. Basta falar com qualquer pessoa, aliás, desses trabalhadores em concreto ou qualquer pessoa que trabalhe numa qualquer instituição do Serviço Regional de Saúde.

Pergunta o Sr. Deputado Pedro Pinto e pede-nos para provar como é que essas pessoas vão ser despedidas. Ó Sr. Deputado Pedro Pinto, eu julgo que ao explicar-lhe isso até me sinto mal porque parece que estou a insultá-lo. É que as pessoas, se foram contratadas com um contrato a termo resolutivo, incerto, o contrato é denunciado e o contrato termina. A partir do momento em que o contrato termina, a pessoa fica desempregada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não é despedida!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É dispensada!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Um contrato a termo e é dispensada? Um contrato a termo é a termo!

O Orador: Pode encontrar trabalho...

Ó Sr. Deputado, é dispensada, chame-lhe o que quiser, a pessoa vai para o desemprego. O que acontece é que a pessoa deixa de ter trabalho. É por denúncia do contrato, é por despedimento, é por contrato a termo, a pessoa deixa de ter trabalho. E se o senhor não percebe isso é porque, se calhar, teve a felicidade na sua vida de nunca estar no desemprego, mas quem passa por isso sabe qual é a

angústia de não saber qual é o dia de amanhã. E o senhor pode não perceber isso, mas isso está na cabeça de muita gente e desses trabalhadores em concreto.

E se esses trabalhadores são necessários... Aliás, o Governo diz que vai abrir concursos. Bem, mas, então, se esses trabalhadores já estão lá, serviram para aquele trabalho durante tanto tempo. O que os senhores querem fazer é, afinal, mandar-lhes embora, abre-se concurso e logo se vê se ficam ou não.

Mas também, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu não resisto, o Sr. Deputado referiu um exemplo de que no passado se abriam, contratavam-se, através de estágios ou outros programas, trabalhadores. Depois, abria-se um concurso, e a pessoa tinha experiência e entrava. Olhe, deixe-me ler um concurso para um dirigente da Administração Pública que este Governo lançou até recentemente. Uma das características do perfil exigido, aliás, há um truque que se faz, que não é de agora, que é para os dirigentes da Administração Pública, nomeá-los em regime de substituição e, depois, mais tarde, abre-se o concurso. E para quê? Exatamente para isto que está aqui, perfil exigido: “Os candidatos deverão, preferencialmente, possuir formação académica na área económica e financeira, formação e experiência profissional no âmbito da atuação do cargo a prover, bem como experiência de exercício de funções dirigentes.” E, talvez, neste caso ou noutros, no cargo em questão já lá esteve um dirigente em regime de substituição. É assim que se faz, aliás, sempre se fez. E o seu Governo não faz diferente. Por isso, não venha com lições de moral sobre esta matéria!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que só se pode contratar pessoas sem experiência?!

O Orador: E termino só com uma coisa muito interessante: diz o Governo que está a contratar muitos trabalhadores, muitos médicos, muitos enfermeiros, e eu não vou aqui rebater os números porque quero guardar algum tempo, mas é curioso como é que o Governo está a contratar tantos médicos e que as suas estimativas para cobertura, por exemplo, de médicos de família, e dou o exemplo

da ilha de São Miguel porque tenho aqui um exemplo bastante interessante, a sua estimativa era, em maio deste ano, de que 97% da população de São Miguel teria médicos de família. Está aqui o título, em maio.

Em agosto, há poucos dias, de 2022, o Sr. Secretário já dizia que seriam 95%, ou seja, o Sr. Secretário contrata tantos médicos que a sua estimativa de cobertura de médicos de família desce de mês para mês. Em vez do milagre da multiplicação, é o milagre da subtração.

Aliás, em 2019, já dizia o Governo do Partido Socialista que íamos chegar em breve aos 100%. Com o Governo do PSD e do CDS e do PPM, já estamos em 95% de cobertura em São Miguel.

Bem, este é um avanço que nós temos do Governo do PSD, do CDS e do PPM, é a redução da taxa de cobertura de médicos de família.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Nesta discussão, em que os diversos Grupos e Representações Parlamentares, bem como o Sr. Deputado independente, já tiveram, com certeza, oportunidade de explanar os seus argumentos principais, eu creio que há aqui uma questão esquecida e essa questão é extremamente importante. Essa questão tem a ver com os trabalhadores. É que num contrato de trabalho, para além do empregador, seja ele público ou privado, também há trabalhadores e esses trabalhadores também têm direitos em Portugal. O direito ao trabalho é um direito fundamental, de acordo com a nossa Constituição, a que o Sr. Deputado José Pacheco, tão pitorescamente, chama “aquele papelinho”.

O direito ao trabalho é um direito fundamental. E sendo um direito fundamental, é preciso ter em consideração que o que se considera, quer se goste, quer não se

goste, é que o contrato de trabalho normal é um contrato sem termo, é um contrato com termo indeterminado. E, por isso, todos os outros contratos, incluindo os contratos a termo, são contratos excepcionais. E por serem contratos excepcionais é que o legislador tem vindo a exigir que, independentemente do nome que se lhe chame, desde que haja hierarquia, subordinação e horário completo, esse contrato tem que ser fundamentado e tem um limite inultrapassável.

Durante vários anos, esse limite foi, para a iniciativa privada, de três anos. Recentemente, passou esse limite para dois anos. E é isso que nós também temos que ver. Aliás, é a situação que subjetiva, independentemente dos nomes, um contrato a termo pode ser celebrado por seis meses, mas sem empresa deixar passar dois anos e um dia, independentemente dos nomes que lhe chamou, a verdade é que este trabalhador passa a trabalhador permanente, como muito bem lembrou ontem o Sr. Deputado Carlos Furtado.

A situação mudou. Estes trabalhadores, quando foram contratados, ninguém sabia como é que a epidemia ia evoluir, quanto tempo ia demorar, quando é que surgiu uma vacina, quando é que surgiram tratamentos, etc., etc., etc.

O que não deixa de ser extraordinário é que a direita, eu vou falar na direita democrática, a direita liberal, aquela que exige, e bem, que o Estado e as entidades públicas devam ser pessoas de bem, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente! Por ser pessoa de bem!

O Orador: ... aceitem, sem pestanejar, que o legislador, como órgão de soberania, exija a todas as entidades privadas que um contrato de trabalho que ultrapasse os dois anos, o trabalhador é imediatamente permanente. Mas, pelos vistos, nalguns casos, não se importe muito que o Estado, o legislador, pessoa de bem, aquele que faz a lei, seja o primeiro em incumpri-la. Não percebo esta direita. E era bom, talvez, que ela conseguisse explicar esta razão.

Também se aduziram aqui argumentos financeiros. Pelos vistos, não têm razão. O Sr. Secretário já garantiu, o Sr. Deputado Pedro Pinto já garantiu que há

dinheiro e até se vai contratar muito mais. Mas não são estes, não são estes que serviram numa altura essencial, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Mas quem é que disse que não são estes?

O Orador: ... não são estes que têm as devidas habilitações, não as roubaram, nem as herdaram, mas não estes que servem.

Não, Sr. Deputado José Pacheco, eles não entraram pela porta do cavalo, eles têm as suas habilitações, eles fizeram uma prova de seleção sumária. E agora exige-se que novamente haja um concurso especial, como não podia deixar de ser, para que eles possam ficar como trabalhadores sem termo ao nível da função pública. Não, não me estou a contradizer, estou a dizer exatamente o que se passa.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O senhor leia a proposta!

O Orador: Sr. Secretário, o que se passa aqui é outra coisa, que nós já percebemos. Ao contrário do apregoado e ao contrário da bandeira deste Governo, que quer reduzir a precariedade laboral, e oxalá que queira reduzir, terá todo o nosso apoio, por atos e por factos nós vemos exatamente o contrário. Eu vou dar três exemplos:

No Orçamento deste ano desapareceu a norma transitória para as pessoas que tivessem essas condições poderem aceder a contratos por tempo indeterminado; Quando quis acabar, não vamos agora discutir, ou pelo menos reduzir largamente os chamados programas ocupacionais, este Governo não acautelou as situações daqueles, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Onde isto já vai!

O Orador: ... que haverá alguns, com certeza, que, no fundo, estavam subordinados à hierarquia, disciplina e horário de serviço e que deveriam ser regularizados;

E, agora, com esta questão, a posição que é aqui tomada é a prova provada de que este Governo prefere fazer alguma justiça a grupos de 15 trabalhadores, mas, relativamente à precariedade laboral, não quer verdadeiramente resolvê-la.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, como já ontem tivemos oportunidade de dizer, tem tanto de generosidade como de demagogia, além de enganar os putativos destinatários do que esta iniciativa dispõe.

Percebemos que o Bloco vai mais uma vez por esse caminho, não se desviando daquilo que é o seu registo habitual. Já estranhámos que o Partido Socialista possa-se associar a uma iniciativa desta natureza, com as fragilidades, com os enganos, com as ilegalidades que ela integra.

Mas percebemos que Bloco queira atrapalhar a governação e que o Partido Socialista se sinta agastado com os bons resultados que o Governo da coligação,

...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: ... juntamente com os seus parceiros de incidência parlamentar, têm vindo a alcançar, designadamente também na área da saúde.

Eu sou obrigado a reconhecer e a aderir a uma parte da intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho, nomeadamente quando diz que os contratos, por

princípio, devem ser celebrados sem termo. Perfeitamente de acordo. Não só é o que diz a lei, mas é o que diz os meus valores, é o que dizem os meus princípios.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os meus também!

O Orador: E, portanto, não é apenas por uma adesão cega à lei, é por um princípio, aliás, na senda daquilo que tenho vindo a defender, no exercício de funções políticas e partidárias.

Agora, o Sr. Deputado Francisco Coelho também há de convir e concordar comigo que, por atos e factos, a governação do Partido Socialista foi em sentido diverso, diferente, oposto àquele que o senhor aqui mencionou, porque, de facto, nunca houve tanta precariedade na Administração Pública Regional como no tempo do Partido Socialista, nunca houve tanta resistência à regularização das situações de precariedade como aconteceu com a governação do Partido Socialista, designadamente no caso, que é por demais evidente, dos professores, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: ... nem sequer dando cumprimento a uma norma da União Europeia, que foi cumprida na Madeira e no Continente, e que, aqui, as maiorias absolutas do Partido Socialista sempre rejeitaram e sempre, determinadamente, recusaram cumprir essa diretiva comunitária.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Francisco Coelho, por atos e factos, o Partido Socialista foi o campeão da precariedade na Administração Pública e foi também o campeão da falta de meios no Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E verdade!

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Tanto assim é que, confrontados com a pandemia, foi necessário fazer um reforço dos meios para atender aquelas situações.

E, sendo óbvio que qualquer situação inesperada podia requerer mais meios, o senhor, hoje, diz que afinar aqueles meios que entraram para satisfazer as necessidades específicas da pandemia, como o tratamento, posteriormente a vacinação, ...

Deputado António Lima (BE): Sim, sim. Só para isso!

O Orador: ... o senhor diz que, afinal, são necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde. Mas como é que são permanentes, se, afinal, durante o exercício deste Governo da coligação, até entraram mais funcionários para administração do Serviço Regional, para a exercerem funções no Serviço Regional de Saúde? Então, é porque essas necessidades permanentes já vinham de trás.

Mas há duas coisas insanáveis para as quais, tanto o Partido Socialista, como o Bloco de Esquerda, não apresentam solução, pelo contrário, acho que caem num logro insanável, que é este: o Governo Regional tem curso umas centenas de vagas em concurso para serem providas no Serviço Regional de Saúde. Por hipótese, se nós aprovássemos essa transformação de todas essas situações em contratos sem termo, o que acontecia aos concursos que estão a decorrer? O que acontecia aos opositores àqueles que já se apresentaram com a sua candidatura e têm expectativa de vir a integrar a Administração Pública Regional, nos Serviços de Saúde? Ou acha que, para além daqueles que os senhores, hoje, dizem que são necessidades permanentes, mas que, ontem, quando os contrataram, era especificamente para tratar da Covid e da vacinação, a esses se devem acrescentar mais as centenas que estão em concurso?

Depois, há uma outra coisa insanável, que é: nos termos desta proposta do Bloco de Esquerda, a que o Partido Socialista se agarrou como náufrago no meio do mar alto, não respeita o princípio da igualdade de oportunidades, não respeita o princípio de imparcialidade, não faz respeito pelo princípio da boa-fé.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está enganado!

O Orador: E, finalmente, o da transparência, que estes atos também devem ter, nomeadamente, através da não discriminação.

Depois, cria ainda a falsa expectativa nos trabalhadores que fizeram contratos, conscientemente, para este fim, sabendo que estavam a fazer um contrato sem termo...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu já respondi a isso!

O Orador: ... e que, portanto, ele, algum dia, seria dado por concluído, de que teriam a sua situação resolvida. Mas, logo a seguir, dizem que, afinal, isso deve ser precedido de um concurso ao qual podem ser opositores outras pessoas. Então, não é para resolver os que lá estão, é apenas para contornar o princípio da transparência, da imparcialidade, da igualdade de oportunidades, que é garantido através de um concurso público.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, já vai com cinco anos de experiência parlamentar e, no entanto, resolve insistir que estes funcionários vão ser despedidos. Percebendo que não conseguiria continuar com essa linha de argumentação, foi recuando nas palavras até chegar à palavra de que vão ser “dispensados”.

Pois bem, Sr. Deputado António Lima, isto mostra bem a habilidade com que o senhor e o seu partido estão neste Parlamento, ou seja, se não forem

desmascarados, os senhores usam e abusam da boa-fé e da boa vontade de todos os açorianos.

Portanto, não estamos perante o despedimento de ninguém. São contratos temporários que foram feitos conscientemente por todos, inclusivamente por este Parlamento, que aprovou o mecanismo de contratação. E, portanto, é de uma grande hipocrisia e irresponsabilidade política estamos, agora, aqui, a dizer que se vai colocar no desemprego ou vai-se despedir centenas de trabalhadores que foram a salvação do Serviço Regional de Saúde. Isso é abusivo, isso é um insulto à ação que esses funcionários exerceram nos últimos anos e que asseguraram o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, evitando o seu colapso e contribuindo para o tratamento e para a vacinação de todos os açorianos. E, portanto, merecem mais respeito.

Sr. Deputado Francisco Coelho, a V. Exa já lhe reconheci o mérito do seu legado político, é sentido, é sincero, mas também lhe reconheço a habilidade, a habilidade de também conseguir virar o bico ao prego. V. Exa também começa a argumentar muito bem, para depois ter um desvio, um desvio também na teoria do despedimento, na teoria da precariedade. E V. Exa, em consciência, sabe que isso não é bem verdade. E eu já comprovei que, em termos de precariedade, nessa matéria, o seu partido, o seu grupo parlamentar bate a coligação e este Governo aos pontos.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Francisco Coelho. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque o tempo escasseia e porque esta já é a minha terceira intervenção, para dizer, desde logo, o seguinte: o que me parece, o que acho que não oferece dúvidas é que, neste momento, há um critério ao nível da nossa legislação laboral e um princípio de que é quem presta funções de forma permanente, com subordinação à hierarquia, ao horário e à disciplina de serviço durante dois anos, seja na iniciativa privada, seja até, por uma questão de igualdade, em serviços públicos, deve ter uma situação permanente.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Esse é o critério que, neste momento, a Constituição e a Lei Laboral Portuguesa fixam.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Eu já lhe vou explicar!

O Orador: É muito simples, Sr. Deputado, é conciliar o limite máximo do horário do trabalho a termo com esta questão. E se não fosse dois, durante muito tempo foi três. Portanto, este princípio existe, independentemente de as pessoas chamarem trabalho a termo, contrato de avença, prestação de serviços, etc., etc. Também assim deve ser em termos objetivos no serviço público, até por uma questão de igualdade, de moral e de legitimidade.

O Sr. Deputado Joaquim Machado deu aqui um exemplo, veio-me ajudar, ou seja, foi, recentemente, consagrado ao nível do sistema educativo e do corpo docente que quem tenha três contratos consecutivos deve passar para um quadro de ilha.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não! O senhor tem que ir ver a legislação! Está muito mal informado!

O Orador: Talvez esteja.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não tem nada a ver!

O Orador: Mas, no nosso entender, esse deve ser o princípio. E é esse princípio que nós queremos aqui consagrar, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fala sem saber do que é que está a falar!

O Orador: ... é o princípio que o legislador aplica aos privados, é o princípio que se tem aplicado ao longo do tempo em vagas sucessivas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Partido Socialista aplicou isso diariamente!

O Orador: ... de regularizações.

Eu não conheço nenhuma, Sr. Deputado Joaquim Machado, a jurisprudência deve estar distraída e os tribunais, que tenham achado que violava o princípio da igualdade, o princípio da boa-fé, o princípio da igualdade de oportunidades. Não conheço nenhum acórdão em que uma legislação de regularização desses trabalhadores tenha sido anulada ou declarada ilegal.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E, portanto, creio que está a fazer uma leitura demasiado apressada da legislação.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: O que está aqui em causa é muito simples, volto a dizer, é saber quem é que, efetivamente, quer combater a precariedade laboral, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem dúvidas?

O Orador: ... quem é que acha que o legislador, por uma questão de moral, ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho...

O Orador: ... deve estar subordinada aos mesmos princípios que exige às entidades privadas.

Presidente: Muito obrigado.

O Orador: Vamos, com certeza, por muitas e variadas razões, ficar esclarecidos com a votação deste diploma.

Para já, e espero que não premonitoriamente, ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, tem de terminar!

O Orador: ... eu digo, para já: bom dia, Maria.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando aproveitar o tempo com utilidade e, sobretudo, para esclarecer, para esclarecer algumas das falácias com que insistiram fazer este debate.

Desde logo, reitero, estão contratados a título definitivo, por este Governo, 330 trabalhadores para o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Carlos Silva (PS): Também não existe! A título definitivo não existe no Código do Trabalho!

O Orador: Há também autorizadas 531 vagas, que não são apenas e só as que estão nos mapas consolidados. É uma falácia reduzir aos mapas consolidados as contratações. Há muitas outras autorizações que decorrem de outras circunstâncias e, por isso, chegamos a este valor. Por isso, está esclarecida aquela falácia que foi introduzida.

Segunda questão, a demagogia que foi aqui apresentada pelo Deputado Francisco Coelho ao dizer-se que as pessoas que tanto colaboraram, que tanto deram o seu contributo, vão obrigá-las a fazer um concurso público, vão obrigá-las a um

concurso público, como se fosse uma coisa muito má. O senhor não leu o diploma que está a ser votado!

Deputado Francisco Coelho (PS): Li, li. Está enganado!

O Orador: O diploma que está a ser votado diz no n.º 2 do seu artigo 3.º o seguinte: “A celebração dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com trabalhadores que, à data da entrada em vigor do presente Decreto Legislativo Regional, se encontrem em exercício de funções nos órgãos, organismos, serviços e demais entidades do Serviço Regional de Saúde, ao abrigo dos regimes excecionais de contratação previsto no artigo 1.º (Covid, estamos a falar de Covid) é precedida de procedimento concursal.” Isto é o que está dito aqui!

Deputado Francisco Coelho (PS): Claro! Não há regularização sem procedimento concursal!

O Orador: E o senhor andou aqui a tentar desenvolver uma tese de que são uns insensíveis, vão obrigar as pessoas a fazer concurso. É isso que está previsto, exatamente, no diploma que os senhores vão votar. É, exatamente, obrigar à precedência de concurso. Isto é uma absoluta falácia!

Terceira falácia: redução da taxa de cobertura de MGF. Sr. Deputado António Lima, esta sessão foi tremenda para isso, só falsidades que o senhor fez aqui em termos de afirmação. O senhor disse que estamos a reduzir a taxa de cobertura de médico de família. Falso!

Deputado António Lima (BE): O senhor é que disse isso, não fui eu!

O Orador: Eu não disse isso!

Hoje, há mais 5551 açorianos com médico de família do que havia em 20 de novembro de 2020. Há mais açorianos como médico de família e vai haver muitos mais do que ao final do ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Quarta falácia: precariedade, precariedade, precariedade... Os senhores são os pais da precariedade! Durante anos, anos e anos levaram pessoas com três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez anos em precariedade! Por isso é que havia uma norma no Orçamento para regularizar isso. Essa norma era para regularizar exatamente isso. Os senhores é que eram os pais da precariedade!

Deputado Francisco Coelho (PS): E as pessoas? E o povo que estava nessa situação?

O Orador: Com certeza, mas já esclareço. Coisa diferente é o que estamos aqui a discutir, não tem nada a ver com isso. É uma situação excecional, para um período excecional, transitório e estamos a resolver essa situação, exatamente, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... com os 330 que já estão contratados e com as 531 autorizações.

Deputado Carlos Silva (PS): Na educação fez-se isso!

O Orador: Só para terminar, sobre a falácia, se me permite, Sr. Presidente, isto é muito importante, o Sr. Deputado diz aqui que, como na privada, temos que converter os contratos a termo em contratos sem termo. Foi o que o senhor disse. Disse. Tem que ser pessoa de bem, é como no privado, um princípio constitucional.

O senhor desconhece a lei, neste caso a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que no seu artigo 63.º diz o seguinte: “A celebração ou a renovação de contratos a termo resolutivo com violação do disposto na presente lei implica a sua nulidade e gera responsabilidade civil, disciplinar e financeira dos dirigentes.”

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas isso é o Código do Trabalho!

O Orador: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, artigo 63.º, número 2: ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É por isso que há falsos tarefeiros. É por isso que é preciso regularizar.

Presidente: Sr. Deputado... Faz favor, tem de terminar.

O Orador: ... “O contrato a termo resolutivo não se converte, em caso algum, em contrato por tempo indeterminado, caducando no termo do prazo máximo de duração previsto.”

Isto é a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. É de uma absoluta ignorância jurídica, que faz com que leve as pessoas a pensar no contrário daquilo que o senhor está a dizer.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: E a última falácia, o senhor veio aqui com a conversa de que são muito céleres a resolver 15 trabalhadores, mas estes não. Sr. Deputado, eu informo-lhe, não são 15, são 1344 trabalhadores do Serviço Regional de Saúde, 1344, que já viram a sua situação regularizada por este Governo! 1344!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Trabalhadores que estavam há 10 anos e há mais à espera de lhes ser feita justiça! E o senhor já foi Secretário da tutela. O senhor não fez nada para resolver esta situação! Trabalhadores que estavam há mais de 10 anos para ver a sua situação resolvida!

Presidente: Sr. Secretário Regional...

O Orador: Foram os senhores que deixaram este problema. E é este Governo que está a resolver este problema e muitos outros.

Mais uma vez, é a coligação negativa dos problemas.

Aqui é a coligação positiva de os resolver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Eu, quando pensei na utilização desses painéis de controlo de tempo, pensei: as pessoas vão por si, pedagogicamente, controlar o tempo, ou eu vou-lhes retirar o tempo quando terminar mesmo tempo. E, se calhar, vou ter que optar pela segunda opção, senão os painéis não servem para nada. Ou as pessoas autocontrolam-se ou, quando terminar o tempo, o Presidente corta o som à pessoa que está a usar da palavra.

Deputado Francisco Coelho (PS): Há soluções intermédias, Sr. Presidente.

Presidente: Já houve. Está a haver. Está a haver.

Para interpelação à Mesa. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Percebo que os reparos que Sr. Presidente faz são, fundamentalmente, na sequência das minhas intervenções. Eu olho para o painel e essa violação não é apenas exclusiva do Secretário da Saúde.

Presidente: É verdade. É verdade.

O Orador: É verdade. Todos já perceberam isso.

Segunda nota, é só para interpelar a Mesa e para perguntar se nessa contabilização que faz e no corte da palavra, se desconta o tempo dos apartes que interrompem as intervenções.

Presidente: Ó Sr. Secretário Regional, isso é absolutamente impossível de o fazer, a não ser que seja, de facto, um aparte em que o Sr. Secretário perceba que não há condições para que o debate prossiga.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de ter ouvido já neste Plenário a palavra demagogia 200 vezes por parte do Sr. Deputado Joaquim Machado, eu queria que ele me explicasse onde é que há ilegalidades neste diploma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Demagogia e populismo!

O Orador: É que se o senhor diz que há ilegalidades neste diploma, está a dizer que o diploma que foi promulgado pelo Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que por acaso foi o líder do PSD, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É só por acaso mesmo!

O Orador: ... aprovado pelo Governo da República, que tem um mecanismo muito semelhante, também é ilegal. E está a desqualificar o Presidente da República. Aliás, o senhor desqualifica toda a gente, desde que lhe dê jeito.

Sr. Secretário, eu acho curioso o Sr. Secretário vir com o argumento: bem, não estamos a enganar as pessoas porque é para integrar. Mas, afinal, é um concurso.

O Sr. Secretário apresentou nesta Casa um Orçamento que tem um processo de regularização de precários. Artigo, se não me engano, 11.º do Orçamento para 2021, que, por acaso, prevê um processo de regularização e de integração de pessoas que tem, olhe, imagine-se, um procedimento concursal e que, por exemplo, no seu número 16.º diz: “O processo de valorização deverá ficar concluído no prazo de 45 dias após a abertura do procedimento concursal.”

Imagine-se!

Bem, como é óbvio, para Administração Pública, esse procedimento concursal tem de existir, mas no caso da proposta do Bloco de Esquerda, aliás, mais precisamente com a proposta de alteração que apresentámos e no caso do orçamento que o senhor apresentou, há um processo congressual que é limitado a um grupo de trabalhadores. Isso é legal. Tanto é legal que foi feito várias vezes, tanto aqui, como a nível nacional.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): São coisas completamente diferentes!

O Orador: Não há nenhum problema a esse nível. O problema é que os senhores o que não querem é, efetivamente, integrar estes trabalhadores, porque preferem passá-los, fazê-los passar pelo calvário, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ah, os concursos são calvários!

O Orador: ... fazer um novo concurso quando esse concurso já foi feito e quando eles, acima de tudo, são fundamentais ao Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a este debate, tal como ontem, porque, de facto, a demagogia tem vindo a tomar conta desta Casa ao longo do dia de hoje.

Deputado António Lima (*BE*): O senhor é o único que não é demagógico!

O Orador: Não, Sr. Deputado, eu não sou o único dono da verdade. Agora, tento não fazer essa demagogia...

Deputado António Lima (*BE*): Eu não disse isso!

O Orador: ... e tento não insistir nela quando me dizem que eu estou errado. É muito bom aprendermos com os nossos erros e é muito bom percebermos, quando já perdemos a razão, como a podemos corrigir.

O Sr. Deputado António Lima insiste que este diploma vai regularizar aqueles trabalhadores que foram contratados para Covid.

Deputado António Lima (*BE*): Vai, vai!

O Orador: Não vai! Não vai, senhor! O senhor não pode insistir nessa falácia porque não vai! Vai regularizar, quando muito, aqueles que forem admitidos por concurso público.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Exatamente!

O Orador: O senhor anda a dizer aos açorianos, desde ontem, que a maioria parlamentar suporta o Governo não quer regularizar essas pessoas, quando o senhor aqui neste diploma não garante que essas pessoas vão ser regularizadas! Esta é que é a questão aqui, não é outra questão! Esta que é a questão!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E relativamente à norma orçamental que foi aprovada nesta Casa e até em relação ao diploma da República, a questão é precisamente essa, o diploma da República, se o senhor for ler atentamente, não diz que é para regularizar aquelas pessoas que foram contratadas.

Deputado António Lima (BE): Diz, diz!

O Orador: Ah, não diz não. Diz aquelas que têm mais de três anos contratadas, que é uma coisa bem diferente, que é a tal questão, e aí tem razão o Sr. Deputado Francisco Coelho, que o Estado não pode tratar os seus de forma diferente daquela que obriga o privado a tratar os dele. O Estado tem que tratar os seus e a Região tem que tratar os seus da mesma forma que obriga o privado a tratar os dele, ou seja, ao fim de três anos de contratações sucessivas, está automaticamente nos quadros. Esta é que é a questão. Mas este diploma que aqui está não garante isso nem garante que abrange as pessoas que estão há três anos nessas circunstâncias, até porque não estão por razões que nós sabemos que não estão. Alguns estarão lá perto, mas ainda não estão nessas circunstâncias.

Foi apenas por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que voltei a intervir neste diploma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Não podemos deixar passar a ideia de que este diploma iria regularizar todos aqueles que fizeram um esforço, e nós reconhecemos esse esforço, para colaborar com a Administração Pública Regional no âmbito da Covid.

E até porque isto iria criar uma injustiça enorme perante outros que, não tendo sido contratados neste contexto, fizeram um esforço. E até privados que fizeram grande esforço. E até aqueles que ficaram privados de trabalhar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Que as medidas e as medidinhas que foram tomadas para resolver ou para colmatar as perdas que tiveram empresas, empresários, pessoas individuais, durante a Covid, não foram suficientes. Isto iria criar aqui uma enorme injustiça perante outros cidadãos noutras circunstâncias parecidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: E esta Assembleia não pode promover desigualdades, deve promover equidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Estando no fim deste debate, há uma pergunta que se impõe ao proponente da proposta. E bastam-lhe cinco segundos para responder. Se com este diploma o Bloco de Esquerda garante que todas as pessoas contratadas para o Serviço

Regional de Saúde, ao abrigo das medidas excecionais de Covid, ficam integradas na Administração Pública Regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Qual é a estratégia? Os senhores agora é que descobriram que a regularização também tem concurso. É fabuloso!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem. Sr. Deputado Francisco Coelho, já esgotou o seu tempo. Faça o favor de me deixar usar o meu.

Deputado Francisco Coelho (PS): V. Exa., às vezes, também esgota a minha paciência e eu tenho que o ouvir!

O Orador: Eu gostava de dizer, e não leve a mal, Sr. Deputado Francisco Coelho, faz-me lembrar aquele filme, o “Crime sem castigo”, a sua intervenção. Não leve a mal esta imagem.

Mas a questão é a seguinte, Sr. Deputado. O Partido Socialista vem aqui dizer: sim, sim, isto são necessidades permanentes, sempre foram, foram necessidades permanentes sempre. Então, se eram se necessidades permanentes, porque é que as pessoas foram contratadas neste regime de excecionalidade e sem as garantias que V. Exa agora quer dar quando já não governa?

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor devia ter ouvido ontem o Sr. Deputado Carlos Furtado!

O Orador: Esse é o seu problema, o problema da sua argumentação. Se era assim, porque é que não contratou sem termo? Porque é que não o fez?

Deputado Francisco Coelho (PS): Não era assim!

O Orador: Ah, agora é que é, agora é que apareceram estas necessidades todas, agora é que é necessário, agora é que são centenas de pessoas que são necessárias. Antes não eram. Portanto, essa é a sua contradição.

Mas eu penso que isso tem a ver, sobretudo, com o facto de V. Exas. já não governarem. E, portanto, quando governavam, tinham uma opinião. Agora que

não governam, afinal, são necessidades permanentes. Então, V. Exa, aqui, não pode continuar com esta ambivalência. Ambivalência, por amor de Deus, é uma ofensa argumentativa, exclusivamente argumentativa.

Sr. Deputado, então, V. Exa tem que reconhecer... Se V. Exa dissesse assim: estávamos errados, afinal, eram necessidades permanentes. Nós castigamos aqueles trabalhadores. Nós penalizamos aqueles trabalhadores. Se V. Exa dissesse isso, eu agora até aceitava a sua argumentação e a racionalidade da sua argumentação. Mas V. Exa não faz isso, não reconhece o discurso que foi feito na altura e a legislação aprovada na altura. Isto é o primeiro ponto.

Em relação ao Bloco de Esquerda, bem, a Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata já desmontou a falácia, já o fez, portanto, não vou repetir a argumentação que já foi desenvolvida pelo Sr. Deputado Nuno Barata nesta matéria.

Dou apenas uma pequena nota, que é, em primeiro, para registar que o Bloco de Esquerda está de regresso à linguagem religiosa, com o calvário e tudo isso, o calvário, agora...

Deputado António Lima (BE): E o que é que tem? Não posso?

O Orador: Sim, sim, fez esta referência do calvário dos concursos públicos. Eu vou-lhe dizer uma coisa: eu tenho muito orgulho de ter participado em concursos públicos e de ter obtido a minha vaga na função pública através de concurso público. E muitos outros. E não foi um calvário, é algo que é absolutamente essencial e que só dignifica a Administração Pública.

Mas também lhe quero dizer a mesma coisa, então, se é um calvário, se é um calvário que V. Exas. chamam ou os concursos públicos, porque é que na legislação que agora propõe mantém o concurso público, ou seja, mantém o calvário em vigor nesta matéria também?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Olho para o placar e vejo que o Partido Socialista já não tem tempo, mas tenho uma pergunta para lhe fazer, bastará o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acenar com a cabeça. Garante o Partido Socialista, com a aprovação deste diploma, integrar na Administração Pública Regional, no Serviço Regional de Saúde, todos os trabalhadores contratados ao abrigo do regime excecional da Covid?

Acende com a cabeça, Sr. Deputado. Para mim, é a resposta suficiente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado Francisco Coelho é que está com este diploma!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Podemos passar à votação?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento que haja nesta Casa quem não tenha lido nem o diploma, nem as propostas de alteração, nem a legislação relacionada. Porque, de facto, este diploma, com a proposta de alteração que é apresentada, se aprovada, aplica-se apenas aos trabalhadores que estão em funções e não se aplica a quem não tem vínculo nenhum e não está em funções nos hospitais, centros de saúde e outros órgãos do Serviço Regional de Saúde.

Respondo-lhe à sua pergunta, Sr. Deputado Joaquim Machado: eu não garanto coisa nenhuma a esse nível. Em primeiro lugar, a sua pergunta foi: se garante que todos os trabalhadores...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... contratos ao abrigo dos “contratos Covid” serão integrados. Primeiro, eu não sei se todos ainda estão em funções.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Claro, os que estão fora, ficam de fora!

O Orador: Segundo, eu não sei se todos querem. Terceiro, os critérios do concurso são feitos pela administração. E, quarto, eu não confio neste Governo para aplicar este diploma.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Porque é que apresentou? Homessa!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então, a gente vai-lhe fazer um favor.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito obrigado, Sr. António Lima. O senhor fez a síntese perfeita daquilo que é iniciativa do Bloco de Esquerda. Não garante nada. Aí está toda a demagogia que este diploma encerra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Tiago Lopes inscreve-se para...

Deputado Tiago Lopes (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, na condução dos trabalhos, se podemos colocar questões de uma bancada para a outra, que foi isto que o Sr. Deputado Joaquim Machado colocou, porque, se pudermos colocar questões de uma bancada para a outra, também posso perguntar ao Sr. Deputado Joaquim Machado se o Governo garante também...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... que os 50 assistentes técnicos da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel...

Presidente: Peço desculpa...

O Orador: ... estão a coberto dos procedimentos concursais que foram autorizados para este ano.

Muito obrigado.

Presidente: Calma, senhores.

Sr. Deputado Tiago Lopes, pode, efetivamente, no debate, colocar questões uns aos outros, mas o facto é que o Partido Socialista, neste momento, já esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

E está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não, Sr. Deputado Tiago Lopes, só pode fazer perguntas enquanto tiver tempo. Quando não tiver tempo, não pode fazer perguntas.

A segunda questão que eu quero aqui referenciar é o seguinte: bom, agora, da parte do Bloco, temos aqui, finalmente, um avanço muito significativo. Depois do calvário, temos aqui a confissão. Confessa que não dá nenhum tipo de segurança a quem diz que salvaria do calvário dos concursos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Em segundo lugar, e termino, Sr. Presidente, também não confia no Governo Regional para aplicar a legislação que aqui se aprova. Bom, então se não

confia, porque é que propõe, Sr. Deputado? É porque o Governo é este e vai continuar a ser este!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Socialista não dispõe de tempo, mas podia e devia responder à pergunta que lhe fizemos, bastando acenar com a cabeça. Mas se tivesse tempo, o Partido Socialista não diria mais nada do que disse o Sr. Deputado António Lima, de que, efetivamente, com este diploma não garante nada.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII, começando, naturalmente, pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Deputada Alexandra Manes, estamos numa votação, está bem?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII, na votação na generalidade, obteve a seguinte votação: 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; e 1 voto de abstenção do Deputado independente. Tendo, portanto, um empate.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, conforme prevê o nosso Regimento, vamos repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 54/XII obteve o seguinte resultado da votação, na segunda votação na generalidade: 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; e 1 voto de abstenção do Deputado independente. Sendo a segunda votação com votação de empate, o diploma é rejeitado, na generalidade.

Presidente: Muito bem, tenho sido rejeitado este diploma, vamos...

Declaração de voto do Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Social Democrata votou contra esta iniciativa do Bloco de Esquerda por todas as razões que pudemos aduzir ao longo do debate, desde logo a incoerência do que aqui é apresentado, a circunstância de, através dos mecanismos previstos neste diploma, não se darem garantias de, efetivamente, haver igualdade de oportunidade, transparência e o respeito de outros princípios que estão sempre patentes na realização de concursos públicos, como seja a imparcialidade, a boa-fé e a não discriminação.

Podíamos fazer a adução de outros argumentos, mas bastaria a última intervenção do Sr. Deputado António Lima para nos confortar e dar razão no sentido do nosso voto, de que, efetivamente, com este diploma nada se garantia àqueles trabalhadores que, ao abrigo de um regime excecional, se dispuseram a trabalhar no Serviço Regional de Saúde sob a forma de um contrato de termo incerto.

Respeitamos e agradecemos o trabalho que eles, abnegadamente, também deram, juntando-se àqueles que são os profissionais de carreira integrados nos quadros do nosso Serviço Regional de Saúde. Mas estamos convictos de que as centenas de vagas colocadas a concurso pelo Governo Regional se traduzirão em oportunidades de estes trabalhadores poderem, se for seu desejo, ingressar no Serviço Regional de Saúde e, de uma forma transparente, absolutamente legal, poderem vir a ter uma carreira, certamente, com a estabilidade que até agora ainda não encontraram para as suas vidas.

A aprovação da proposta do Bloco de Esquerda teria ainda uma outra consequência, do nosso ponto de vista, nefasta: não só aquilo que se relaciona com os concursos que estão a decorrer e com as expectativas de quem foi a elespositor, mas ainda o facto de que fazer a regularização de situações destes trabalhadores de uma forma cega iria provocar desequilíbrios ainda maiores nos recursos do Serviço Regional de Saúde, porque nós sabemos que, efetivamente, onde houve maior contratação nestas circunstâncias foi nas ilhas onde há hospitais. Isso significaria um reforço de recursos humanos nessas ilhas em prejuízo das ilhas mais pequenas, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... onde, efetivamente, há mais dificuldades, há mais carência de meios e há, sobretudo, mais dificuldades de recrutamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Por todas estas razões, mas também pelo fornecimento, Sr. Deputado António Lima, de que nada se garantia com este diploma, aí esteve a última razão do nosso voto contra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O meu voto de abstenção nessa iniciativa procurou, de alguma forma, fazer justiça. Dificilmente, a mesma pessoa que ontem votou favoravelmente as duas iniciativas do Governo que pretendiam fazer justiça com funcionários que prestaram serviço na Administração e prestam serviço na Administração Pública, hoje, votar diametralmente o oposto seria algo muito complicado para mim.

O mesmo Governo que obriga as entidades privadas a contratar as pessoas a partir de um determinado período que são dois anos, não pode ser o mesmo Governo que assobia para o lado quando os problemas da mesma natureza lhes batem à porta. Isso já aconteceu no passado. Não quer dizer que tenha que ser processo recorrente. É tempo de, no tal paradigma de mudança, também mudar esse princípio.

Eu percebo que a coligação foi apanhada por essa situação. Ninguém sabia quanto iria durar a pandemia, que acabou por durar mais do que dois anos. Mas o que é certo, senhoras e senhores, é que essas pessoas que prestaram serviço na

Administração Pública, nos Serviços de Saúde, concretamente, são pessoas que criaram vínculos de amizade, habituaram-se àquele vencimento, habituaram-se a lidar com outras pessoas que estavam naqueles serviços, a criarem articulação dentro dos serviços. E é muito desagradável, hoje, dizer essas pessoas: olha, têm mesmo de ir embora. Mesmo que alguns voltem.

E faço votos para que, a partir dos procedimentos concursais que são necessários para suprimir as necessidades do Serviço Regional de Saúde, quase todas essas pessoas voltem a ocupar os lugares que estavam a ocupar até agora. É para isso que se trabalha, é essa a nossa obrigação, criar estabilidade às pessoas, criar oportunidade de as pessoas também sonharem com o futuro, de fazerem uma carreira e de terem um emprego condigno, de poderem dizer aos seus filhos em casa que eu tenho um trabalho, que o conquistei, que o conquistei por dois anos de trabalho onde prestei o melhor que podia e que, em função disso, tive o reconhecimento.

Infelizmente, a Administração Pública, ou felizmente, saber-se-á, para entrar tem que ser através de concurso. É justo, é certo. Mas dentro dessa justiça há sempre essa injustiça dos homens, que há homens e mulheres que prestaram serviço e que, por razão meramente matemática de um concurso, poderão ficar excluídos, agora, numa admissão concursal, pessoas essas que estiveram a prestar um bom serviço aos açorianos.

Como disse, e bem, terminando, faço votos que grande parte, a generalidade dessas pessoas possam continuar a ocupar os cargos que tiveram até agora na Administração Pública.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.
Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente este diploma, porque acredita na bondade do trabalho como um direito fundamental. E de que o trabalho deve ser, em regra, a tempo indeterminado, sendo, na nossa ordem jurídica, o trabalho a termo sempre há uma exceção que deve ser fundamentada.

Nós votámos a favor deste diploma, porque, neste momento, o princípio a que estão vinculadas as entidades privadas é, independentemente do que se chama aos contratos, independentemente da intenção inicial, aquilo que objetivamente se passa quando um trabalhador está sujeito à hierarquia, à disciplina, ao horário de serviço por mais de dois anos.

Nós não brincamos com o sagrado direito ao trabalho e muito menos com as legítimas expectativas desses trabalhadores. Nós sabemos e sempre soubemos que os processos de regularização têm uma fase concursal, sob pena de inconstitucionalidade. Nós sabemos e sempre soubemos que um processo de regularização é uma oportunidade para quem já provou e serviu durante dois anos. As expectativas assim criadas merecem o nosso respeito e merecem, em nosso entender, proteção constitucional, proteção legal e proteção de todas as pessoas e responsáveis políticos de boa-fé.

Nós ficámos também mais esclarecidos. Não ficámos satisfeitos com o desfecho democrático desta votação pelas razões que já expendi.

Também percebemos outros sinais. E queria dizer aqui, para terminar, o seguinte: não, Sras. e Srs. Deputados, a liberdade dos Governos do PS não foi “bom dia, Maria”, mas começa a haver sinais de que a liberdade desta coligação é “boa tarde, José” e “boa noite, Carlos”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente o seu Projeto de Decreto Legislativo Regional, que procurava criar um regime excecional de vinculação de trabalhadores ao Serviço Regional de Saúde, aos seus diversos órgãos e serviços, incluindo os hospitais públicos.

Esta proposta procurava não só fazer justiça para com estes trabalhadores, porque, de facto, foram e são necessários e fundamentais para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde nos últimos dois anos, mas também porque esses trabalhadores, efetivamente, cumprem necessidades que são permanentes. Aliás, o Serviço Regional de Saúde nem com estes trabalhadores tem os recursos necessários. Se eles, com esses trabalhadores, não têm os recursos necessários, então, por que motivo é que não os devemos integrar e devemos colocar e fixar, dar condições de progressão na carreira, estabilidade e não permitir ou pelo menos tentar evitar que, pela precariedade, pela incerteza, pela dificuldade em progredir na carreira, em ver um futuro para a sua vida, porque é que nós devemos correr esse risco de os ver ir embora?

E em tantas profissões e em tantas carreiras há uma enorme escassez e há profissionais que emigram e vão para outros países à procura exatamente dessa estabilidade e desse trabalho.

Mas, infelizmente, a maioria que suporta este Governo decidiu que este não era o caminho. E que o caminho era dizer a esses trabalhadores que, até precisam deles, mas primeiro vão para o desemprego e depois concorram novamente a um concurso, que não sabem se ganharão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que diz isso!

O Orador: Ora essa injustiça, esse profundo desrespeito para com os trabalhadores é inaceitável.

E também lamentamos quem defenda este princípio neste debate e que, talvez, por uma noite mal dormida, tenha mudado de ideias do dia para a noite, fazendo com que o diploma que se previa ser aprovado passe a ser chumbado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como? Eu não percebi essa. Quem é que dormiu mal? Identifique quem foi, para as pessoas saberem quem dormiu mal!

O Orador: É um triste fim que tem este diploma, vendo que os trabalhadores com a esperança que poderiam ter de ontem foi morta durante a noite.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está a falar de quem?

O Orador: E, Sras. e Srs. Deputados, nós, neste debate, também ficámos a saber o que é que significa para esta maioria. E perdoe-me, Sr. Presidente, eu estou-me a dirigir a outros partidos, porque isso foi feito na intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado. Por isso, peço a mesma tolerância. Aliás, dirigido a mim pessoalmente. Sabemos o que é que significa quando esta maioria fala de combate à precariedade, fala de direitos do trabalho. E sabemos o que é que acontece e o que é que significa quando o Sr. Deputado Joaquim Machado, em nome dos TSD, fala em combate à precariedade. Não é em integrar as pessoas, não é em dar-lhes estabilidade, é exatamente o contrário, é mandá-los para o desemprego. Aliás, como está a acontecer nas escolas, incumprindo aquilo que foi aprovado nesta Casa.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não só não é sério, é um atentado à nossa inteligência!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votou contra este diploma, porque este diploma não significava aquilo que o proponente afirmou que significava para os profissionais em questão.

A verdade é que se falou no calvário dos concursos e que se poria fim ao calvário, que o calvário iria desaparecer. Na prática, quando se lê a legislação, o calvário continua lá, o calvário continua presente. E, portanto, as pessoas estavam a ser enganadas do ponto de vista da conclusão prática e das consequências práticas do diploma em causa.

Por outro lado, também ficou patente que alguns partidos, um partido que governou esta Região há menos de dois anos, não conseguiu explicar na discussão em apreço porque é que aqueles profissionais não representavam a cobertura de necessidades permanentes. E agora já significam a resposta a necessidades permanentes. Passaram tão poucos meses. O que é que aconteceu? Porque é que as coisas mudaram? Porque é que a perspetiva é diferente?

Até parece que, há uns tempos atrás, quando se olhava para estes profissionais e não se lhes garantiu, então, essa colocação permanente, essa estabilidade toda, se olhava para eles e não se teve a impressão que se tem agora. Há quem agora olhe, chame estes profissionais, os coloque em frente ao espelho e diga: espelho meu, espelho meu, que bonitos que eles são agora! Mas a verdade é que o espelho é o mesmo e os olhos de quem olha para o espelho também são os mesmos. Mudou a perceção, mudou a forma de olhar para as pessoas.

Da parte do PPM, nós olhámos da mesma forma na valorização do trabalho das pessoas, na defesa da autonomia das instituições, no sentido de verificar quais são as suas necessidades permanentes e não aquelas que eram meramente conjunturais e que resultavam da pandemia e das necessidades que a pandemia introduziu no sistema. O que nós queremos é que, agora, as entidades olhem para as necessidades do presente e não de uma conjuntura anterior e que decidam com conhecimento de causa e que decidam olhando para o atual contexto e para as

necessidades atuais e aquelas que se projetam no futuro próximo, no futuro a médio prazo também. Essa é a nossa perspetiva.

Também não mudámos na defesa da Administração Pública. E na Administração Pública há algo que é fundamental: o concurso público. Não é nenhum calvário. O concurso público é fundamental. É o concurso público que permite que exista igualdade de acesso à Administração Regional.

É simples, estas têm que ser as regras, não é porque o chefe A é azul, ou é laranja, ou é preto, ou é branco, ou é vermelho. Penso que já representei aqui quase toda a gente. Mas a verdade é que não se pode olhar para o concurso público como algo que é um calvário. Não, o concurso público é o eixo central da Administração Pública. Entra-se na Administração Pública através do concurso público. E o concurso público é que permite que as coisas se façam com transparência e que sejam escolhidos aqueles que têm mais apetência para desempenhar aquelas funções. Isto é absolutamente fundamental.

Deixem-me voltar à linguagem bíblica e poder dizer, como também dizia o Bloco de Esquerda, que está muito bíblico, peço referência a este Bloco de Esquerda, agora saiu, é sagrado. O concurso público é, de facto, sagrado e é algo que devemos preservar.

Há muita gente que diz: bom, mas os princípios constitucionais agora não estão a ser respeitados. Bom, mas a Constituição não mudou. A Constituição mudou? Eu não vi que a Constituição tivesse mudado. A lei, a legislação laboral, tudo isso. A legislação mudou nos últimos dois anos, a legislação laboral? Não, não mudou. E, por isso, em relação a esta matéria, nós mantemos a nossa coerência, as posições de sempre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra do Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votamos convictamente contra esta iniciativa, porque, como ficou provado ao longo do debate, isto era uma manobra para tentar enganar os nossos concidadãos. E, portanto, nós não podemos estar ao lado de manobras políticas de aproveitamento das legítimas expectativas dos cidadãos. Existem mecanismos, mecanismos legais, mecanismos que estão em vigor, que este Governo está implementando. Também, como ficou comprovado ao longo do debate, já foram contratadas 330 pessoas e há mais 530 vagas a concurso. Só estas vagas totalizam mais de 860 lugares, o que é mais do que aqueles funcionários que foram contratados ao abrigo deste regime de exceção para a Covid-19.

Estamos perante pessoas que foram contratadas para uma conjuntura de emergência. Toda a gente estava consciente disso. Portanto, não há, não havia, não se justificava a necessidade de criar aqui um mecanismo excecional, quando, ainda para mais, o Governo já está, de um modo regular e no cumprimento da lei, a abrir os quadros e a contratar pessoas.

E, portanto, obviamente que estamos convictamente contra esta iniciativa. Não adiantava nem trazia nada de novo. Serviu mais foi para fazer folclore político. E, portanto, o resultado da votação foi o que foi. E a nossa posição é contra estas manobras de diversão, que nada trazem de benéfico à nossa sociedade nem tão pouco dignificam o trabalho deste Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Julgo que não.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 09 minutos.

Presidente: Vamos retomar os nossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 34 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar para o ponto 6 da nossa Agenda: **Petição n.º 24/XII – “Estatuto do Antigo Combatente”**, apresentada por Jorge Manuel Freitas Vieira na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento.

E vamos iniciar com a apresentação do relatório pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais. Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 24/XII – “Estatuto Antigo Combatente”

INTRODUÇÃO

A 9 de fevereiro de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 24/XII, intitulada “Estatuto Antigo Combatente”.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*solidariedade*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

Vem o cidadão Jorge Manuel Freitas Vieira, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da Associação dos ex-combatentes da ilha do Faial, apresentar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição em nome coletivo, que tem por objeto solicitar a colaboração do Senhor Presidente da ALRAA na implementação, na Região Autónoma dos Açores, das normas previstas no Estatuto do Antigo Combatente, aprovado pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, designadamente as que reconhecem direitos de natureza social e económica aos antigos combatentes e que já se encontram em vigor em Portugal continental.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder às audições do primeiro peticionário, o cidadão Jorge Manuel Freitas Vieira, Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Ex-Combatentes da ilha do Faial, que se fez substituir pelo Vice-Presidente da Associação dos Ex-Combatentes da Ilha do Faial, o cidadão Hélio Pombo, da Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, bem como do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração

Pública, que decorreram no dia 2 de setembro de 2022, pelas 09h00, 10h00, 11h00 e 12h00, respetivamente.

- **Audição do peticionário, o cidadão Hélio Pombo, Vice-Presidente da Associação dos Ex-Combatentes da Ilha do Faial:**

O primeiro peticionário, Hélio Pombo, começou por referir que o Estatuto do Combatente, consignado na Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, atribui alguns direitos aos Ex-Combatentes do então Ultramar Português. Deu nota, como exemplos, o facto de o Estatuto alargar os apoios existentes aos companheiros dos ex-combatentes, que anteriormente não usufruíam dos mesmos, e de ter incluído no leque de beneficiários os militares que lutaram na Índia, que anteriormente não estavam contemplados.

De acordo com o senhor Hélio Pombo, estas medidas foram positivas, mas há algumas respostas que ainda falham, como a assistência clínica aos ex-militares que sofrem de traumatismos causados pela guerra.

Como apontamento menos favorável, o peticionário sublinhou a ausência de auscultação das associações de ex-combatentes que se constituíram nos arquipélagos, lamentando que o Ministério da Defesa Nacional não tivesse ouvido as mesmas para a elaboração do Estatuto, o que levou a que determinados pormenores locais tivessem sido esquecidos nas ilhas. Deste modo, os peticionários reivindicam os mesmos direitos que os seus congéneres de Portugal continental, pelo que pretendem a intervenção do Governo Regional dos Açores, nomeadamente no que toca ao acesso gratuito a transportes públicos, podendo, eventualmente, incluir outros direitos, como uma viagem gratuita por ano ao território nacional.

Aberta a primeira ronda, pediu a palavra o deputado José Pacheco (CH) para dar nota que várias das questões propostas pelos peticionários constam de uma iniciativa legislativa da sua autoria que será discutida no plenário de setembro,

uma informação que foi recebida com satisfação pelo primeiro subscritor da petição.

Seguidamente, interveio a deputada Ana Luís (PS) para perguntar se os peticionários procuraram expor as suas reivindicações junto do Governo Regional ou das autarquias, tendo sido informada que tal não aconteceu.

A deputada do Partido Socialista questionou, ainda, se alguma das pretensões já tinha sido acolhida nas várias alterações que o Estatuto sofreu ao longo dos tempos e, também, quais as medidas que, no entender dos peticionários, se afiguravam como as mais urgentes. Em resposta, o senhor Hélio Pombo explicou que há apoios que foram acrescentados ao Estatuto aquando da sua revisão, mas ainda assim continua a existir uma discrepância entre os direitos dos antigos combatentes a residir nas regiões autónomas por comparação aos do território nacional e é esta situação que urge corrigir.

- **Audição da Delegação Regional da Associação Nacional de Freguesias:**

Para a apreciação da petição, foram auscultados o vice-presidente da ANAFRE, José Manuel Leal, e os vogais Marco Furtado e João Enes. Os três foram perentórios nas suas intervenções, considerando incompreensível que os antigos combatentes das regiões autónomas não usufruam dos mesmos direitos que os restantes que residem em Portugal continental.

Numa primeira ronda de questões, a deputada Ana Luís (PS) perguntou a opinião da ANAFRE acerca da intenção dos peticionários, nomeadamente na adaptação à região de benefícios que o Estatuto confere a antigos combatentes. Quis, também, saber se os antigos combatentes a residir nas ilhas deveriam usufruir dos mesmos direitos dos seus congéneres continentais aquando da sua deslocação ao território nacional.

Em resposta às questões, a ANAFRE, através do seu vice-presidente, referiu que não podem existir antigos combatentes de primeira e de segunda, pelo que devem

ser todos tratados de igual modo. O vogal Marco Furtado interveio no sentido de clarificar que a atual situação geográfica dos antigos combatentes não pode ser condição para a distinção nos direitos a atribuir. Por fim, João Enes explicou que os direitos a atribuir aos antigos combatentes parecem-lhe insuficientes, pelo que se deveria ir mais longe e alargar o âmbito dos direitos, através de uma proposta legislativa.

Na segunda ronda de intervenções, o deputado José Pacheco (CH) informou os representantes da ANAFRE da iniciativa que será discutida no plenário de setembro, a propósito da matéria em apreço, e que dá resposta às reivindicações dos peticionários.

- **Audição da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA):**

A AMRAA fez-se representar pelo seu vice-presidente, Dr. Alexandre Gaudêncio.

Na primeira ronda de perguntas, inscreveu-se a deputada Ana Luís (PS) para solicitar uma apreciação da petição, mais especificamente no que concerne à questão do passe de transporte público e a outras que às Câmaras Municipais possam dizer respeito.

Em resposta, o autarca explicou que os passes ao nível dos transportes públicos na Região não dependem das Câmaras Municipais. Feita esta clarificação, o vice-presidente da AMRAA defendeu a homogeneização dos direitos dos antigos combatentes, independentemente da sua área de residência, alertando, porém, que esta não é uma competência ligada aos municípios. Para Alexandre Gaudêncio, este é um tema que deverá ser tratado entre o Governo Regional e o da República, através do Ministério da Defesa Nacional. O autarca asseverou, porém, que existem medidas concretas que poderão ser levadas a cabo pelos municípios e que estes estão recetivos para uma discussão conjunta para a definição das mesmas.

A deputada Ana Luís (PS) esclareceu que os passes a que se referia diziam respeito às autarquias que possuem transporte público próprio. Nestas situações, o direito à gratuitidade no uso de transportes públicos é, segundo o autarca Alexandre Gaudêncio, pertinente, pelo que o mesmo se comprometeu em levar esta matéria a discussão na próxima reunião da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

De seguida, interveio a deputada Délia Melo (PSD) para questionar se era de se ponderar o alargamento de benefícios já concedidos a alguns grupos da sociedade aos antigos combatentes, exemplificando o que a autarquia presidida por Alexandre Gaudêncio faz em relação à população sénior do concelho.

O autarca respondeu afirmativamente e afirmou que os municípios, no quadro da sua autonomia, poderão prever apoios como já acontecem com outros grupos na sociedade. O vice-presidente da AMRAA deu exemplos como a entrada gratuita nas piscinas e museus municipais, descontos nas taxas de urbanismo e a majoração de apoio nas bolsas de estudo a familiares diretos dos antigos combatentes como possíveis benefícios. Relembrou, porém, que se está perante uma autonomia local, pelo que não se poderá impingir a obrigatoriedade da aplicabilidade das medidas em todos os concelhos.

- **Audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública:**

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, começou por fazer referência ao Estatuto do Combatente e à iniciativa do CHEGA, que contempla algumas das reivindicações dos petionários. Ainda que se aguarde a discussão e votação da proposta, no plenário de setembro, há matérias já asseguradas, como a isenção de taxas moderadoras no acesso ao Serviço Regional de Saúde, extensível às viúvas e aos viúvos de antigos combatentes.

Aberta a primeira ronda de questões, inscreveu-se o deputado José Pacheco (CH) para reforçar que o Governo Regional já desenvolveu algumas medidas no sentido de definir direitos para os antigos combatentes e, para as questões em falta, a proposta do CHEGA procura dar resposta, através de uma iniciativa legislativa que é ainda suscetível de alteração, no sentido de integrar sugestões de outros partidos.

Na segunda ronda, a deputada Ana Luís (PS) perguntou qual a receptividade do Governo Regional em relação à aprovação dos direitos dos antigos combatentes propostos pela iniciativa que subirá a discussão e votação no próximo plenário, tendo sido esclarecida que haverá sempre abertura do Executivo para a procura das melhores soluções.

Por último interveio o deputado Luís Soares (PSD) a lembrar que os antigos combatentes não se referem somente aos que combateram em guerras coloniais e a sugerir que a Região seja mais ambiciosa, não se limitando a adaptar o que está previsto a nível nacional. De acordo com o deputado, há elementos das forças de segurança que participaram em missões internacionais e que também deveriam ser contemplados com os direitos pensados para os antigos combatentes. Face ao exposto, questionou o governante qual a receptividade do Governo Regional em seguir esta sugestão.

Para o Secretário Regional Duarte Freitas, em análise está uma petição que tem os antigos combatentes como público-alvo. A haver uma sugestão como a referida, terá de ser analisada pelo Governo.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. A petição encontra-se em nome coletivo, subscrita pelo cidadão Jorge Manuel Freitas Vieira, Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Ex-Combatentes da ilha do Faial. Ainda que não reúna as 300 assinaturas, a mesma deverá ser apreciada em Plenário, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º1 do artigo 192.º do Regimento.
2. Por via da Lei n.º46/2020 de 20 de agosto, operacionalizou-se uma alteração ao Estatuto do Combatente, atribuindo direitos aos ex-combatentes. Não obstante os benefícios que foram acrescentados, há respostas que ainda falham e as associações de ex-combatentes que se constituíram nos arquipélagos não foram auscultadas.
3. Alguns direitos previstos no Estatuto não são aplicáveis aos antigos combatentes que residem nos Açores, pelo que os peticionários reivindicam os mesmos direitos que os seus congéneres de Portugal Continental.
4. Os membros ouvidos em Comissão criticam a discriminação de que os antigos combatentes da Região são alvo.
5. A Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores está disponível para a definição de medidas concretas que poderão ser levadas a cabo pelos municípios.
6. O Governo Regional deu nota que há direitos já assegurados aos antigos combatentes e que existe abertura do Executivo para a procura de melhores soluções que possam ir ao encontro das pretensões dos peticionários.
7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 5 de setembro de 2022.

A Relatora, Délia Melo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Joaquim Machado

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dirigir daqui um cumprimento muito especial aos peticionários desta petição. Não é fácil encontrar pessoas, mesmo que sejam parte interessada, que disponibilizem do seu tempo para agir, de facto, na defesa, na manutenção e na procura de direitos e de acessos a mecanismos de apoio, como é no caso os antigos combatentes.

A presente petição procura que os antigos combatentes tenham acesso a matérias e serviços tutelados pelo Governo Regional, colocando-os assim em igualdade de circunstâncias com os seus congéneres do Continente e da Madeira. É caso para dizer que os peticionários apenas querem um tratamento igual, pois as circunstâncias e o enquadramento que lhes confere o Estatuto de Antigo Combatente foram e são os mesmos que os dos seus semelhantes do Continente e da Madeira.

Esta matéria reveste-se de grande importância, de tal ordem que, mesmo que a petição possa não cumprir com todos os requisitos para ser debatida neste Plenário, foi considerada a sua subida a Plenário pela pertinência e importância da matéria, pela dignificação de quem combateu por Portugal e que ainda hoje vive com as consequências.

Durante esta Sessão Plenária, voltaremos a abordar este assunto, embora noutro formato. E espero que o culminar dos debates deste e do próximo ponto da Agenda, vão ao encontro das pretensões dos antigos combatentes na Região Autónoma dos Açores e que abra a porta à discussão sobre a extensão desses

benefícios a quem também esteve e está sujeito aos mesmos fatores, circunstâncias, teatros, cenários de guerra.

Disse.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para saudar os peticionários.

E por aquilo que a democracia também permite, trazer os temas que interessam, os temas que preocupam, fazer-lhes chegar aos seus Deputados.

E, desta forma, também, a seguir, vamos ter um diploma nesse sentido, que vai ao encontro daquilo que são as ambições destes antigos combatentes. É um respeito que nós devemos e que eles merecem. E assim será feito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(Neste momento, o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda começa por saudar todos os ex-combatentes e seus familiares, na pessoa do seu subscritor, Sr. Jorge Vieira, que, a mando do Estado Novo, deixaram a sua família e a sua terra para ir combater numa guerra que não era sua e que muitos nem percebiam a sua razão de ser.

São muitos os testemunhos que temos de pessoas que contam memórias de tempos difíceis e que trouxeram consigo, tatuados no corpo e na memória, os horrores vividos de matar e sobreviver.

Atrás ficavam mães, pais, esposas, famílias que temiam a receção de um telegrama que comunicaria, em poucas palavras, a perda do seu ente querido. Um telegrama que em poucas palavras ditava a tragédia de uma família que poderia ter perdido o sustento daquela casa.

A Guerra Colonial não pode nem deve ser romantizada. Foram anos de sofrimento e, agora, são anos de memórias com situações difíceis de ultrapassar, em que o barulho de um foguete pode desencadear estados de ansiedade desconexos da realidade atual.

A reivindicação da presente petição é da mais elementar justiça, pois trata-se unicamente de que os ex-combatentes na nossa Região possam usufruir dos mesmos direitos consagrados na lei.

Cabe ao Estado e, neste caso concreto, à nossa Região permitir que se faça justiça com estas pessoas que não faltaram a Portugal quando o país os chamou.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, gostaria de iniciar esta minha intervenção saudando a Associação dos Ex-Combatentes da Ilha do Faial pelo seu ato de cidadania, através do Sr. Hélio Pombo, vice-presidente desta associação e que foi ouvido em Comissão.

Os ex-combatentes da ilha do Faial deram voz aos anseios da maioria dos seus camaradas de armas das nossas nove ilhas, tal como se verificou também através das audições que se realizaram em sede da Comissão de Assuntos Sociais.

Esta iniciativa cidadã, que deu entrada na nossa Assembleia em fevereiro deste ano, permitiu chamar a atenção para uma situação que urgia alterar, nomeadamente permitir aos ex-combatentes da Região Autónoma dos Açores a fruição de direitos e benefícios atribuídos pelo Estatuto do Antigo Combatente, aprovado pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, estatuto este que estabelece o enquadramento jurídico aplicável aos militares que combateram ao serviço de Portugal, fazendo também, por esta via, o reconhecimento público a todos estes antigos combatentes, sejam os que lutaram na Guerra Colonial ou mais conhecida pela Guerra do Ultramar, mas também aqueles que, em nome de Portugal, participaram em missões humanitárias de apoio à paz ou da ordem pública.

Trazendo esta importante matéria a debate, a Associação dos Ex-Combatentes deu o mote para o surgimento da iniciativa legislativa que seguidamente iremos debater e votar, que propõe concretizar, nos Açores, uma série de benefícios e direitos, tal como requerido por aquela associação.

E, em boa hora, a Comissão de Assuntos Sociais, de forma unânime, deliberou que esta iniciativa cidadã subisse a este Plenário para também, assim, ser apreciada.

Quando assim acontece, só nos temos de congratular, porque fizemos aquilo que é devido e que nos é exigido, que é ouvir as pessoas e legislar de forma adequada no sentido de corresponder aos seus anseios e necessidades.

Como se verá no ponto a seguir, o Partido Socialista dará também o seu contributo para a iniciativa, neste caso, acrescentando outros benefícios e direitos aos já previstos na lei nacional, tentando assim também com isto contribuir para a causa que nos foi trazida pela Associação dos Ex-Combatentes da Ilha do Faial.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PPM saúda os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, o Sr. Jorge Manuel Freitas Vieira, pelo exercício deste direito e também pela manifestação de participação e cidadania no âmbito de uma matéria tão cara a uma grande franja da sociedade açoriana. Refiro-me aos cerca de 5550 açorianos que estão enquadrados, e muito bem, no Estatuto de Antigo Combatente.

O Estado Português veio, pese embora muito tardiamente, reconhecer e dignificar os antigos combatentes pelos sacrifícios realizados por estes ao serviço das forças armadas da nossa pátria em vários teatros operacionais.

Apesar de essas medidas não contemplarem todos os desígnios e pretensões daquelas pessoas que um dia lutaram destemida e heroicamente pela nossa pátria e, como tal, por todos nós, o Estatuto do Antigo Combatente foi aprovado com um largo consenso parlamentar, pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PPM apoia a presente petição, na medida em que somos da opinião, inequívoca e inabalável, de que todos os antigos combatentes dos Açores devem e, sobretudo, merecem usufruir das normas que vigoram no território nacional.

A todos os antigos combatentes da Região Autónoma dos Açores: “Antes de morrer livres que em paz sujeitos.”

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há margem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por saudar os peticionários, neste caso o Sr. Hélio Pombo, enquanto vice-presidente da Associação de Ex-Combatentes da Horta. A verdade é que aquilo que foram os anseios e as preocupações trazidas no âmbito da audição são, certamente, os anseios e as preocupações de todos aqueles ex-combatentes da nossa Região, porque a verdade é que, em 2020, a Assembleia da República aprovou o Estatuto do Antigo Combatente, mas muitas das medidas não foram aplicadas aqui na Região. E, como tal, é da mais justiça que estes ex-combatentes sejam abrangidos também por aquilo que está previsto no Estatuto, que vai desde a questão da saúde, desde a questão social ou da questão de transportes.

Por isso, vieram alertar também para esta situação, mas é preciso dizer que também, até a nossa própria Agenda também isso mesmo reflete, iremos a seguir debater uma iniciativa da Representação Parlamentar do Chega, que visa, exatamente, que sejam garantidas essas medidas aos ex-combatentes e, como tal, que seja reposta essa justiça também para os ex-combatentes da Região.

E, reitero, como iniciei, saudar o peticionário, neste caso o Sr. Hélio Pombo, que veio trazer a debate, exatamente, estas preocupações que são de todos os ex-combatentes da Região.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, damos assim por concluída a apreciação desta petição.

E avançamos para o ponto 7 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII – “Adapta o Estatuto do Antigo Combatente à Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar isto, como ser humano que sou, como filho que o sou, presto uma homenagem a todos os combatentes, em especial ao meu pai.

A pátria agradece e nunca deve esquecer o serviço prestado pelos antigos combatentes, enquanto patriotas. Este deve ser o princípio que nos deve orientar no respeito que nos merecem estes homens e mulheres.

A Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, aprovou o Estatuto dos Antigos Combatentes, estabelecendo o enquadramento jurídico aplicável aos militares que combateram ao serviço de Portugal.

No entanto, o disposto no referido Estatuto encerra normativas que não se aplicam totalmente à Região Autónoma dos Açores, consubstanciando uma desigualdade de tratamento para todos os antigos combatentes, incluindo as suas viúvas e viúvos, às quais as entidades públicas regionais não podem ser indiferentes.

Revela-se, pois, necessário e imperioso adaptar o Estatuto do Antigo Combatente à realidade da Região Autónoma dos Açores, introduzindo as adaptações decorrentes das particularidades insulares e autonómicas que lhes são próprias.

A adaptação a que agora se procede pretende garantir o acesso, por parte dos antigos combatentes residentes na Região Autónoma dos Açores, aos direitos que lhes respeitam, passando os antigos combatentes residentes nos Açores a usufruir dos mesmos benefícios previstos no Estatuto do Antigo Combatente a nível nacional.

O Chega propõe que os antigos combatentes, as suas viúvas e viúvos, que se encontrem em situação de sem abrigo ou em situação de grave carência de habitação condigna, tenham direito de preferência na habitação social disponibilizada pelo Governo Regional.

Além disto, os homens e mulheres que lutaram pela pátria devem ter total isenção no pagamento de taxas moderadoras do Serviço Regional de Saúde, prevendo-se que aqueles que se encontrem incapacitados de forma permanente ou sejam portadores de doença rara e/ou crónica tenham atendimento preferencial no Serviço de Saúde.

O diploma agora apresentado pretende, também, que seja assegurado apoio médico e psicológico aos antigos combatentes que, comprovadamente, tenham ficado afetados por perturbações do foro psicológico resultantes da guerra, medida extensível ao cônjuge, filhos, viúvas ou viúvos que padeçam de patologias relacionadas com o stress pós-traumático da guerra sofrida pelo antigo combatente.

Para o Chega, trata-se de uma questão de justiça que os antigos combatentes tenham acesso preferencial a programas de apoio em saúde promovidos pelo Governo Regional, assim como a programas de apoio social, nomeadamente na área do apoio ao rendimento, do cuidador informal e do apoio domiciliário, tendo também acesso prioritário nas vagas dos lares para idosos e centros de dia.

A Proposta de Decreto Legislativo Regional propõe ainda que o passe intermodal seja gratuito para os detentores do cartão do antigo combatente, bem como para as viúvas e viúvos. E que entrada dos mesmos em museus e monumentos regionais seja gratuita.

Para os homens e mulheres que lutaram em nome de Portugal deve ainda ser disponibilizado gratuitamente pelo Estado a bandeira nacional à família, para que, aquando do seu falecimento, os antigos combatentes possam ser velados com a bandeira de Portugal, se esse for o seu desejo.

O Chega entende ainda que, através da Liga dos Combatentes, deve ser providenciada a manutenção dos cemitérios e talhões de antigos combatentes, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional vem repor uma desigualdade de tratamento para todos os antigos combatentes, incluindo viúvas e viúvos residentes nos Açores.

Finalmente, gostaria de agradecer a todas as organizações e associações que contribuíram para este diploma.

E também gostaria de agradecer a todos os partidos políticos, com os seus contributos, que irão aparecer ou que já apareceram, para que se possa melhorar, ter um bom diploma e que, assim, salvasse este respeito e esta dignidade que temos de devolver aos ex-combatentes nos Açores.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Saudar o Partido Chega por esta iniciativa que apresenta sobre os ex-combatentes e que defenderam a nossa pátria quando foi necessário. E que lhes devemos todo respeito, toda a consideração. Aliás, há já património político nesta área desde há alguns anos. E nunca é demais lembrá-los e agradecer-lhes todo o seu empenho e a dedicação que tiveram na defesa do nosso Portugal e da nossa pátria.

Um conjunto de direitos que devem ter, justos, como, aliás, já têm alguns que decorrem da lei nacional. Têm também já relativamente às taxas moderadoras na Região Autónoma dos Açores, decorrentes já do ano 2021.

E o Governo nada tem a opor, aliás, acha até bem que as Sras. e os Srs. Deputados aprovem esse diploma e que sejam considerados os nossos ex-combatentes.

Há, no entanto, uma questão que eu gostaria de deixar à Câmara para reflexão e que me parece muito pertinente, que é: no acesso à estrutura residencial para idosos e não a um lar de idosos, porque já não há lares de idosos, são estruturas residenciais para idosos. É o termo correto hoje em dia.

E julgo que se deve entender, não sei se acham pertinente fazer esse esclarecimento ou fazer esta alteração, porque, nós entendemos, aliás, a gestão centralizada de vagas, uma boa medida que foi introduzida pelo anterior Governo no acesso aos lares e foi transparente e está a ser transparente o acesso aos lares, com uma lista publicada, com critérios de entrada, com critérios muito objetivos e que nós cumprimos e que não alteramos. Ora bem, isto tem funcionado e bem. E este Governo, até em conversações que têm tido com algumas IPSS, numa evolução tranquila da medida, pretende estendê-la a outras ilhas, porque funciona bem na Terceira e em São Miguel. E queremos, naturalmente, estendê-la às outras ilhas.

O que não podemos aqui criar é desigualdades, ou seja, o direito de um cidadão acaba quando colide com um direito maior de um outro cidadão, se assim me posso exprimir. E um direito maior de um outro cidadão é, por exemplo, um idoso inválido, com um alto grau de incapacidade, que não pode estar em casa, que não tem família. E este tem que ter a prioridade. Segundo o critério da lista, é absoluta para esse.

Se tivermos um ex-combatente com mobilidade, enfim, com uma reforma até alta, terá prioridade sobre este cidadão? É a pergunta que eu deixo à Câmara. Porque no artigo 5.º tem, de facto, no início, preferência, mas, depois, a seguir, tem prioridade. E eu acho que deve ser preferencialmente. E o preferencialmente quer dizer que, em igualdade de circunstâncias, entra o ex-combatente. É este o entendimento do Governo. É isto que queria deixar à Câmara, para que os Grupos Parlamentares se entendessem e fizessem uma proposta de alteração ao artigo 5.º, para que fosse consensual, não prejudicasse ninguém e favorecesse todos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, permitam-me que, em meu nome e em nome do Grupo Parlamentar do PS, possamos prestar a devida, necessária e singela homenagem a todos os antigos combatentes que, de forma abnegada e com coragem, sacrifício e lealdade por esta pátria, representaram Portugal além-fronteiras nas mais diversas ocasiões, não só no âmbito da Guerra do Ultramar, bem como, está previsto também na Portaria que regula também este Estatuto, todos aqueles que participaram e participam em missões militares de cariz humanitário.

Esta proposta vem na sequência, efetivamente, também, de um Estatuto que foi amplamente consensualizado e aprovado na Assembleia da República, da qual também o Governo da República apresentou a devida proposta, que foi aprovada em 2020. E, decorridos dois anos sobre a aprovação desse Decreto-Lei, efetivamente, proporcionou-se o devido e necessário reconhecimento de direitos a todos os ex-combatentes que deram corpo e alma ao serviço prestado por Portugal além-fronteiras.

Nesse sentido, também daquilo que foi a análise e a discussão desta proposta, bem como da petição também, como foi tratado no ponto anterior, o Grupo Parlamentar do PS teve a oportunidade de ouvir ex-combatentes que também fazem parte das associações regionais. E com os contributos dessas mesmas

audições, apresentou uma proposta de alteração, que deixamos à consideração, efetivamente, também, desta Câmara, na sequência daquela que foi também a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo, para que possamos melhorar e adequar àquelas que são as particularidades e singularidades da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um diploma que se reveste, eu diria, de devolução de direitos, ou melhor, de recuperação de direitos dos ex-combatentes. Estando consagrados em legislação nacional, não era aqui aplicada na Região Autónoma dos Açores.

Devo dizer também que comungo da preocupação do Sr. Vice-Presidente relativamente à prioridade a dar a alguns destes ex-combatentes em relação a outros cidadãos que possam estar em situação igualmente carenciada e muitas vezes em pior situação.

Há ex-combatentes e ex-combatentes, se bem que o regime trate todos da mesma forma. E não podemos tratar de forma igual aquilo que é diferente.

Apenas queria lembrar à Câmara que a proposta de alteração do PAN acomoda precisamente as preocupações do Sr. Vice-Presidente, porque transforma aquilo que o Chega diz ser obrigatório, prioritário, em preferencial. E o preferencial permite precisamente isto, permite que, em igualdade de circunstâncias, seja dada preferência ao cidadão ex-combatente, mas que em situação em que o ex-

combatente tenha condição socioeconómica melhor do que outro cidadão, seja dada então essa preferência ao outro cidadão.

Nesse sentido, a Iniciativa Liberal irá votar favoravelmente a proposta de alteração do PAN, porque entende que essa é, de facto, a forma mais adequada de tratar deste número 5 do documento.

Eu lembro à Câmara que, em tempo do debate do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, este pedido de urgência não foi aprovado nesta Câmara. E se dúvidas houvesse, estão aqui as provas da necessidade que tivemos de aprofundar esse diploma e de respeitar, foi esse o principal fundamento na altura da não aprovação da urgência, a petição e o peticionário, que, entretanto, estava a ser tratada em sede de Comissão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras vão para o reconhecimento daqueles que representaram o nosso país nas colónias portuguesas como combatentes, deixando família, filhos, pais, mães, irmãos para lutar por uma guerra que também não era a deles e que ninguém lhes consultou a saber se queriam, ou não, participar nessa mesma guerra.

Todavia, como em tudo na vida, houve os que foram para o Ultramar e houve os que não foram. Houve os que não foram porque não tinham, por exemplo, condição física para o efeito. Houve os que não foram porque, por exemplo, eram senhoras. E algumas, se calhar, nunca casaram. E que, como nunca casaram, nunca tiveram casa própria, nunca foram esposas de um militar e, conseqüentemente, nunca foram viúvas.

E quero aqui dar um pequeno exemplo: uma senhora, uma tia Joana qualquer da nossa terra, que nunca casou e que, agora, vê privado o seu direito a acesso a uma habitação social só porque nunca casou com um militar ou nunca foi militar. Podemos estar aqui numa situação de injustiça.

Eu acho que os serviços de ação social que já existem na nossa democracia, que já evoluiu muitos anos, quase 50 anos, já criaram condições, já criaram regulamentação necessária capaz de aferir as necessidades de A ou de B.

Eu acho que, neste momento, não é adequado impor, a outras regras que já existem e regulamentos, um direito de preferência. Forçar aqui os técnicos da ação social, além dos critérios todos que já têm que escrutinar, tenham ainda que atender a mais esse critério. Lá está, depois, na lista de critérios, eu não sei se é o 14.º, se é o 16.º, se é o 20.º. É apenas mais um critério.

Eu acho que, quer o artigo 2.º desse diploma, quer o artigo 5.º, mesmo percebendo que no diploma a nível nacional estão lá, não quer dizer que esteja certo. No meu entender, pelo menos, não está. Eu acho que esses dois critérios atendidos nesses dois artigos baralham aquilo que é o direito de igualdade de oportunidade entre cidadãos.

E, por essa razão, eu não posso acompanhar o artigo 2.º deste diploma. E pela mesma razão não vou acompanhar o artigo 5.º. Vou, de alguma forma, acompanhar o artigo 5.º proposto em proposta de alteração pelo PAN, porque atenua, e de que maneira, essa situação.

No entanto, reconheço que as pessoas que poderão ser preteridas no escrutínio de necessidade ou de um acesso a um lar de idosos ou a uma habitação social podem ficar desfavorecidas, podem ficar injustamente desfavorecidas com a aplicação à letra desse regulamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos, agora, aqui, a debater o Projeto de Decreto Legislativo Regional que adapta o Estatuto do Antigo Combatente à Região Autónoma dos Açores.

Primeiro, claro, começar por reconhecer a nossa gratidão quanto a estes açorianos e quanto a estes ex-combatentes que defenderam o nosso país e em que, infelizmente, muitos deles ainda hoje sofrem sequelas desse período, com vidas bastante difíceis. E, como tal, o nosso reconhecimento por tudo que eles fizeram pelo nosso país.

Em 2020, a Assembleia da República aprovou o Estatuto do Ex-Combatente, onde foram reforçados mecanismos que vão desde a proteção económica, social.

E agora vem o Chega, em boa hora, trazer a esta Casa esta iniciativa com vista a adaptar este Estatuto à Região Autónoma dos Açores, dadas as nossas especificidades. E, como tal, parece-nos de todo pertinente.

Quanto à iniciativa em si, de uma forma generalizada, concordamos com os seus artigos. Também temos aqui alguma apreensão, efetivamente, quanto ao artigo 5.º, uma vez que, ao contrário do artigo 2.º, do direito de preferência da habitação social, ficou salvaguardada esta situação, em que em determinadas situações os ex-combatentes é que teriam este direito preferencial, contudo, por exemplo, no artigo 5.º isso já não ocorreu, o que nos parece que poderá ser gerador de situações injustas perante, muitas vezes, as listas de espera para estas respostas sociais. E, como tal, temos aqui algumas reticências quanto a este artigo 5.º.

Surgiram algumas propostas de alteração. Parece-nos que na interpretação que fazemos ao artigo 5.º, na proposta de alteração do PAN, ele já prevê aqui esta situação de excecionalidade, ou seja, em situação de sem abrigo grave, carência habitacional ou de grave carência económica, bem como o acesso prioritário aos lares de idosos. Ou seja, estes ex-combatente que estão nesta circunstância de sem

abrigo grave, de grave carência habitacional ou de grave carência económica têm esta prioridade nos lares de idosos, ou pessoas com deficiência. Por isso, isso já reduz aqui aquelas que eram as nossas reticências quanto ao artigo 5.º.

Contudo, reitero dizer que nos parece da mais elementar justiça repor estes direitos aos ex-combatentes da nossa Região, uma vez que já os ex-combatentes no Continente usufruem destes benefícios.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu li as diversas propostas de alteração ao artigo 5.º. E, no entender do Governo... Também, Sr. Deputado Nuno Barata, devo-lhe dizer que já existiam... poucos direitos, mas já existiam também na Região Autónoma dos Açores, do passe social e o das taxas moderadoras.

Agora, eu julgo que não vamos aqui fazer um combate, quer dizer, não é necessário fazer um combate sobre os ex-combatentes. Há aqui uma questão que temos todos que ter bom senso. A proposta do PAN atenua a proposta inicial, sim, põe ali alguma... E eu não sou jurista, mas tenho algum receio de juristas quando fazem a chamada interpretação da lei, porque cada um interpreta da sua maneira e cada um dá o seu parecer e cada um tem razão, pronto.

Deputado Nuno Barata (IL): Por causa da epígrafe!

O Orador: Exatamente. E, portanto, acesso prioritário a programas e estabelecimentos de apoio social.

E, depois, o Sr. Deputado Nuno Barata também detetou, e bem, a questão, mas abaixo vem o apoio social, promovidos do apoio domiciliário, etc., bem como no acesso prioritário aos lares idosos. Olha, eu acho que é preciso corrigir, fazer uma alteração, não é uma correção, é uma alteração. E presumo que o Chega não se opõe a essa alteração, porque quer é dar direitos aos ex-combatentes. E estamos todos nós empenhados nisto. O Governo solicita à Câmara que se faça uma proposta, eventualmente, conjunta. Acho que os ex-combatentes merecem desta Câmara uma proposta feita por consenso, por unanimidade, para alterar esse artigo. É um desafio que vos faço. As Sras. e os Srs. Deputados, se o entenderem, deverão fazê-lo. E disse-me a Sra. Deputada Andreia Cardoso que estava tratando de uma proposta de alteração. Portanto, que os Srs. Deputados se sentem, que façam uma proposta de alteração, se assim o entenderem que devem fazer. É um apelo que vos faço, que são os nossos combatentes. E daremos aqui um exemplo da dignificação desta Casa em nome e em homenagem a eles.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, pede a palavra para uma interpelação? Faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está, neste momento, a preparar uma proposta de alteração, clarificando a questão do acesso prioritário em situações de igualdade, corrigindo a questão dos lares de idosos para Estrutura Residencial

para Idosos, aditando a referência feita na proposta de alteração pelo PAN relativamente aos lares residenciais para pessoas com deficiência e incluindo todos os outros equipamentos sociais onde possa haver necessidade, em igualdade de circunstâncias, clarificando aqui a questão associada ao sistema de gestão de vagas, que tem a ver com, por exemplo, a avaliação na escala de Barthel, tendo dois idosos na mesma avaliação na escala, então, terá prioridade aquele que for ex-combatente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada, pela informação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que ouvi com atenção o que tem sido aqui exposto. E da parte do Chega não há qualquer oposição. Como disse daquela tribuna, este documento quero que também seja o melhor possível para todos os combatentes. E que não haja aqui qualquer combate. E muito obrigado pelos vossos contributos. Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, pela chamada de atenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu considero que esta é uma daquelas matérias em que é necessário fazer-se justiça. Bom, já se passaram quase cinco décadas desde o fim da Guerra Colonial, mas a verdade é que ainda estamos a tempo de fazer alguma justiça. Já não podemos fazer para muitos, já cá não estão, que serviram o país no âmbito da Guerra Colonial.

As últimas duas guerras em que o nosso país participou foi a Primeira Guerra Mundial, em que participámos ao lado dos vencedores, e foi a Guerra Colonial, em que na Guerra Colonial, Portugal, de acordo com aquela que é a perspetiva histórica hoje em dia e que foi depois do 25 de Abril, fez uma guerra injusta e uma guerra imposta por um regime não democrático e um regime que impôs uma guerra fora de tempo. Quase todas as potências europeias já tinham descolonizado as suas colónias africanas, a França, a Bélgica, a Grã Bretanha, quase todas estas potências já tinham saído de África. O regime teimou porque a Guerra Colonial era a sobrevivência também do regime. E, portanto, o regime teimou em manter uma Guerra Colonial, subjugando povos e mantendo uma ideia de um Portugal plurinacional, de um Portugal que incluiria o resto do Império Colonial Português. A verdade é que essa guerra, para muitos, também não foi uma guerra perdida. Depois do 25 de Abril, saiu essa perspetiva, que as tropas portuguesas não teriam sido vencidas do ponto de vista militar, o que teria existido foi uma claudicação, o regime claudicou ponto de vista político. Isso é um debate para fazer noutras circunstâncias.

A verdade é que esses povos tinham direito à sua independência nacional e que, durante muitos anos, a milhares de portugueses não lhes foi permitido ter qualquer tipo de escolha, se concordavam ou não concordavam com a ideia do regime em relação à configuração do país na altura, se concordava ou não concordavam com a manutenção do Império Colonial. Não foi uma escolha que muitos jovens portugueses tivessem acesso. Foi-lhes imposto, pura e simplesmente, que tinham que combater em África nas várias frentes que Portugal então tinha que enfrentar, numa guerra de guerrilha desgastante, em que, ainda por cima (hoje em dia, os estudos históricos apontam nesse sentido), o regime não investiu uma grande quantidade de recursos, foi uma guerra barata, uma guerra feita, sobretudo, com sacrifício de milhares de jovens, na altura. O regime propunha-se resistir, mas resistir gastando muito pouco dinheiro. E se observarmos os orçamentos daquele

período, vê-se que um país como Portugal conseguiu manter durante tanto tempo uma guerra em três frentes, na Guiné, em Moçambique e em Angola, com custos, vejam bem, sem desequilibrar de forma dramática o orçamento nacional e mantendo um crescimento económico bastante significativo, nomeadamente, por exemplo, em Angola.

O que eu quero aqui dizer é que os antigos combatentes, porque era uma guerra considerada injusta, mas que foi imposta, aqueles combatentes não escolheram, foi uma guerra imposta e uma guerra que se perdeu. E todas as nações nunca são justas para aquela geração que perde uma guerra. Portanto, uma guerra injusta, uma guerra colonial e uma guerra que se perdeu, pelo menos do ponto de vista político.

E, portanto, esta era a questão fundamental. E eu penso que é isso que está por trás de tantos anos de esquecimento em relação aos antigos combatentes. Ninguém quis, durante muitos anos, da esquerda à direita. Da esquerda à direita, ninguém quis ser justo com estes combatentes, que foram defender o seu país, que foram defender a nossa bandeira, que foram defender aquilo que era a ideia e o projeto nacional da altura, para uns imposto, outros que acreditavam firmemente nesta ideia. E estou convencido, como ficou demonstrado depois do 25 de Abril, que muitos não acreditavam. Basta ver o apoio que teve o processo de descolonização. Foi mal conduzido. Todos nós sabemos que levou a guerras civis, nomeadamente em Angola e em Moçambique, guerras tremendas. Portanto, há um processo de descolonização que é diferente em relação a esta matéria. Isso é outro tema.

Mas aqui o que há, na minha perspetiva, a realçar é o facto de, por estas condições todas, aos antigos combatentes não lhes foi reconhecido e não lhes foi feita justiça histórica.

Agora, nos últimos anos, por iniciativa de vários Governos. Lembro-me da iniciativa do CDS, nesta matéria, a nível nacional. O Chega também tem esta

matéria na sua agenda. Mas também outros partidos, ao longo destes últimos anos, finalmente, concentraram-se neste tema. E o que estamos agora a fazer é importante.

Quero dizer também, ainda tenho aqui alguns minutos, o seguinte: em 1994, quando dava aulas em Évora, organizei um seminário sobre a Guerra Colonial. Entrevistei vários soldados e oficiais portugueses. Lembro-me de um coronel que, quando lhe foi perguntado: então, os soldados portugueses, que papel é que desempenharam? Muitos que estavam contra a guerra. E ele disse: sim, muitos estavam, mas quem está numa guerra muitas vezes combate, sobretudo, no apoio aos seus companheiros. Está lá, passa, corre esses perigos todos, corre esses riscos todos, mas a primeira coisa que se lembra é ser solidário, estar ao lado do seu companheiro que está ao seu lado e que a sua segurança e a sua sobrevivência depende também dele. E, portanto, eles estavam ao lado uns dos outros e estavam a combater uns pelos outros.

E o que eu vos quero dizer é que o testemunho desse coronel, eu nunca me esqueci passados todos estes anos, ele dizia: bom, os melhores soldados que eu tive foram os soldados açorianos, eram extremamente corajosos. E ele era um oficial continental. Não me lembro agora o local de nascimento, mas ele fez este testemunho, o testemunho e a homenagem aos soldados açorianos, que tinham e que tiveram uma coragem excecional. E este testemunho é um testemunho que eu já tive oportunidade de verificar nos documentos históricos também, em que é feita justiça à coragem dos soldados açorianos em combate.

Bem, digamos que é justo que se faça este reconhecimento. É justo que lhes sejam dadas agora estas oportunidades. E é justo que o Parlamento dos Açores o faça. E quero associar-me à posição do Sr. Vice-Presidente nesta matéria. É importante que nesta matéria exista o máximo de consenso. E, portanto, também, da parte do PPM, apelamos a um consenso. Nós próprios vamos fazer esse esforço de consensualizar um documento, aprovando várias alterações, de forma a que o

documento seja um documento consensualizado entre as diversas forças políticas, porque estes combatentes, a quem nós estamos agora a fazer justiça, é gente que merece este esforço da nossa parte. Todos merecem, mas estes merecem extraordinariamente este esforço.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor.

(*) Deputada Ana Luís (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para, como também é praxe na nossa Casa, falar um pouco das propostas de alteração que o Partido Socialista apresentou nesta Casa, mas gostaria, até porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão usou aqui grande parte do seu tempo num justo reconhecimento aos antigos combatentes, mas parece-me que também é justo reconhecer que este Estatuto, aprovado no ano 2020, reconhece também este Estatuto a todos aqueles que têm colaborado em operações fora do país, em missões humanitárias de paz e de ordem pública e que, muitas vezes, também, perdem a vida ou regressam, infelizmente, a Portugal com grandes mazelas psíquicas e físicas.

E penso que este Estatuto também teve a capacidade de, não diminuindo de forma alguma, e por isso é que esta minha intervenção não diminui nem o pretende fazer de forma alguma à sua intervenção, mas parece-me que é também de justiça referirmos aqui estes operacionais que (felizmente para Portugal que já não está em guerra) nos últimos anos têm, em nome de Portugal, também dado um bom contributo para a paz, que é isto que todos nós procuramos.

Em relação às propostas de alteração que foram distribuídas, a Sra. Deputada Andreia Cardoso já teve a oportunidade de dizer que faremos, que está, penso, entregue na Mesa, uma proposta de subscrição integral ao artigo 5.º, que, na nossa opinião, clarifica efetivamente a questão que foi colocada pelo Sr. Vice-Presidente, no acesso prioritário, ou não, a uma série de valências sociais. E penso que, neste sentido, vai ao encontro daquilo que pareceu pelas intervenções que me antecederam seria unânime nesta Casa, que, obviamente, não deveria haver aqui uma prioridade, mas, sim, em igualdade de circunstâncias, estes antigos combatentes, as suas viúvas ou viúvos terem este acesso preferencial.

Mas as propostas de alteração do Partido Socialista visaram cumprir com dois objetivos em particular. O primeiro e o fundamental, na nossa opinião, é assegurar que aos direitos previstos no Estatuto do Antigo Combatente, aprovado a nível nacional, se somem mais um conjunto de benefícios e direitos no território da nossa Região. É exemplo disso a proposta que fazemos para que haja também um desconto ao nível do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas e também a elaboração e atribuição de um passe de antigo combatente para que, efetivamente, fique claro a usufruto desse direito.

O outro objetivo que pretendemos com estas propostas de alteração foi, de certa forma, melhorar a redação do diploma no sentido de o adequar às competências legislativas da Região, nomeadamente as conquistadas na Revisão Constitucional de 2004, na sequência da qual a Região não procede propriamente à adaptação de diplomas, mas, sim, legisla sobre as matérias para as quais tem competência legislativa própria.

Para além disso, pretendeu também clarificar o objeto e o âmbito do diploma para que não restassem dúvidas para quem eram dirigidos estes benefícios e direitos, assim como explicitar com maior rigor os beneficiários desta iniciativa legislativa. Entendemos que estas propostas de alteração melhoram a iniciativa aqui apresentada. Penso que este também era objetivo inicial, que pudéssemos ter aqui

uma iniciativa que fosse ou que correspondesse àquilo que eram as expectativas daqueles que se encontram na situação de antigos combatentes ou as suas viúvas e viúvos.

Neste sentido, esperamos, obviamente, o acolhimento por parte desta Câmara das nossas propostas de alteração.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A justiça, a dignidade e a solidariedade são valores intrínsecos ao ser humano e os Açores, como região democrática, deverá ter isso em conta, não esquecendo ou ignorando tais valores.

É indiscutível que a esmagadora maioria dos ex-militares, hoje com mais de 70 e 80 anos, foram arrancados brutalmente às suas famílias e às suas terras pelo regime salazarista e atirados à força para uma guerra colonial injusta e criminosa durante 13 anos, provocando um sofrimento inaudito e milhares de mortos e mutilados de ambos os lados.

Na Assembleia da República, o Bloco de Esquerda propôs o Estatuto do Antigo Combatente, que ia ao encontro a todo um conjunto de recomendações de associações de ex-militares que prestaram serviço militar, muitas vezes em situação de guerra, nas antigas colónias portuguesas.

Uma das medidas aprovadas foi a isenção de taxas moderadoras que se estendeu a viúvas ou viúvos dos antigos combatentes, bem como àqueles que se

encontrassem a residir em união de facto reconhecido judicialmente, à data do falecimento do antigo combatente.

A proposta do Bloco continha, ainda, medidas como: apoio médico e medicamentos gratuitos em doenças crónicas ou raras, ou para quem auferia pensões abaixo do salário mínimo nacional, gratuidade na utilização dos transportes coletivos de passageiros em empresas públicas e a entrada livre nos museus, monumentos e espaços culturais públicos ou tutelados pelo Estado, entre outras.

Mas há aqui a necessidade de salientar, tal como já foi referido aqui pelo Sr. Vice-Presidente, que já existem medidas em vigor na Região, nomeadamente a isenção das taxas moderadoras aos antigos combatentes e às viúvas ou viúvos dos antigos combatentes.

Relativamente à gratuidade nos transportes públicos, esta encontra-se plasmada na Resolução do Conselho do Governo n.º 41/2022, de 18 de março, retificada pela Declaração de Retificação n.º 3/2022, de 24 de março de 2022, portanto, encontrando-se já em vigor.

É evidente que há mais direitos a serem consagrados e plasmados na lei. E é isso que votaremos a seguir nas propostas que se encontram em cima da mesa para votarmos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Daquilo que já foi o debate feito até agora quanto a esta iniciativa, parece-nos de todo importante, realmente, termos aqui um documento que seja consensual, com vários contributos de diversas bancadas aqui representadas, para que fique claro, realmente, no que respeita ao artigo 5.º, que é aquele que nos citou aqui no Grupo

Parlamentar mais algumas questões, que tenham exatamente um direito preferencial na mesma igualdade de circunstâncias, até porque a verdade é que esta é uma matéria que para o CDS nos diz muito, até por aquilo que foi o trabalho desenvolvido pelo CDS na República.

É preciso lembrar que a verdade é que a constituição do Fundo dos Antigos Combatentes foi assinada em primeiro lugar por Paulo Portas, Ministro do Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, em 2004. A verdade é que, também, em 2004, foi por proposta de lei de Paulo Portas, Ministro de Estado da Defesa Nacional, também regulamentar o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar aos combatentes para efeitos de aposentações e reforma.

E, portanto, há todo este histórico, que é uma matéria muito querida para o CDS e que existe um trabalho que foi feito ao longo dos anos exatamente para poder reconhecer esse trabalho desenvolvido pelo ex-combatentes e dar esse reconhecimento mais que merecido a estes ex-combatentes.

E aqui na Região parece-nos também de todo importante conseguirmos gerar esse trabalho consensual aqui nesta Casa, direcionando e esclarecendo esses benefícios e direitos atribuídos aos ex-combatentes.

E dizer também que o próprio Governo Regional também já reconheceu, em algumas das questões que foram aqui levantadas, atribuir esses direitos a estes ex-combatentes, até por via, como mencionou até a Sra. Deputada Alexandra Manes, quanto à Resolução do Conselho do Governo de 02 de março de 2022, que implementa, exatamente, este passe do antigo combatente, que é suportado pelo departamento do Governo com competência na matéria, exatamente para que estes possam usufruir desta isenção no que concerne aos transportes públicos.

E, por isso, é necessário agora avaliar também a proposta que vai entrar por parte do Partido Socialista, para que seja gerado exatamente esse consenso e conseguirmos ter um documento melhor e que realmente seja um benefício para os ex-combatentes, que tanto merecem.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está inscrito o Sr. Deputado Luís Soares, a quem dou a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sempre que falamos em antigos combatentes, ainda mais em locais com a solenidade desta Assembleia Regional, estamos a evocar as forças armadas portuguesas e todos aqueles que defenderam a sua pátria em cenários de guerra, desde logo as guerras coloniais entre 61 e 75, assim como todos aqueles que integram as missões internacionais de manutenção de paz ou da ordem pública.

É bom que se recorde que os antigos combatentes foram aqueles que estiveram dispostos a morrer por Portugal e que puderam regressar de uma guerra para a qual não escolheram ir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Têm todo o nosso merecido reconhecimento. Sua excelência o Presidente da República de então evidenciou isto mesmo no seu discurso de homenagem aos antigos combatentes a 15 de março de 2011, onde se assinalaram os 50 anos do início da Guerra Colonial, proferindo as seguintes palavras, que paço a citar: “Para lá da memória, impõe-se o reconhecimento de todos os que pela sua ação na defesa de Portugal sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido. São merecedores de todo o nosso profundo reconhecimento e respeito.”

É o que eu estou a ver aqui, uma manifestação de reconhecimento e respeito, sem dúvida nenhum.

Às forças armadas, às forças de segurança, a todos aqueles que aí prestam serviço em defesa da nossa soberania e segurança nacional, importa que nós, enquanto País e Região, asseguremos condições dignas e que tornem esse tão nobre serviço justo e atrativo, numa altura em que é claro e transversal que lhes faltam meios humanos e materiais. Percebe-se bem porquê.

É também na forma como reconhecemos e dignificamos aqueles que são o garante da nossa soberania e defesa que mostramos nosso avanço civilizacional, a humanização e o respeito pelo outro.

Na República, o Estatuto do Antigo Combatente foi aprovado a 20 de agosto de 2020 pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, reforçando mecanismos de proteção social e económica a quem combateu pela pátria. Importa que também fosse aplicado a todos os que, não sendo militares, atuam ou atuaram em cenários de guerra e que trazem consigo as marcas físicas e psicológicas, consequências de quem assegura a manutenção da paz e segurança por esse mundo fora.

A Madeira aprovou esse Estatuto no início do corrente ano, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2022, de 6 de janeiro.

Em boa hora, o Chega/Açores apresentou este Decreto Legislativo Regional que adapta o Estatuto do Antigo Combatente à Região. O diploma em apreço vem garantir o acesso a matérias tuteladas pelo Governo Regional, colocando assim os antigos combatentes em igualdade de circunstâncias com os seus congéneres do Continente.

Com este diploma, que já mereceu propostas de alteração do PAN, do PS, do Chega, é garantido o princípio da igualdade e do acesso pelos antigos combatentes a um conjunto de mecanismos de apoio governamental em áreas como a saúde, a cultura, a habitação social e os transportes.

Naturalmente que o direito de acesso a esses mecanismos de apoio terá que ser harmonizado com os demais critérios de acesso já existentes, nomeadamente em matérias de acesso à habitação social, o programa de apoio em saúde e a programas de estabelecimentos de apoio social.

Dito isto, é um diploma importante, que dignifica os antigos combatentes da Região Autónoma dos Açores.

Não fazemos muitas propostas de alteração, porque estamos aqui a falar da adaptação à Região do Estatuto do Antigo Combatente. Não estamos a fazer um Estatuto para o antigo combatente. Alterar demais pode significar desvirtuar. Alterar até pela positiva também é alterar. Mas principalmente pela negativa.

As forças armadas, as forças de segurança têm sido tão maltratadas nos últimos tempos que não dispensar um tratamento àqueles que lutaram por Portugal, pela soberania de Portugal em teatros de guerra.

A maior parte de V. Exas. não sabe, se calhar, felizmente, o que é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava a dizer, de nós estarmos a proteger o nosso parceiro com o próprio corpo. Vida por vida não é só nos bombeiros, é também nas forças de segurança e também é nas forças armadas, ter um colega ferido e proteger o colega com o próprio corpo, dar a vida se necessário for, morrer pela pátria, compromisso de honra, juramento de bandeira, respeito pelas insígnias nacionais.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: É isso que estamos aqui a falar.

Obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não podendo eu usar da pausa que o anterior interveniente usou, porque tenho o tempo muito limitado, devo apenas fazer uma chamada de atenção. Primeiro, a intervenção do Sr. Deputado Luís Soares, como disse e bem, o sentido de Estado, o sentido de pátria, o sentido de união e de camaradagem que caracteriza as forças de segurança...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Armadas!

O Orador: ... é algo que deve ser realçado. O testemunho do Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente um oficial com quem também falou é outra prova disso mesmo.

E queria apenas deixar aqui um alerta: aquele mesmo sentido de camaradagem, de união, de sentido de justiça que caracteriza um pelotão, que caracteriza um batalhão, é o mesmo sentido que trouxe esses homens até à sociedade onde eles agora estão inseridos.

Eu tenho dúvidas se esses homens, que outrora, com bravura, defenderam a nossa terra, que defenderam a saúde e a integridade dos seus colegas de armas, querem efetivamente discriminações positivas. Eu tenho dúvidas, meus senhores. A integridade dos militares açorianos que representaram esta terra, dificilmente aceita favores. Eles querem justiça. Não querem mais do que apenas a justiça. Não querem ser tratados como menores, mas também dificilmente querem estatutos privilegiados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, eu não estava para intervir, mas julgo que está a decorrer depois as negociações para as propostas de alteração, mas na intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão... Eu lembro-me, talvez seja dos poucos aqui dentro, de ir ao Porto das Pipas e ver o navio “Angra”, ao largo da baía de Angra, quando ela ainda era uma baía, e do Porto das Pipas, para o embarque dos soldados. Tenho muito boa memória disso. Lembro-me bem.

Deputado José Ávila (*PS*): Já somos dois!

O Orador: Mas referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão que os açorianos... É como diz o Sr. Deputado Nuno Barata, quando eu falo aqui, ele ouve a minha conversa. Quando os senhores estavam a falar aí, eu ouvia a sua conversa e, portanto, interferia na minha conversa.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Estamos a tentar encontrar a solução que o Sr. Vice-Presidente propôs, para o artigo 5.º!

O Orador: Eu estava a recomendar ao Sr. Deputado Rui Martins que solicitasse um intervalo regimental para os senhores se entenderem. E o Sr. Deputado Nuno Barata voluntariou-se, como guerreiro, a dizer: se for preciso, eu avanço.

E, portanto, eu só queria dizer aqui, retomando a palavra do Sr. Deputado Paulo Estêvão, o seguinte: referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão que houve um oficial que lhe disse que os soldados açorianos eram de valentia, de registo assinalável.

E eu quero dizer também aqui, prestar uma homenagem muito sentida a todos os açorianos, a todos os ex-combatentes destas nossas ilhas que não tiveram a hipótese, nunca tiveram a hipótese de fugir a essa guerra injusta, nunca tiveram hipótese. E porquê? Porque não tiveram a hipótese de passar a fronteira a salto. Para eles, passar a fronteira a salto era o mar. E, portanto, todos eles foram para a

guerra. No Continente, houve alguns felizardos que passaram a fronteira a salto e não foram defender Portugal. É bom que também se diga isto aqui, que os açorianos, e é esta a homenagem que lhes quero prestar, foram, sim, todos os que foram chamados para a guerra lá foram, nenhum deles passou a fronteira a salto. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A história não se apaga!

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o PAN vai votar favoravelmente a iniciativa do Chega, que é de igual justiça para os nossos antigos combatentes.

Temos umas propostas de alteração, obviamente, que era uma melhoria desta iniciativa, para os nossos antigos combatentes terem a melhor solução.

Por acaso, o Sr. Vice-Presidente meteu aqui um preciosismo ou pelo menos tecnicamente não eram as palavras que deviam estar dentro da nossa proposta de alteração. E, por acaso, apanhou comigo e com a Sra. Deputada Andreia a tentarmos resolver tecnicamente essa alteração, para que seja o melhor e para o artigo ficar perfeito, para que os nossos antigos combatentes consigam receber este Decreto Legislativo e consigam beneficiar na sua totalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Podemos então iniciar as votações...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Uma interpelação à Mesa para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: 30 minutos?

O Orador: 15.

Presidente: 15 minutos. É regimental. Está concedido. Encerramos os nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã às 10 horas.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 50 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Vasco Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Paulo Duarte Gomes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

XII Legislatura

Número: 78

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 07 de setembro de 2022

O redator, André Silva